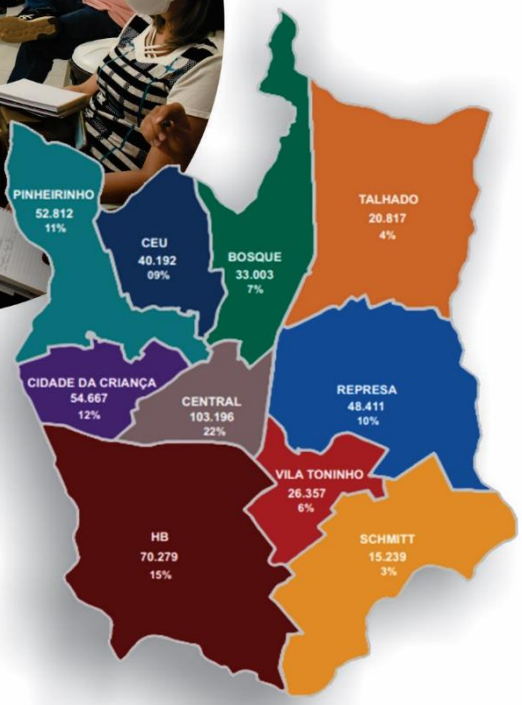
Diagnóstico Socioterritorial

São José do Rio Preto
2021/2022

Região CEU



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diagnóstico Socioterritorial

EXPEDIENTE

Prefeito │Edinho Araújo
Vice-Prefeito│ Orlando Bolçone
Secretária Municipal de Assistência Social │Helena Marangoni

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assessora de Secretária│Carla Ávila dos Santos
Assessora Especial │Eliana Cristina Lechado Guizzi
Assessora│Edimara Carrasco
Coordenadoria de Gestão│Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco
Departamento Administrativo e de Execução Orçamentária │Walquíria de Arruda Correa
Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda│Renata Correa Leite de Oliveira
Divisão de Gestão Operacional│Danilo Numer de Santana
Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos│Fernanda Paula Magossi Arado
Departamento de Proteção Social Básica│ Fernanda dos Santos
Departamento de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade│Janaina Darli Duarte Simão
Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS│Kleber de Mascarenhas Navas
Departamento de Vigilância Socioassistencial │Vanessa Gimenez Ferreira
Coordenação Diagnóstico Socioterritorial: Vanessa Gimenez Ferreira

Equipe de apoio Departamento de Vigilância Socioassistencial: Adriano Marra, Ana Augusta Silva de Oliveira, André Stéfano Balbino Debiagi, Caroline da Silva Vissechi Maia, Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Isabella Caroline Malerba, Liliani Mendonça Rodas, Luana Cristina Candian de Souza, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi, Rafaela Yepes Moro.

Revisão do Diagnóstico Socioterritorial: Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Márcia Aparecida Gonçalves, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi e Vanessa Gimenez Ferreira.

Facilitadoras: Caroline da Silva Vissechi Maia, Fabiana Izilda Funiceli Laredondo, Fernanda, Paula Magossi Arado, Geis de Oliveira Benevides, Klymene Moreno de Sousa, Liliani Mendonça Rodas, Lívia Rodrigues Restofe, Luzia Emília Sanchez Ayala, Marcela Camila Garcia Gouveia Menezes, Márcia Santos da Rocha, Marinalva Madela de Brito, Thays Ferreira Gianini Proto.

Estagiária: Isabella Caroline Malerba.

Capa: Bruno Vieira de Carvalho.

SUMÁRIO

Apresentação.....4
Introdução.....5
PARTE I.....7
PARTE II.....77
Região CEU.....78
PARTE III.....142
Glossário da Assistência Social.....142

APRESENTAÇÃO

São José do Rio Preto/SP, sede da Região Metropolitana do Noroeste Paulista, é uma das melhores cidades do Brasil para se viver. É o que mostram indicadores e estudos diversos, como o divulgado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil, colocando o município como o melhor do País no ranking de saneamento básico.

É sempre possível e necessário avançar. A propósito, os novos tempos, advindos do contexto pandêmico, trouxeram desafios sociais, administrativos, políticos e econômicos. Neste sentido, a Política de Assistência Social é imprescindível para a proteção social e defesa dos direitos dos rio-pretenses.

Para cumprir esse papel tão importante, a Assistência Social necessita entender e analisar a conjuntura em que está inserida, sendo que esse processo se dá por meio do Diagnóstico Socioterritorial. Um documento fundamental para a compreensão da realidade vivida pelas famílias da nossa cidade, especialmente as mais vulneráveis, para planejar e propor ações assertivas com as demandas da população.

Esta publicação é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, os usuários, conselheiros de direitos e rede socioassistencial. Cumpre uma das ações do Programa de Metas Gestão 2021/2024 de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, de São José do Rio Preto, por meio do desenvolvimento de ações integradas entre as políticas públicas, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.

Um trabalho robusto e pormenorizado, que mostra as nossas Regiões, por meio de dados quantitativos e qualitativos, através do olhar da Assistência Social e dos munícipes atendidos. Com essa ferramenta, nosso governo poderá planejar ações ainda mais inclusivas e preocupadas com a qualidade de vida e bem-estar de todos os rio-pretenses.

Prefeito Edinho Araújo

INTRODUÇÃO

O Primeiro Diagnóstico Socioterritorial de São José do Rio Preto foi construído entre os anos de 2013-2014 e se apresentou como central na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade. Os dados orientaram a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, instrumento de planejamento estratégico, que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

A atualização do Diagnóstico foi realizada em 2015/2016, numa versão que procurou retratar a realidade do município sob o olhar da política de assistência social, subsidiada pela pesquisa de dados: 1) em fontes secundárias, como o IBGE, Cadastro Único, MDS/SAGI e 2) em fontes primárias, junto aos serviços, percepção da população e dos demais atores sociais, por meio do Mapa Falado, que ocorrera no primeiro Diagnóstico.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 traz a proposta de fazer uma construção participativa, que incluiu as equipes de trabalhadores do SUAS e os usuários dos serviços. O trabalho começou em fevereiro de 2021, com o levantamento e estruturação dos dados. Percorremos as 10 Regiões do município para discussão e qualificação das informações compiladas pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial. Contamos com a participação de 10 facilitadores que ficaram responsáveis por fomentar a reflexão e realizar a escrita do documento de forma conjunta com as equipes.

Nas rodas de conversa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro Pop, Departamentos de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial discutimos os dados de população, Cadastro Único, índice de extrema pobreza, CAGED, renda familiar, violências e violações de direitos de cada uma das 10 Regiões do município.

Foram realizadas 47 rodas de conversas, que permitiram mapear as potencialidades e vulnerabilidades de cada território, com suas marcas, particularidades e necessidades.

Após a discussão dos dados quantitativos e da qualificação dos dados de forma coletiva e participativa com os trabalhadores, iniciamos as coletas de informações com os usuários e com as redes socioassistencial e intersetorial. As equipes tiveram

autonomia para escolher a metodologia a ser utilizada na pesquisa, que está descrita neste documento em 10 capítulos, contemplando as 10 Regiões do município.

Ressaltamos que este é um diagnóstico das equipes e o percurso dialogado permitiu que o diagnóstico fosse interventivo e formativo, visto que propiciou a identificação de demandas que foram discutidas em audiência pública realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em novembro de 2021, com a temática da atuação da rede e a vigilância socioassistencial para o fortalecimento do SUAS.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 tem como diretrizes os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento está organizado em três partes. A parte I (primeira) com informações gerais do município e, em seguida, apresenta-se o Mapa Falado que foi realizado com os Conselhos de direitos: CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal do Idoso (CMDI) e Conselho sobre Álcool e outras Drogas (COMAD). Segue, ainda, com apresentação de relatos de casos da alta complexidade, que expressam a necessidade da intersetorialidade para o público de jovens em acolhimento institucional.

Na parte II estão os diagnósticos das 10 Regiões do município.

A parte III é composta de um Glossário publicado em 2021 e traz conceitos que utilizamos na Assistência Social e no trabalho social do município.

Helena Marangoni

Secretária Municipal de Assistência Social

PARTE I

SUMÁRIO

A Assistência Social em São José do Rio Preto.....9
A Política de Assistência Social no Município de São José do Rio Preto.....10
O contexto da Assistência Social no tempo presente.....15
A necessidade de resistir e lutar pela Assistência Social.....19
Os desafios de Rio Preto no campo da Assistência Social.....20
Recursos Humanos da SEMAS.....20
O contexto de pandemia.....23
Panorama da Assistência Social no Município.....24
Território e demografia.....26
Evolução da Rede.....30
População e vulnerabilidade.....35
Território de São José do Rio Preto.....36
Mapa Falado com Conselhos de Direitos.....41
Relatos de casos Alta Complexidade.....49
Referências.....53
Apêndice 1 – Rede Socioassistencial no município.....56

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Apresentamos nesta seção as marcas históricas da Assistência Social no Brasil e em São José do Rio Preto, documento este que foi elaborado em supervisão realizada pelo assistente social Rodrigo Diniz no primeiro trimestre de 2020. Foram realizadas discussões com os trabalhadores do SUAS, os quais representavam CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centro POP e gestão, portanto, uma construção coletiva que apresenta um resgate histórico e contextualização dos atravessamentos da conjuntura político-econômica e social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial atualizou o documento em abril de 2022 e complementou com informações atuais.

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, as práticas de assistência eram realizadas por entidades de caridade, principalmente as ligadas à igreja católica, e realizadas por meio de ações filantrópicas e de cunho caritativo.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Assistência Social passa a compor a seguridade social no tripé com a saúde e previdência social. Em 1993, é regulamentada a Lei 8.742, de 07/12/1993 que trata da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento dos serviços socioassistenciais.

Entre 1996 e 1997 foram realizadas conferências municipais, estaduais e federal de assistência social, respeitando e pautando o controle social. Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) organiza o modelo de proteção social, e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) estabelece as equipes de referência, atribuições e eixos a serem considerados pela gestão do trabalho e educação permanente.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109, de 11/11/2009) regulamenta/tipifica os serviços por níveis de complexidade. Em 2011 ocorre a ratificação da LOAS, alinhando-a com a PNAS, o que se concretiza por meio da Lei n°. 12.435 de 06/07/2011, a qual efetiva o SUAS.

Os movimentos sociais fizeram parte da história de lutas e conquistas desta política social, destacam-se:

- Mobilização do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua;
- Movimento de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Coletivo de Gestores da Política de Assistência Social (COEGEMAS E CONGEMAS);
- Participação de entidades de classe como os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP).

A trajetória da Assistência Social é marcada pela publicação de várias resoluções, manuais e guias para nortear e orientar o trabalho dos municípios. Cabe ressaltar que outras normatizações e marcos legais contribuíram para assegurar o campo da proteção social e defesa de direitos, como as legislações sobre os direitos da criança e adolescente, da pessoa idosa, pessoas com deficiência e combate à violência contra a mulher.

A trajetória da Assistência Social no Brasil, e em São José do Rio Preto, é permeada por lutas, resistências e compromisso de trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto: Diagnóstico Socioterritorial (2014-2017), a Assistência Social teve seu marco inicial em 13 de novembro de 1964, com a publicação da Lei nº 1.051/1964, por meio da criação do Departamento de Assistência Social, administrado por um Conselho Colegiado (Diretor), composto por 11 membros, representantes de instituições assistenciais do Município, Câmara Municipal e livre indicação do prefeito. A criação desse Departamento de Assistência Social convergia com os conceitos históricos da assistência social, identificada à época como caridade, solidariedade, benemerência aos menos favorecidos e apoio ao próximo, como forma de dominação e controle de segmentos segregados pela conjuntura econômica, e considerados “disfuncionais” perante a sociedade, culpabilizando-se pela própria condição de vida.

Ao mesmo tempo, era instituída a Fundação Rio-pretense de Assistência Social (FRAS) pela Lei Municipal n° 1.071, de 05 de janeiro de 1965, administrada por um Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Dentre suas fontes de receita destacavam-se recursos municipais, pois a FRAS integrava o Orçamento Municipal.

Com a Lei Municipal nº 2.104/1977, que alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a Assistência Social passou a integrar a Assessoria de Saúde, Esporte e Bem-Estar. Cabia à Assessoria a execução da Política Municipal de Saúde, Esporte e Promoção Social, em especial as funções relativas ao Pronto Socorro Municipal, as medidas ligadas à melhoria da qualidade de vida da população e administração das funções de promoção e assistência social em qualquer nível dentro do Município, além das atividades esportivas de qualquer natureza promovida ou assistida pelo Poder Público Municipal.

A Lei Municipal nº 3.045, de 07 de junho de 1982, criou a Assessoria do Bem-Estar Social com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de promoção social, vinculando administrativamente a FRAS à sua estrutura e desvinculando as funções de promoção social da Assessoria de Saúde e Esportes. Nesse período foram organizadas as três primeiras Creches Municipais Públicas para crianças de três meses a seis anos de idade, nos bairros Jardim Fuscaldo, Jardim Soraya e São Jorge. O Decreto nº 2.883/1982 constituiu a Assessoria de Bem-Estar Social como: Assessoria do Bem-Estar - Gabinete do Assessor e Departamento de Promoção Social, subdividida em Divisão de Serviços Gerais, Seção de Apoio à Implantação e Dinamização de Recursos Sociais e Fundação Rio-pretense de Assistência Social.

Com a Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982 a Assessoria de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Bem-Estar Social como órgão encarregado de programar, coordenar, executar e supervisionar os serviços de Assistência Social e Promoção Humana do município em qualquer nível, sempre com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 1982).

Atualizada em 17 de janeiro de 1983, pela Lei nº 3.262, também passou a ter a incumbência de coordenar e fiscalizar os trabalhos das entidades que recebiam auxílio da Prefeitura Municipal, com o objetivo de “promover o homem e melhorar suas condições de vida”. Na década de 80, a Administração Municipal, por meio do Projeto Unidade de Subprojeto/Cidades de Médio Porte (UAS/COM), com recursos do Banco

Mundial a fundo perdido, elaborou o diagnóstico da cidade, indicando por região da cidade a necessidade de equipamentos sociais e/ ou serviços de infraestrutura. Neste sentido, mantinha uma equipe de profissionais que constituía quatro gerências: Modernização Administrativa, Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Comunitária e Infraestrutura Econômica.

O diagnóstico da cidade e a operacionalização das diretrizes e metas do projeto marcaram a década, pois equipamentos sociais como Creches e Centros Comunitários eram de responsabilidade da Assistência Social. Por volta de 1985, no Governo José Sarney, o foco era a elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social. Destacou-se então o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que propunha um desenvolvimento baseado em critérios sociais. Nesse período, instalou-se um complexo processo de mobilizações sociais, debates e articulações, repercutindo em grande pressão social para a elaboração de novas concepções de assistência social, o que culminou na garantia da Assistência Social como política pública com a Constituição Federal de 1988.

Para regular e institucionalizar os avanços alcançados, foi fundamental a aprovação de leis orgânicas, como a LOAS, que introduziu um novo significado à Assistência Social, dando início, enfim, ao processo de regulamentação da Política de Assistência Social no país.

São José do Rio Preto acompanhou todo o percurso de transformação da Assistência Social, da perspectiva da caridade para política pública na ótica dos direitos, com ações para constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Municipal n° 4.956, de 15 de maio de 1992) e do Conselho Municipal de Assistência Social (Lei Municipal n° 6.110, de 14 de dezembro de 1995), com intensa articulação com a sociedade civil organizada.

Durante o período de 1982 a 1990, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social ampliava e adequava sua estrutura administrativa para a oferta de serviços com vistas a atender as novas demandas: criação da Casa de Meninos e Meninas em Situação de Rua; programa com famílias; jornada ampliada para crianças e adolescentes; ampliação do número de creches com capacitação de funcionários; formação de equipe multiprofissional com assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e médico, para acompanhamento e supervisão; celebração de convênios com entidades de assistência social para a administração das creches e Programa de

Desfavelamento transferido à Empresa Municipal de Construções Populares (EMCOP) no início dos anos 90.

Na metade dos anos 90, as ações da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social passaram a ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e entidades de assistência social parceiras com a Secretaria com o objetivo de descentralizar o atendimento social e articular esse atendimento com as demais políticas. Foram criadas 15 unidades e distritos de Seguridade Social, buscando integrar os serviços em rede, por segmento e área geográfica.

No final dos anos 90 ocorreu a transição das creches para a Educação, atendendo às novas normativas legais, historicamente um dos campos prioritários de atuação da assistência social.

Em 2002, acompanhando o cenário nacional, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania (SMAS), com mudanças na estrutura e atuação. Foram criados o Departamento de Ação Comunitária e da Família, Departamento da Criança e do Adolescente e Departamento de Geração de Trabalho e Renda, posteriormente alterados para Departamento de Economia Solidária.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, deliberou sobre a implantação do SUAS, modelo de gestão definido para todo o território nacional, objetivando consolidar um sistema descentralizado e participativo, conforme já instituído pela LOAS. A Proteção Social passa a ser organizada em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Com a aprovação da PNAS, em meados de 2004, a Assistência Social avança como política pública no cenário nacional e o SUAS, por sua vez, veio reforçar e aprimorar a LOAS. No ano de 2004 houve ainda a criação da Casa dos Conselhos buscando fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais no processo de controle social. Em dezembro de 2005, em consonância com o SUAS, o Núcleo de Assistência Social Parque da Cidadania foi transformado em CRAS.

De 2005 a 2008 as demandas da Assistência Social eram atendidas em 14 Núcleos de Assistência Social (NAS), distribuídos em áreas com índices de vulnerabilidade social expressivos, desenvolvendo programas para idosos, famílias, adolescentes, entre outros.

A Lei complementar 279, de 10 de março de 2009, cria a Secretaria Municipal do Trabalho e do Emprego, e então a Secretaria de Assistência passa a chamar

Secretaria Municipal de Assistência Social e dos Direitos de Cidadania. Por fim, com a Lei complementar 346, de 18 de agosto de 2011, a Secretaria passa a ser Secretaria Municipal de Assistência Social.

De 2008 a 2010 ocorre uma reorganização para 04 CRAS, 09 NAS e 01 CREAS. Esse período de transição ocorreu até 2010, quando todos os NAS se transformaram em CRAS, atendendo à adequação proposta pela PNAS, SUAS e NOB.

Em 2010 e 2011 houve a necessidade de ampliação do atendimento criando-se mais um CREAS e um Centro Pop. Os equipamentos foram identificados como CREAS Família, Idoso e Deficiente, CREAS Família, Criança e Adolescente e CREAS POP, com objetivo de contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das famílias e indivíduos. No mesmo período houve a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Entre 2012 e 2013 a Secretaria Municipal de Assistência Social contava com os seguintes equipamentos: 14 CRAS, 01 Centro de Atendimento de Assistência Social (CAAS), 01 CCI, 02 Centros de Inclusão Solidária Nasce a Esperança (CISNE), Norte e Centro, 02 CREAS, sendo CREAS Criança/Adolescente e CREAS Idoso e 01 CREAS População de Rua. Considerando as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os cursos profissionalizantes passam a ser executados pela Pasta do Trabalho, transformando o CISNE Norte em Centro de Convivência da Família (CCF) e o CISNE Centro em Centro de Convivência da Juventude (CCJ), unidades com oferta exclusiva do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Em 2014 ocorreu um avanço importante que foi a criação dos Departamentos de Gestão do Trabalho e de Vigilância Socioassistencial.

Em 2015 foi instituído o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de São José do Rio Preto (FMTSUAS - SJRP). De caráter permanente, representa os trabalhadores em suas diversas formas de organização, entidades de trabalhadores ligados à assistência social com personalidade jurídica ou pessoas físicas trabalhadoras do SUAS. É um fórum de articulação e deliberação política em defesa do SUAS, democrático, participativo, com financiamento específico e controle social.

Em 2018 ocorreu o reordenamento dos serviços de média complexidade, com transição da execução feita pela rede parceira para as unidades de CREAS, que

passaram a contar com equipes compostas por trabalhadores estatutários, aprovados em concurso. Neste momento, seguindo orientações da Tipificação, houve alteração nas denominações dos CREAS temáticos, que passaram a ser denominados de CREAS I e CREAS II, unificando o atendimento das violações de direitos tipificadas.

Entre 2016 e 2017 em uma ação intersetorial, após estudos entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, coordenadas pela Secretaria de Planejamento foi feita a unificação dos territórios de abrangência das respectivas secretarias. A ação foi oficializada pelo Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018, que institui a divisão geográfica do município de São José do Rio Preto em 10 (dez) Regiões: Bosque, CEU, Central, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Talhado, Vila Toninho e Schmitt. Por conseguinte, houve a reorganização das áreas de abrangência dos CRAS e CREAS.

Em 2022, São José do Rio Preto conta com 13 CRAS, 03 Centros de Convivência (CCF, CCI e CCJ), 02 CREAS e 01 Centro Pop. O apêndice 1 nos apresenta a rede de execução direta, a rede parceira e a rede com execução de projetos e Serviços que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA.

O CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TEMPO PRESENTE

No contexto federal podemos sinalizar a conjuntura de retrocessos dos direitos da população, que se expressa com a Emenda Constitucional nº 95/2016 do congelamento dos gastos em políticas sociais como saúde, educação e assistência social, e no mesmo contexto se concretiza no país a reforma trabalhista e previdenciária. A Assistência Social, como área integrante da seguridade social, sofre grandes ataques no que tange ao seu financiamento e formas de execução, a exemplo, de julho de 2019 até dezembro de 2021 praticamente não houve liberações de novos benefícios do Programa Bolsa Família[1].

Há também demora para avaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de forma remota, somente por telefone e via sítio eletrônico, o que inviabiliza e dificulta o atendimento

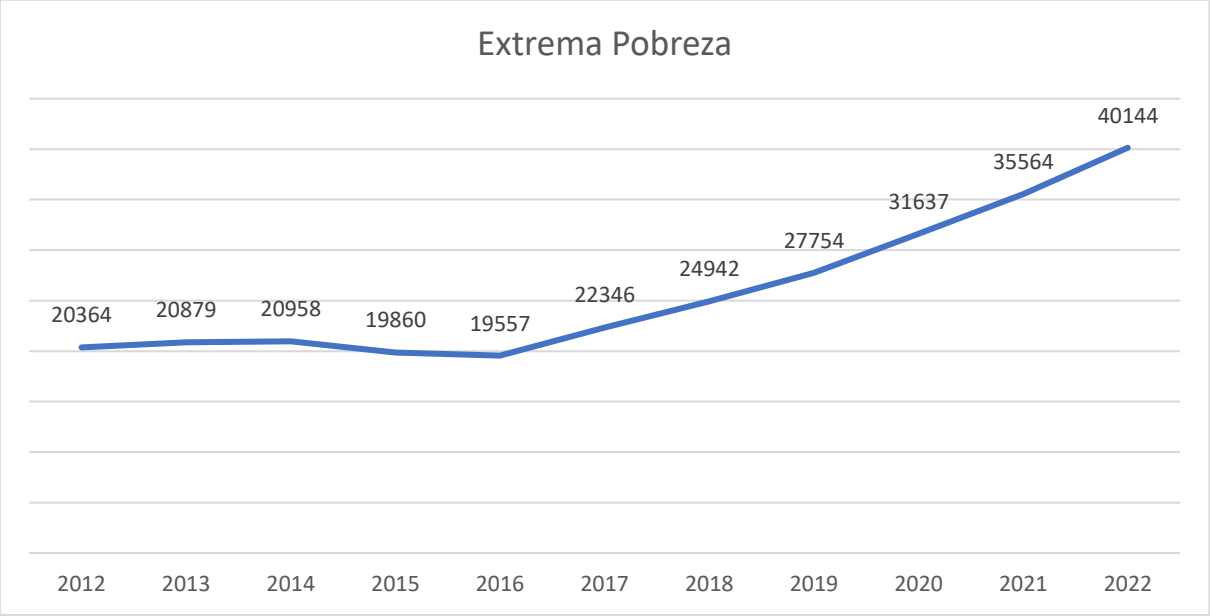
[1] O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Decreto n° 10.852, de 8 de novembro de 2021 que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n° 1.061, de 9 de agosto de 2021.

da população e revela grande lacuna na Política Pública de Previdência Social com reflexos diretos à Assistência Social.

No contexto do Estado de São Paulo ocorre o encerramento de inclusões em benefícios dos programas de transferência de renda, o programa Ação Jovem terminou em outubro de 2021 e o Renda Cidadã em fevereiro de 2022. No município ocorreu o rebatimento da agudização das expressões da questão social que se mostra forte e intenso, como maior capilarização da pobreza pelos diversos territórios da cidade, que incide no aumento da demanda por cesta básica e por programas de transferência de renda.

Os estudos do Departamento da Vigilância Socioassistencial do município e dos profissionais do território, que efetivam também a função Vigilância no cotidiano de trabalho, apontam o aumento da extrema pobreza. Para se ter uma ideia, em 2013 havia no município 6.000 famílias em situação de extrema pobreza, em 2019 esse número passou para 11.000 famílias e em janeiro de 2022, 16.498 famílias[2].

Gráfico 1 — Evolução no número de pessoas em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no município, 2012 a 2022.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do CECAD-CadÚnico/ Ministério da Cidadania, referência mês de maio de cada ano, exceto 2022, que utilizou janeiro.

[2] Para os levantamentos de dados que utilizam a lista Cecad, foi utilizada a base disponibilizada pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, que faz um filtro inicial retirando os cadastros inválidos. Assim, os dados apresentados serão diferentes dos dados disponibilizados no site do Ministério da Cidadania, que considera cadastros inválidos.

É importante ressaltar, no entanto, que em 2022 foi alterada a renda per capita da extrema pobreza. Anteriormente, eram consideradas em extrema pobreza as famílias cuja renda per capita não ultrapassasse R$ 89,00. Atualmente, esse limite é de R$105,00. Essa alteração foi um dos fatores que influenciou no aumento expressivo entre maio de 2021 e janeiro de 2022.

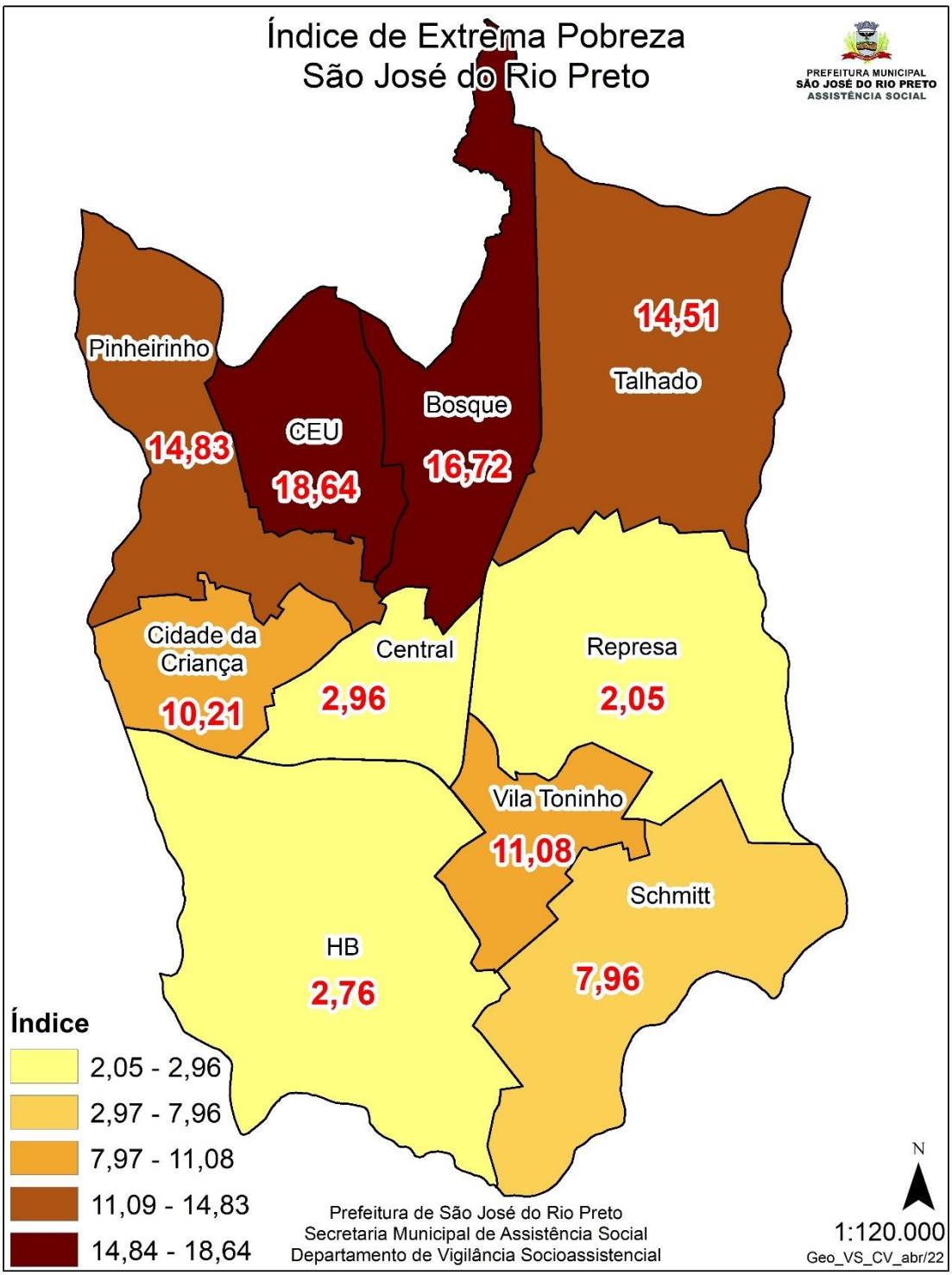
Ainda no âmbito da extrema pobreza, foi criado um índice que nos permite avaliar sua incidência em cada Região, conforme tabela 1 e mapa. O índice é calculado dividindo a população em extrema pobreza, inscrita no Cadastro Único, pelo número total de habitantes daquela região e, por fim, multiplicando por 100.

Tabela 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.

Região	Pessoas em extrema pobreza	População estimada por Região	Índice
CEU	7.490	40.192	18,64
Bosque	5.519	33.003	16,72
Pinheirinho	7.832	52.812	14,83
Talhado	3.021	20.817	14,51
Vila Toninho	2.921	26.357	11,08
Cidade da Criança	5.582	54.677	10,21
Schmitt	1.213	15.239	7,96
Central	3.059	103.196	2,96
HB	1.941	70.279	2,76
Represa	992	48.411	2,05
São José do Rio Preto	**39.570**	**464.983**	**8,51**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Mapa 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Observa-se que a Região com menor índice é a Represa, com 2,05, enquanto o CEU, Região com maior índice, se apresenta com 18,64. A Região CEU possui índice 9 vezes maior que a Represa, o que evidencia a grande desigualdade entre as

Regiões. O município como um todo apresenta um índice de 8,51, o que significa que a cada 100 pessoas no município, 8 estão em extrema pobreza. Importante pontuar que não foram contabilizadas as 574 pessoas em situação de rua que estão em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, pois não é possível definir com exatidão em qual Região estão.

Neste sentido, o cenário político, econômico e cultural do tempo presente demonstra a regressão no campo da cidadania. A diminuição dos espaços institucionais e legais associados aos direitos da população e o impacto desse denso e restritivo processo será sentido a médio e longo prazo pela sociedade.

A NECESSIDADE DE RESISTIR E LUTAR PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entende-se que a necessidade de resistir e lutar pela Política de Assistência Social deve se fundamentar pela sua própria construção histórica, seus avanços e conquistas, pela participação e protagonismo coletivo e aguerrido de trabalhadores, gestores, conselheiros, usuários, e também de entidades da sociedade civil. A trajetória desta política é sustentada pela busca da garantia de direitos socioassistenciais, na compreensão e busca dos direitos humanos, pela autonomia dos sujeitos sociais, visto que a Assistência Social historicamente tem acolhido o público que se encontra à margem de todas as outras políticas e contextos de inserção econômica, fatores estes que ocorrem devido ao sistema capitalista.

As possíveis formas de resistência devem se dar no cotidiano, por meio da atuação profissional do conjunto de trabalhadores, como também no fortalecimento da participação dos usuários, destacando-se mais do que nunca algumas forças propulsoras como o compromisso ético-político, o fortalecimento do controle social, a importância do SUAS e da necessidade de mobilização, a proximidade com o território, a necessidade de fomentar reflexões, espaços coletivos de discussões e trocas, pesquisas e seminários que possam refletir e propor ações dentro da conjuntura atual valorizando a PNAS e o SUAS, insistência na garantia de recursos humanos qualificados e efetivação via concursos públicos.

Resistir à onda conservadora e à barbárie econômica que retira os direitos e negligencia a cidadania está pautada na defesa intransigente da estrutura e arquitetura desta política. Para tanto, são necessários o contínuo processo de

educação permanente, a garantia da continuidade de serviços e a normatização de alíquota financeira para a Assistência Social.

Há que se ressaltar que é de suma importância o estímulo à participação social dos usuários como forma de fortalecimento do controle social, tendo em vista a garantia dos direitos já conquistados, bem como a sua ampliação.

OS DESAFIOS DE RIO PRETO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de São José do Rio Preto, a Política de Assistência Social tem alguns desafios no campo da participação social e do controle social por parte dos usuários, no sentido de efetivar esse instrumento e fazer valer esse mecanismo.

Mesmo com as dificuldades e retrocessos observados no âmbito nacional, São José do Rio Preto, município com gestão plena na Assistência Social, consegue manter as ofertas existentes, traço de resistência do conjunto de atores que movimentam essa política social.

O orçamento municipal da pasta permite, além da manutenção dos serviços, ampliar algumas ofertas, embora ainda não a totalidade necessária e buscada. Os recursos federais não obedecem a constância nos repasses, impossibilitando planejar ações permanentes e exigindo constantes revisões no direcionamento financeiro, pois é comum parcelas serem transferidas de maneira cumulativa e com prazos reduzidos para liquidação, obrigatória para os próximos recebimentos. O fato de não se ter um percentual de repasse mínimo para a Assistência Social dificulta o planejamento e execução de investimento em serviços, benefícios, programas e projetos.

RECURSOS HUMANOS DA SEMAS

Com relação à participação democrática dos trabalhadores, a Secretaria de Assistência Social vem proporcionando espaços de debate, reflexão e propostas acerca do cotidiano vivido pelas equipes da secretaria.

Em julho de 2018 foi apreciado e aprovado, pelo CMAS, o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP) e, na sequência, deu-se início à sua execução, o que trouxe a possibilidade de encontros, oficinas e capacitação com renomados

professores/pesquisadores de forma continuada, envolvendo as proteções sociais, departamentos e gestão. Vale ressaltar que o plano está em fase de atualização.

A gestão do trabalho, no contexto do Sistema Único de Assistência Social, tem buscado criar espaços de acolhida e escuta dos trabalhadores para as suas demandas, propondo melhores condições técnicas e éticas de trabalho, por meio de processos que ofereçam uma formação continuada, a fim de se materializar um planejamento estratégico que dê respaldo às ações que viabilizem a gestão participativa e o controle social, por meio da articulação com os diversos sistemas de informação neste âmbito, conforme preceitua o documento Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta (BRASIL, 2014).

Apresentaremos o quadro com os Recursos Humanos da Rede Pública, divididos entre servidores e terceirizados.

Quadro 1 — Trabalhadores do SUAS - Rede Pública.

Profissionais	Servidor	Terceirizado	Total
Assistente Social	72	39	111
Educador Social	46	40	86
Psicólogo	19	31	50
Agente Administrativo	33	16	49
Motorista	6	29	35
Auxiliar de limpeza	0	25	25
Estagiários	20	0	20
Pedagogo	15	0	15
Vigia	6	8	14
Especialista em Desenvolvimento Social	8	0	8
Serviços Gerais	6	2	8
Cargos em Comissão	6	0	6
Supervisor Técnico	3	0	3
Professor de Artes	2	0	2
Auxiliar de Contabilidade	1	0	1
Almoxarife	1	0	1
Eletricista	0	1	1
Coordenador Administrativo	1	0	1

Fonte: Departamento de Gestão do Trabalho, referência Julho/2022.

O próximo quadro apresenta os Recursos Humanos da rede parceira com a Secretaria Municipal de Assistência Social, composta pelas seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação Espírita A Caminho da Luz (AELUZ), Albergue

Noturno, Associação Mamãe Idalina (AMAI) - SCFV e Acolhimento, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AMICC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Associação Madre Teresa de Calcutá, Associação Paraíso - SCFV, Associação Renascer, Comunidade Só Por Hoje - Acolhimento Institucional e Acolhimento Compartilhado, Centro Regional de Atenção Aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), Damas de Caridade - Unidades (I,II, III,IV), Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores, Lar Esperança - Centro Dia e ILPI, Lar São Francisco de Assis - Acolhimento Pessoas em Situação de Rua e ILPI, Lar São Vicente de Paulo - Centro Dia, Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD), Serviço Social São Judas Tadeu, Rancho de Luz e Maquininha do Futuro.

Quadro 2 — Trabalhadores do SUAS - Rede Parceira.

Recursos Humanos	Quantidade
Educador/Monitor	74
Cuidador	62
Auxiliar de Limpeza	59
Cozinheiro	28
Assistente Administrativo	28
Assistente Social	25
Psicólogo	24
Auxiliar Cozinha	18
Coordenador	10
Educadora Social (Mãe Social)	10
Terapeuta	8
Encarregado administrativo	7
Motorista	6
Manutenção	5
Recepcionista	3
Oficineiros	2
Pedagogo	1
Supervisor	0
Vigia	0
Jardineiro	0
Total	**370**

Fonte: Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos, referência Julho/2022.

O CONTEXTO DE PANDEMIA

Cenários

Cenário – avanço da Pandemia

Em dezembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de Covid-19 na China. O vírus se espalhou pelos diversos países do mundo levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a doença como Pandemia em 11 de março de 2020. O município de São José do Rio Preto reconheceu estado de calamidade pública e estabeleceu medidas de enfrentamento em 24 de março de 2020, por meio do decreto N° 18.571.

Ao longo dos meses, diversas normativas, notas técnicas e orientações foram expedidas pelos órgãos responsáveis em todas as esferas, necessitando de constante acompanhamento para aplicação e direcionamento das ações. Neste contexto, a Assistência Social foi reconhecida como política responsável por serviço essencial, trazendo a necessidade da manutenção das atividades e atendimentos em suas unidades, resguardadas as normas sanitárias e orientações de prevenção, como forma de garantia da proteção social à população em meio à pandemia, traduzida pela crescente demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais no período.

O cenário da Covid-19 e a interface com as desproteções sociais

A Frente Nacional do SUAS[3] contextualizou que a Covid-19 representa o agravamento da desigualdade social em nosso país e as implicações para pessoas com menor renda, sem habitação ou em condições insalubres e precárias de moradia, pessoas com comorbidades, população em situação de rua e a precarização das condições de vida em função do desemprego e ausência de renda.

---

[3] Organização plural de OSCs, instituições não governamentais, trabalhadores, usuários, gestores, professores, pesquisadores e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileira. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2016/06/circular01e02-frenteseguridadesuas.pdf.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2021 o país apresentava taxa de desocupação de 11,1% com 12 milhões de desempregados, 4,8 milhões de desalentados e taxa de subutilização de 24,3% (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, a renda emergencial instituída pela Lei n° 13.979 pode ser apontada como conquista da sociedade brasileira, e os dados de que 51% da população brasileira solicitou a renda, demonstra a gravidade de uma das facetas da desproteção vivenciada pela população (FRENTE NACIONAL, 2020).

De acordo com o Portal Transparência (2021), no município de São José do Rio Preto, o pagamento do valor global aos beneficiários do Auxílio Emergencial foi de R$ 95.095.555,00 no período de janeiro a dezembro de 2021, com exceção do mês de novembro, em que a informação não foi disponibilizada. Em dezembro, na última folha de pagamento disponível no site do ano de 2021, havia 7 pessoas recebendo este auxílio no município.

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

Considerando a crise de saúde instalada em diversos países e que chegou ao Brasil desencadeando uma série de ações, sejam elas por meio de legislações e normativas, desde março de 2020, a Secretaria Municipal de Assistência Social implementou as ações destacadas:

- Publicação de portarias regulando formas de trabalho, fluxos e orientações com relação à Pandemia;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), produtos de higiene e limpeza, orientações quanto às indicações de saúde sobre a limpeza dos ambientes e higiene pessoal;
- Instalação de placas verticais de acrílico nos balcões e mesas de atendimento ao público;
- Organização dos atendimentos à população com criação de Central de Orientações, via telefone, e Formulário de Atendimento, na página da SEMAS, no site da Prefeitura Municipal;
- Aquisição de aparelhos celulares para utilização nas unidades públicas, priorizando o atendimento remoto e, excepcionalmente, presencial

em situações especiais e necessárias, mediante agendamento quando possível;

- Instalação de roteadores *wi-fi* nas unidades públicas para acesso à internet, facilitando o uso de aplicativos de videoconferência e comunicação (WhatsApp) com usuários da Assistência Social;
- Uso de mensagens curtas de texto (SMS) para envio de informações e orientações aos usuários;
- Descentralização do atendimento presencial nas unidades, utilizando escolas e equipamentos próximos, para evitar aglomeração;
- Ampliação dos horários de atendimento do Centro POP, permitindo à população em situação de rua acessar diariamente os serviços ofertados;
- Disponibilização ampliada do Serviço de Acolhimento em Abrigo para pessoas em situação de rua;
- Adequação das parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a fim de contemplar o impacto da Pandemia;
- Ampliação da comunicação social interna e externa, com divulgação contínua de informes, *e-mails*, cartazes sobre a Pandemia, formas de prevenção, funcionamento das unidades CRAS, CREAS, Centro POP e Centros de Convivência;
- Ação integrada com a Secretaria de Saúde para orientações aos trabalhadores e testagem para Covid-19 nas unidades da SEMAS, assim como ação conjunta de mitigação nos acolhimentos para idosos nas ILPIs, parceiras e acolhimentos de crianças e adolescentes e de pessoas em situação de rua, dentre outras.

Os reflexos percebidos não são apenas na saúde, mas também na economia e nas condições socioeconômicas da população. A Política de Assistência Social tem um papel importante na busca de garantia da Proteção Social para a população em situação de vulnerabilidade. Cerca de 18,4% das pessoas do município estão inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que sinaliza um perfil de vulnerabilidade e indica a necessidade de cobertura e ações para atendimento dessa população.

Em abril de 2020 foram iniciados atendimentos realizados de forma remota, como uma das estratégias de reorganização dos atendimentos e acompanhamentos

dos Serviços, de acordo com as normas sanitárias, assim como no início de 2022, após outro rebatimento da pandemia devido à variante Ômicron. No fechamento deste Diagnóstico (maio/2022), os serviços passam pelo processo de retomada de atividades coletivas e grupais.

A pandemia trouxe grandes desafios no que se refere à reorganização dos Serviços e demandas da população. Destaca-se que em meio às dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico ocorreu, em dezembro de 2021, o IV Seminário dos Trabalhadores do SUAS - Luta e Resistência Contra o Desmonte do SUAS em Tempos de Pandemia, momento em que foi assumido o compromisso da SEMAS em realizar uma Mesa de Negociação com os trabalhadores do SUAS.

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

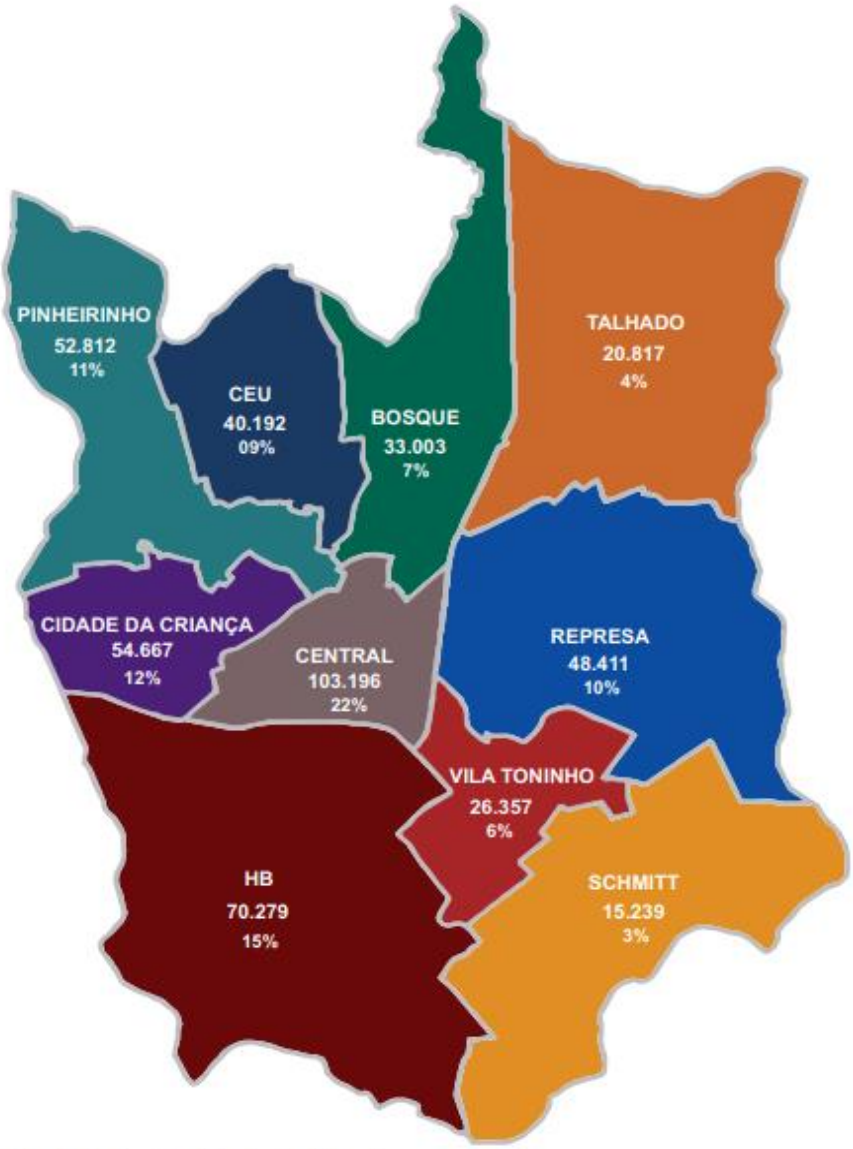
Apresentaremos a contextualização de alguns dados gerais do município e rede socioassistencial.

São José do Rio Preto possui uma população estimada em 464.983 habitantes (dados Conjuntura Econômica do município, a qual se baseia na projeção do Censo IBGE para 2020) e possui dois distritos, Schmitt e Talhado, com população de 20.678 e 5.419, respectivamente. A área urbana contempla 94% da população e 6% residem em área rural. Esta tem como característica a presença de loteamentos irregulares e por este motivo, as informações acerca das famílias não são computadas nos dados oficiais no município, o que demanda ações para que a Proteção Social alcance a população considerada invisível.

Segundo o IBGE Cidades, base de dados 2010, a densidade demográfica é de 945,12 hab./km². De acordo com a Conjuntura Econômica 2020, a população está dividida nas Regiões seguindo as porcentagens: Central 22%; HB 15%, Cidade da Criança 12%, Pinheirinho 11%, Represa 10%, CEU 9%, Bosque 7%, Vila Toninho 6%, Talhado 4% e Schmitt 3%.

Mapa 2 — Estimativa populacional por região de São José do Rio Preto.

Regiões: População residente por Região - Estimativa 2020



Fonte: Estimativa Populacional calculada conforme:
* Nota metodológica disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf
* SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (ano 2019)
* SINAM - Sistema de Informação sobre Mortalidade (ano 2019)

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

Quadro 3 — Estimativa populacional por Região de São José do Rio Preto.

Região	População
Central	103.196
HB	70.279
Cidade da Criança	54.677
Pinheirinho	52.812
Represa	48.411
CEU	40.192
Bosque	33.003
Vila Toninho	26.357
Talhado	20.817
Schmitt	15.239

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

O banco de informações da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) aponta que a RA de São José do Rio Preto possui taxa anual de crescimento para 2010/2020 de 0,7 % e para 2020/2030 0,3%, demonstrando envelhecimento populacional.

Segue quadro com dados referentes à extensão territorial, os quais foram informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em 10 Regiões.

Quadro 4 — Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.

Região	Área/Km²
HB	85.706,06
Talhado	66.333,43
Represa	58.878,42
Schmitt	53.424,05
Pinheirinho	42.074,58
Bosque	39.667,31
CEU	26.704,99
Cidade da Criança	22.001,78
Central	21.368,05
Vila Toninho	21.283,86

Fonte: Secretaria Municipal de Obras/PMSJRP.

O município possui um total de 94.730 crianças e adolescentes (0 a 17 anos), o que representa 20,37% da população total e 86.348 idosos, que retrata 18,57% da população.

Fazendo a correlação dos ciclos de vida de 0 a 17 anos de idade do município com a mesma faixa etária dos territórios de CRAS, apresentamos em ordem decrescente a distribuição das crianças e adolescentes no município.

Quadro 5 — Distribuição das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	14.264	15
Novo Mundo	12.452	13
São Deocleciano	10.450	11
Jardim Belo Horizonte	8.301	9
Santo Antônio	8.043	8
João Paulo II	7.824	8
Antunes	7.090	7
Solo Sagrado	5.708	6
Vila Toninho	5.687	6
Eldorado	3.874	4
Lealdade e Amizade	3.709	4
Schmitt	3.687	4
Parque da Cidadania	3.641	4
Total	94.730	100

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Com relação aos idosos, a distribuição de idosos nos territórios dos CRAS, fazendo a correlação do ciclo de vida do município/território de CRAS, ocorre da seguinte forma.

Quadro 6 — Distribuição dos idosos do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	30.801	35,7
Novo Mundo	13.418	15,5
São Deocleciano	6.561	7,6
João Paulo II	5.238	6,1
Jardim Belo Horizonte	4.589	5,3
Vila Toninho	4.527	5,2
Antunes	4.119	4,8
Eldorado	3.749	4,3
Solo Sagrado	3.494	4
Lealdade e Amizade	3.009	3,5
Schmitt	3.003	3,5
Santo Antônio	2.993	3,5
Parque da Cidadania	847	1
Total	86.348	**100**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

EVOLUÇÃO DA REDE

As seguranças afiançadas pelo SUAS são de garantias do direito social realizada pela proteção social. A rede de execução dos Serviços encontra-se no apêndice e demonstramos um painel de atendidos, considerando a média anual de atendimentos de 2021, conforme quadros 7, 8 e 9. Os dados apresentados são coletados pelos equipamentos da rede socioassistencial e compilados pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial por meio do monitoramento mensal. Tal procedimento visa acompanhar o número de indivíduos/famílias atendidos pelas Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade nos serviços prestados.

Quadro 7 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Básica, 2021.

Proteção Social Básica		
Serviço	**Equipamento**	**Média anual**
PAIF	CRAS	5.573
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	CRAS	48
SCFV - 0 a 5 anos e 11 meses	CRAS	19
SCFV - 6 a 14 anos e 11 meses	CRAS, CCJ, OSCs Parceiras	868
SCFV - 15 a 17 anos e 11 meses	CCJ, CRAS, OSCs Parceiras	89
SCFV - 18 a 29 anos e 11 meses	CCJ, CCF, OSCs Parceiras	82
SCFV - 30 a 59 anos e 11 meses	CCJ, CCF	81
SCFV - 60 anos ou mais	CCI, CCF e CRAS	726
Total		**7.486**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 8 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2021.

Proteção Social Especial Média Complexidade		
Serviço	**Equipamento**	**Média Anual**
PAEFI	CREAS	411
Serviço de Medida Socioeducativa - Liberdade Assistida	CREAS	68
Serviço de Medida Socioeducativa - Prestação de Serviços à Comunidade	CREAS	28
Serviço de Medida Socioeducativa - LA e PSC (medida acumulada)	CREAS	13
Serviço Especializado em Abordagem Social	Centro Pop e OSC Só por Hoje	197
Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	Centro Pop	552
Serviço Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	APAE, Renascer, Instituto Cegos	283
Serviço Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias	Lar Esperança e Lar São Vicente de Paulo	43
Total		**1593**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 9 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Proteção Social Especial Alta Complexidade			
Serviço	**Equipamento**	**Unidade/Ofertas**	**Média anual**
Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Associação Mamãe Idalina - AMAI	Casa-lar	27
		Reintegração Familiar	49
Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo familiar	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Abrigo	5
		Reintegração Familiar	3
Acolhimento Institucional compartilhado entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde para Atendimento a crianças e adolescentes	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Casa-lar	3
		Reintegração Familiar	1
Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência – ILPI	Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Lar São Vicente de Paulo e Instituto Lar Esperança	-	153
Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Pessoas Adultas e famílias em situação de rua - casa de passagem	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Pessoas diferentes atendidas	513
		Pernoite e jantar (média diária)	30
		Casa de Passagem (mensalmente)	19
		Jantar (média diária)	94
Acolhimento Institucional Provisório	Associação Amigos das Crianças com Câncer e Cardiopatias - AMICC	-	30
Acolhimento em Família Acolhedora	CRAMI	Famílias atendidas	12
		Crianças em família acolhedora	3
Programa Guarda Subsidiada	CRAMI	Famílias guardiãs atendidas	20
		Crianças em Famílias Guardiãs	38
Serviço de Acolhimento Institucional	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	76

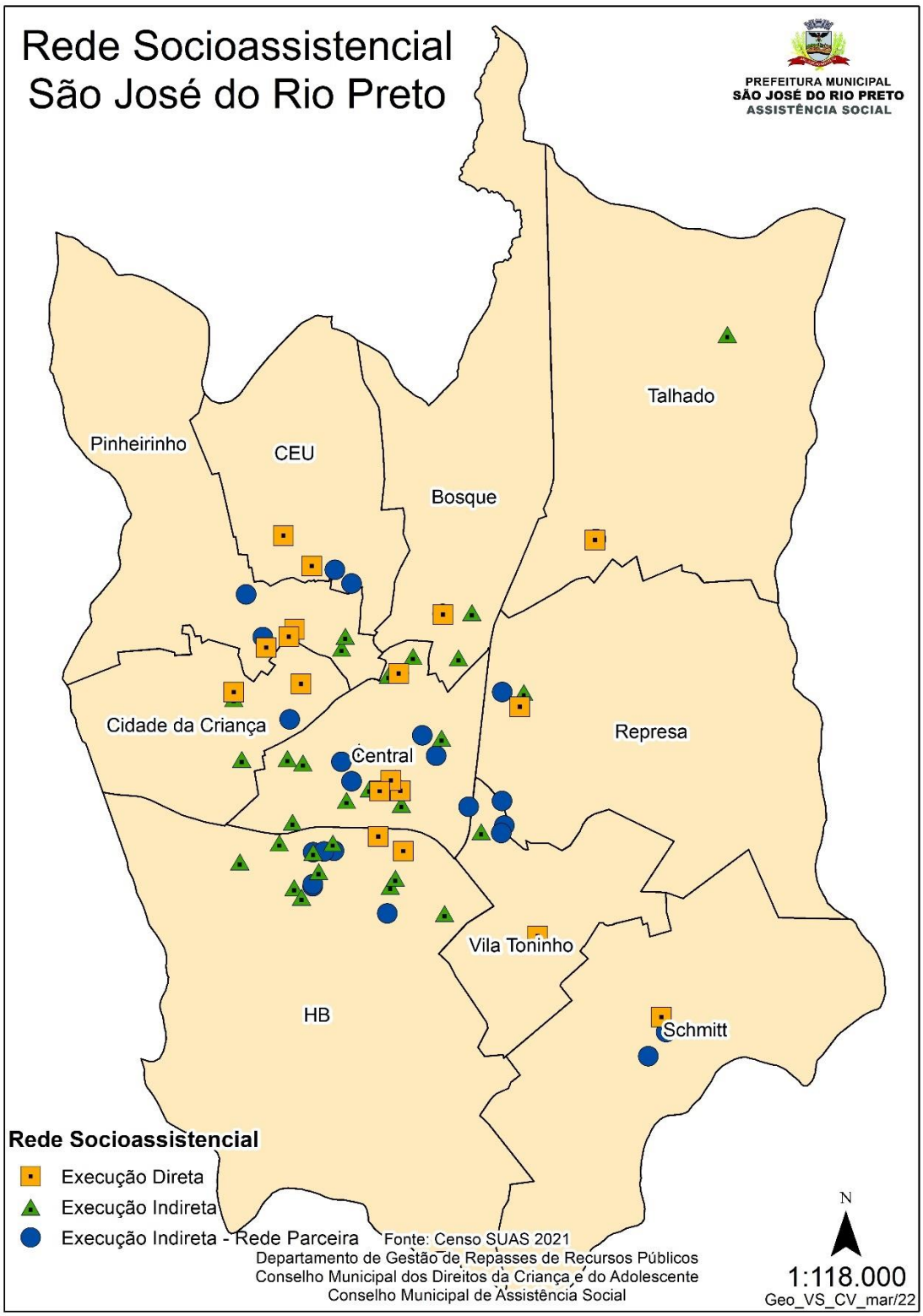
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva	AELUZ	-	7
Serviço de Proteção em situação de calamidades públicas e de emergências	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	74
TOTAL GERAL			1080

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Considerando os beneficiários de BPC, segundo o Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, o município contava com 6.234 BPC Idoso e 3.406 BPC Deficiente em janeiro de 2022. Os CRAS com maior número de BPC idoso são: CRAS Centro (1.471), CRAS Novo Mundo (795), CRAS João Paulo II (698), CRAS Santo Antônio (515) e CRAS Eldorado (514). Já a maior incidência de BPC Deficiente está, respectivamente, no CRAS Centro (594), CRAS Solo Sagrado (384), CRAS João Paulo II (355), CRAS Santo Antônio (353) e CRAS Novo Mundo (316).

O mapa apresenta a rede socioassistencial do município, composta por 13 CRAS, 2 CREAS, 1 Centro Pop, 3 Centros de Convivência e demais Serviços executados pela rede parceira.

Mapa 3 — Rede Socioassistencial de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Censo SUAS 2021, Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social.

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

A crise agravada pelo contexto de pandemia demostra um cenário de 40.144 pessoas em extrema pobreza em São José do Rio Preto, considerando a base do CECAD de janeiro de 2022. As cinco regiões com maior concentração são, respectivamente, CEU, Bosque, Pinheirinho, Talhado e Vila Toninho.

Considerando o Cadastro Único, com base CECAD de janeiro de 2022, o município possui 36.758 famílias cadastradas e 16.498 famílias em extrema pobreza (renda per capita até R$105,00).

O Diagnóstico Socioterritorial 2017 apontou o surgimento de ocupação de áreas públicas e particulares por meio de barracos, e identificou como causa a crise econômica dos anos de 2015 e 2016, que agravou a situação socioeconômica de inúmeras famílias surgindo as referidas áreas de ocupações que se encontram atualmente no território do CRAS Jardim Belo Horizonte.

Durante o ano de 2021, os 13 CRAS do município atenderam 24.968 famílias no serviço PAIF, enquanto, no PAEFI, os CREAS atenderam 882 famílias/indivíduos e o Centro POP atendeu 3.091 pessoas no serviço especializado para pessoa em situação de rua e/ou e abordagem social, e considerando as pessoas que foram categorizadas como pessoas em situação de rua, foram atendidas 2.268.

Em se tratando da escolaridade, a rede municipal de educação atendeu 21.695 alunos do Ensino fundamental no ano de 2020, e 756 jovens e adultos pelo EJA, dados da Conjuntura Econômica São José do Rio Preto. A consulta ao banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a rede pública de ensino, mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2019, do 5° ano do Ensino Fundamental, foi de 6,7 para uma meta projetada de 6.8; já para o 9º ano, o IDEB foi de 5.3 para uma meta de 6.0, e 3º ano do Ensino Médio, meta atingida de 4.6 (a meta era de 4.3).

De acordo com o Novo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), de janeiro a dezembro de 2021, o município somou 71.651 admissões e 63.909 desligamentos. Ressaltamos que se trata de recorte de emprego formal. A discussão com as equipes das 10 Regiões, para a construção deste diagnóstico Socioterritorial, constatou o aumento nos atendimentos de famílias em contexto de desemprego e das que exerciam trabalho informal. Considerando a base de dados do CECAD de agosto de 2021, temos 28.203 que declararam desemprego e 6.781 que

declararam trabalho informal. Neste sentido, as equipes de atendimento dos CRAS e CREAS apontam, sobretudo, o aumento de solicitação de cestas básicas e inclusão em programas de transferência de renda.

A análise das Informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com dados de vigilância de violência interpessoal e autoprovocada em São José do Rio Preto de 2021, demonstra total de 2.922 notificações. As especificações por tipo de violência são: física 964; autoprovocada 758; psicológica/moral 803; negligência/abandono 162; sexual 174; financeira/econômica 17; trabalho infantil 40; intervenção legal 05 e tortura 04.

Na coleta de informações do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) identifica-se 483 famílias ou indivíduos vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI em 2021, sendo 266 famílias/indivíduos no CREAS 1 e 217 no CREAS II.

Com relação à Pessoa em Situação de Rua (PSR) no município, no ano de 2021 foram atendidas 2.366 pessoas pelos seguintes serviços: Serviço especializado para Pessoa em Situação de Rua, Serviço de Abordagem Social e pela OSC Albergue Noturno, que executa a Casa de Passagem e Acolhimento Institucional.

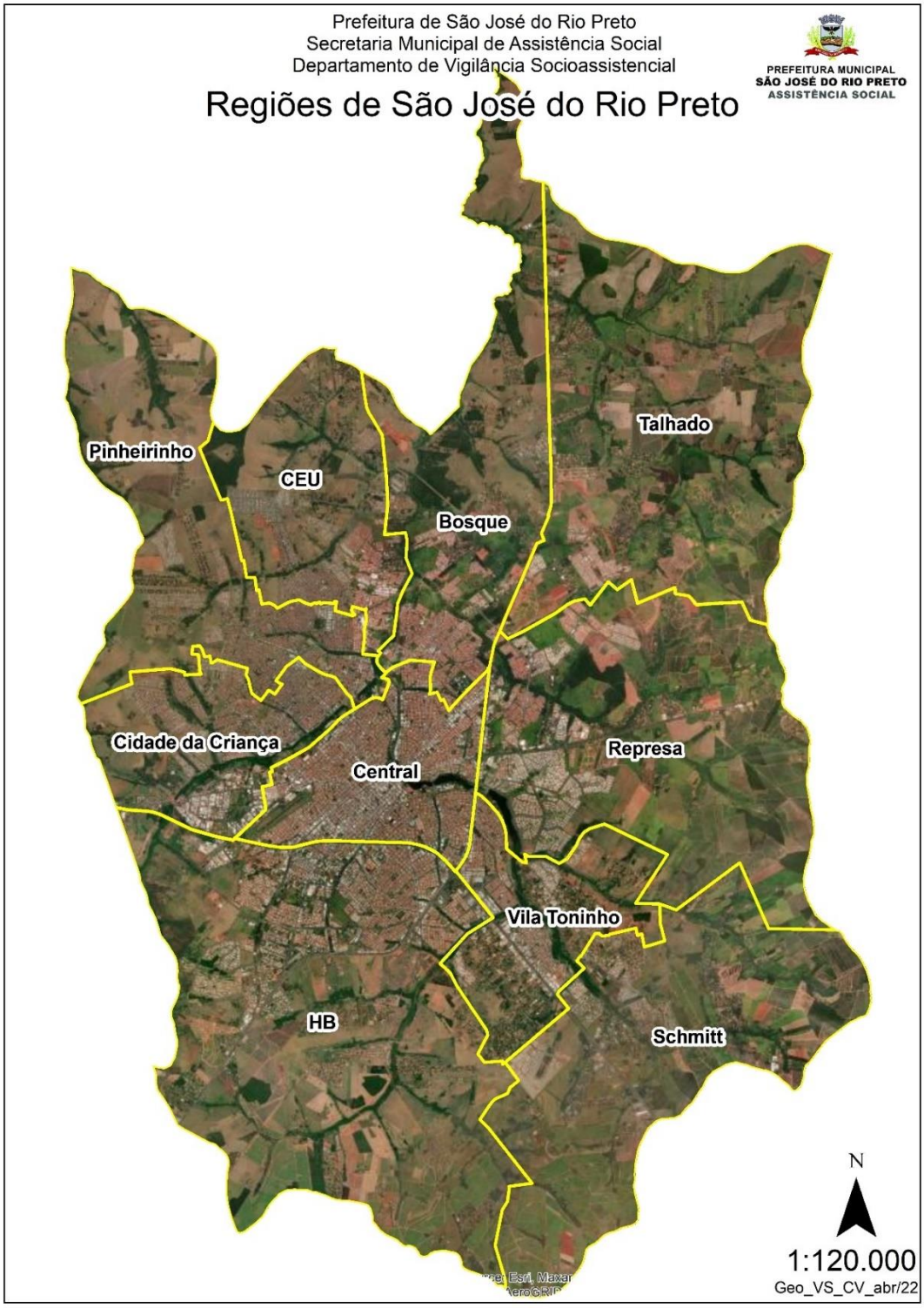
No trimestre de abril a junho de 2022, foram atendidas uma média mensal de 855 pessoas no Centro POP e 480 no Albergue Noturno Protetor dos Pobres. Das pessoas atendidas e que foram categorizadas, tivemos uma média de 797 pessoas, sendo 448 (56,3%) Moradores de Rua, 297 (37,2%) Flutuantes, 52 (6,5%) Munícipes Não Moradores de Rua.

Quase a totalidade das PSR (Flutuante e Morador de Rua) encontram-se nas faixas etárias acima de 18 anos, sendo que a faixa etária de 30 a 59 anos corresponde a 75,7% em média das pessoas atendidas. Quanto ao sexo biológico, em média 89% são pessoas do sexo masculino e 11% são do sexo feminino. No caso dos Munícipes não Moradores de Rua, 67,7% estão na faixa etária de 30 a 59 anos. Quanto ao sexo biológico, 80% são do sexo masculino e 20% do sexo feminino.

TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

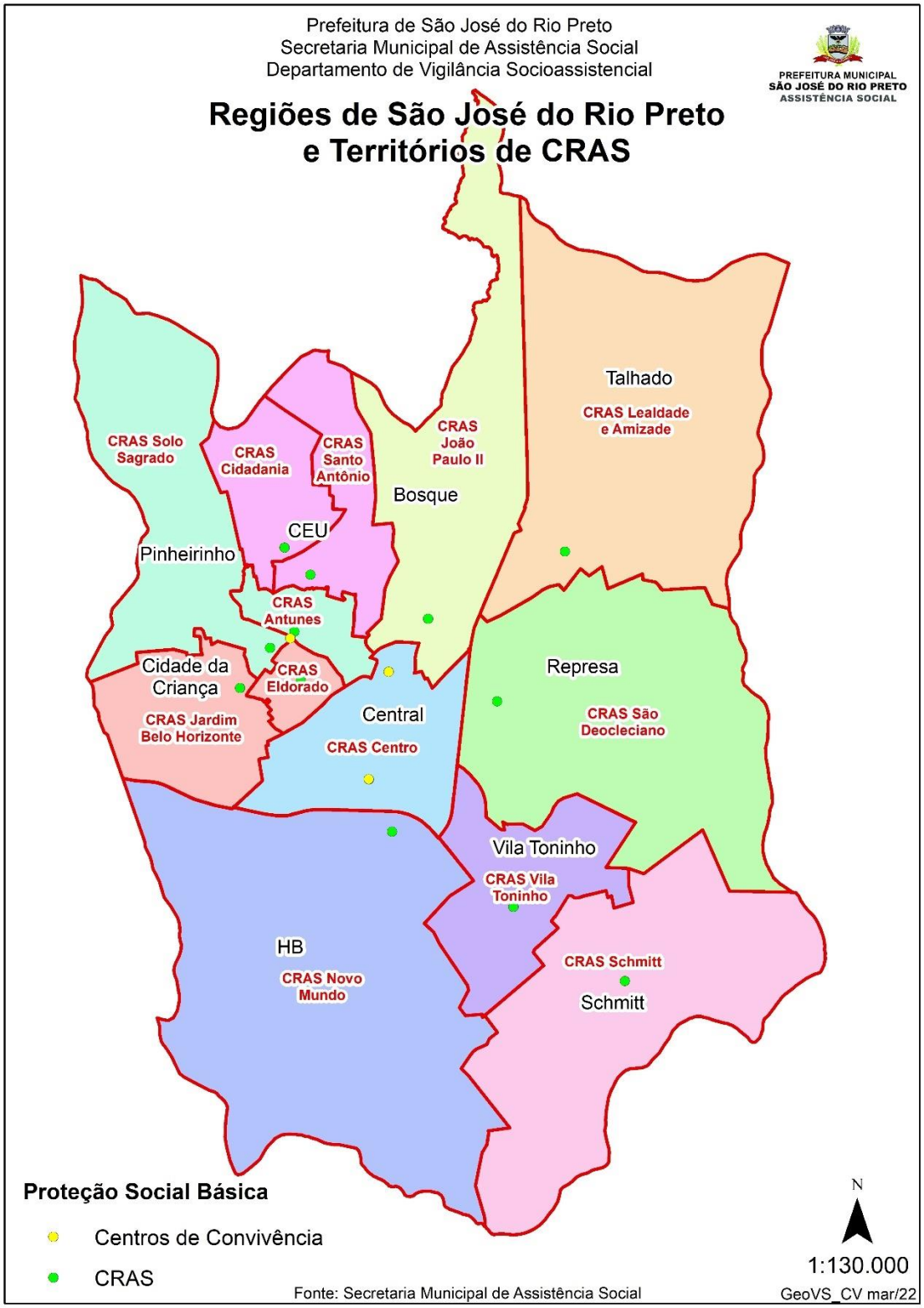
Apresentam-se os seguintes mapas: Regiões de São José do Rio Preto, abrangência dos CRAS, divisão territorial dos CREAS e Rede Socioassistencial, bem como imagens das fachadas dos CREAS e Centro POP.

Mapa 4 — Regiões de São José do Rio Preto.



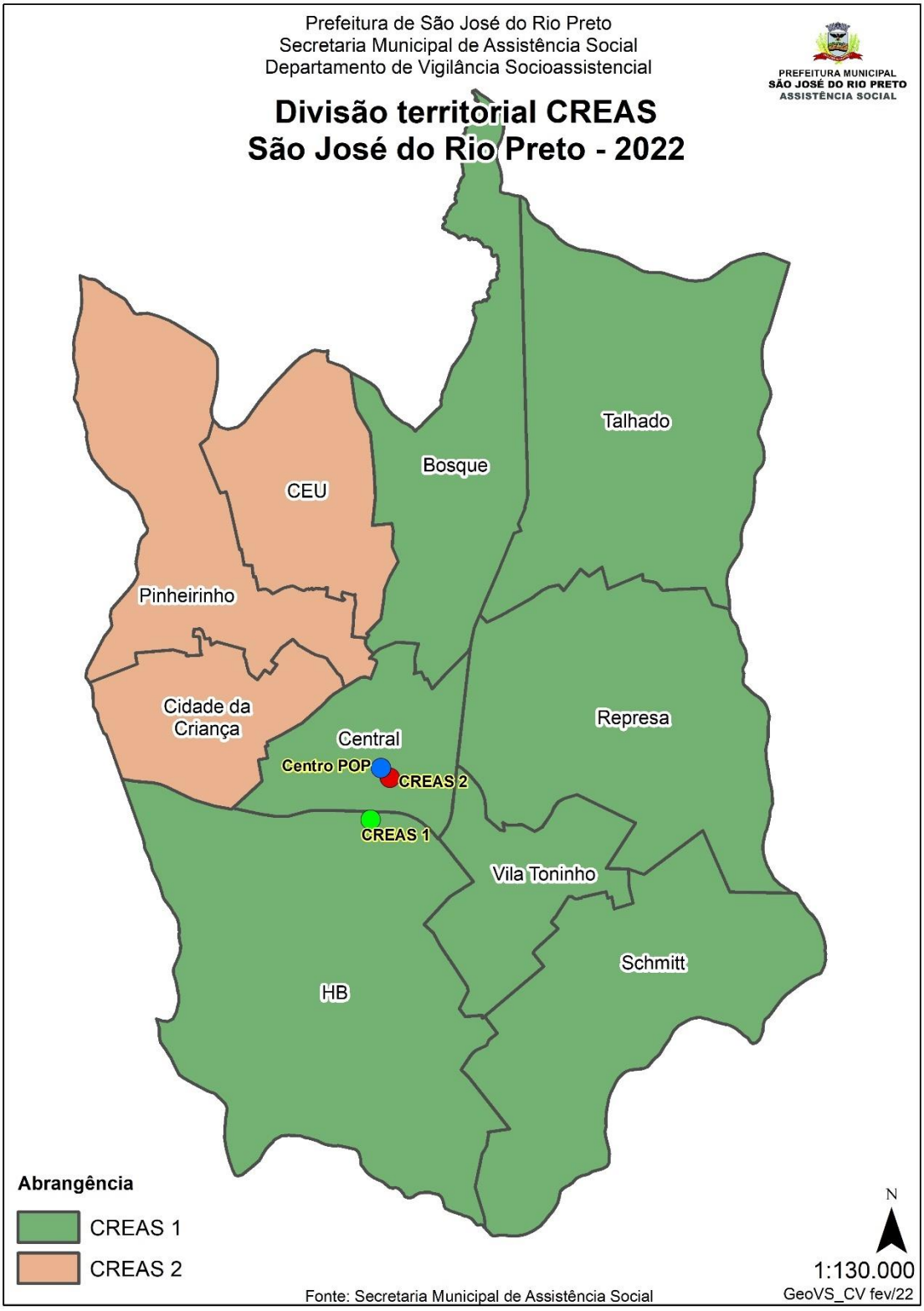
Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Mapa 5 — Territórios dos CRAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial /Secretaria de Assistência Social.

Mapa 6 — Territórios dos CREAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Figura 1 — Fachada CREAS I.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 2 — Fachada CREAS II.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 3 — Fachada Centro POP.

Fonte: Arquivo SEMAS.

MAPA FALADO COM CONSELHOS DE DIREITOS

No dia 13 de junho de 2022 realizou-se, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, a atividade do Mapa Falado, contando com a participação de 27 pessoas, representantes do Departamento de Vigilância Socioassistencial, CMAS, CMDI, CMDCA e COMAD.

Iniciou-se com a proposta metodológica a ser utilizada e explanando como se daria a participação dos presentes. Fora esclarecido o objetivo do Mapa Falado, com a finalidade de somar informações ao Diagnóstico Socioterritorial (2022), norteando as ações a serem contempladas no PMAS (2022/2025). Foi enfatizada a importância do processo de construção coletiva com a metodologia do diálogo e reflexão como proposta de finalização do documento para, posteriormente, realizar a devolutiva e socialização das informações através da publicação deste Diagnóstico.

Sendo assim, realizou-se o processo de discussão em torno dos mapas expostos e a identificação com marcadores de acordo com cada cor, representando as respectivas legendas, com as temáticas: vermelho (para elencar situações de

risco), prata (ausências nos territórios), verde (espaços de convivência e lazer), azul (experiências coletivas do território) e laranja (marcas e características de identidade do território).

- **VERMELHO –** Locais e situações de riscos:

    1. Transporte público em loteamentos e chácaras;
    2. Infraestrutura e acessibilidade;
    3. Acessibilidade no comércio;
    4. Tráfico de drogas;
    5. Uso abusivo de Substância Psicoativa (SPA);
    6. Exploração Sexual.

De acordo com a análise do grupo, as vulnerabilidades perpassam as políticas públicas e enfrentá-las é uma tarefa que exige integração e ações intersetoriais.

Foi levantada a questão da falta de mobilidade nas estâncias e chácaras distantes dos territórios e os riscos a ela relacionados. O transporte público ineficiente acarreta, segundo o grupo, na falta de segurança, já que as pessoas ficam muito tempo nos pontos de ônibus, que muitas vezes não são iluminados nem sinalizados, além de não possuírem acessibilidade para deficientes físicos.

Além disso, foi citada como consequência desse fator, a evasão escolar, pois as crianças/adolescentes residentes nesses locais enfrentam uma série de dificuldades para acessar a escola. Referente à mobilidade, existe a falta de infraestrutura e acessibilidade, não somente nas estâncias, mas em todo o município, o que gera uma série de transtornos e dificuldades para pessoas idosas e deficientes, sendo um fator dificultador para suas vidas cotidianas e o acesso à educação, cultura, esporte e lazer.

Outro fator discutido foi o tráfico de drogas, apontado pelo grupo como mais visível nas Regiões Bosque, CEU, Pinheirinho, Vila Toninho, Schmitt (Vila Ramos) e Central. Sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas, explanou-se que está em todas as Regiões, com foco para a região do centro da cidade, que abriga o que os representantes presentes no Mapa Falado nomearam de “cracolândia”. Foi mencionado o fato de que, dentro dos condomínios, existe o uso e, até mesmo, tráfico velado e que não entram nas estatísticas. Relatou-se o fato de os traficantes aliciarem

adolescentes para o tráfico. Atreladas ao uso e tráfico de SPA, o grupo mencionou a prostituição e exploração sexual como escancaradas nas Regiões Central, Pinheirinho e CEU, com foco para as Regiões Pinheirinho e CEU onde ocorre, também, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

- **PRATA –** Ausências nos territórios:
    1. Saneamento básico em loteamentos e chácaras;
    2. Centro Dia;
    3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para Crianças e adolescentes no contraturno escolar;
    4. Mobilidade urbana;
    5. Inserção de jovens no mercado de trabalho e/ou capacitação para inclusão;
    6. Segurança Pública;
    7. Remoção (saúde);
    8. Outra unidade do “Bom Prato”;
    9. Política de Habitação;
    10. Critérios para concessão de benefícios;
    11. Implementação de mais Centros de Convivência Familiar (CCF);
    12. Articulação entre Políticas Públicas para a promoção de cultura;

A legenda das ausências foi, sem dúvida, a mais utilizada. Dentre as ausências enumeradas acima, destacou-se, durante a discussão, a falta de comunicação em locais distantes (loteamentos e chácaras irregulares) como fator impeditivo de acesso à segurança e saúde “não é possível chamar a polícia nem uma ambulância, se necessário, porque os celulares não têm sinal” (sic). Foi mencionada também a ausência de orelhões, vistos como ultrapassados na “geração dos celulares”, mas muito necessários nesses locais.

Uma ausência que implicou em problematizações, por parte do grupo, foi a inexistência de unidades de Centro Dia para os idosos nas Regiões Cidade da Criança, Pinheirinho e Schmitt, com ênfase para a necessidade de ser disponibilizado transporte para os usuários do serviço. Ainda, nessa direção, foi mencionado o fato de os serviços estarem, em sua maioria, concentrados na Região Central, não sendo ofertados ou, quando ofertados, ineficientes, nas demais Regiões do município.

O grupo expôs a ausência de políticas públicas para inserção de jovens no mercado de trabalho, enfatizando o fato de haver discriminação quanto aos jovens que não se enquadram no “padrão estabelecido”. Observam-se preconceitos relacionados a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais, além da estigmatização dos jovens que moram nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente em estâncias e chácaras.

Com relação à falta de segurança pública, o grupo mencionou que os condomínios não enfrentam as consequências dessa ausência. Contudo, essa não é a realidade da maioria da população, pois são muitas as situações (violência, tráfico, insegurança etc.) vivenciadas em decorrência das fragilidades da segurança pública.

Outro fator destacado refere-se à dificuldade enfrentada pelos usuários ao tentar utilizar os serviços de remoção da saúde (locomoção de pacientes para consultas/tratamentos). O serviço foi apontado como “muito burocrático e ineficiente”, já que, quando disponibilizado, não chega no horário, o que, muitas vezes, faz com que o paciente perca a consulta. Enfatizou-se, nesse caso, as Regiões Vila Toninho, CEU, Pinheirinho e Schmitt, com a observação de que isso também ocorre nas demais.

A dificuldade de acolhimento para dependentes químicos que desejam se tratar foi mencionada por um dos participantes, que citou o fato de os trâmites serem muito burocráticos. Aproveitou-se o momento para divulgar os fluxos para acolhimento, que devem passar inicialmente pelo CAPS, e a importância desses fluxos.

Quanto à fome e insegurança alimentar, foi mencionada a ausência de outras unidades do Bom Prato na região norte, com foco no Pinheirinho, CEU e Bosque, sendo enfatizada sua necessidade por todo o grupo. Ainda neste âmbito, mencionaram-se as ausências provocadas pelos critérios de concessão de benefícios às famílias, que, segundo uma participante, desconsideram os novos arranjos familiares formados em decorrência da crise econômica que o país enfrenta, com a formação, inclusive, de cortiços. Ao citar a situação dos cortiços e rearranjos familiares, foi levantada a falta de políticas habitacionais, principalmente na Região Pinheirinho.

Referente aos serviços e locais de convivência sugeriu-se a implementação de mais Centros de Convivência da Família. Quanto à situação do atual CCF, foi mencionando que a piscina aquecida gera a maior parte da demanda reprimida do local, já que a demanda é maior do que a oferta.

Por fim, mas não menos importante, foi trazida à discussão a falta de articulação entre as políticas públicas. Concluiu-se, a esse respeito, que há muitos espaços que podem servir para realização de eventos e atividades referentes aos serviços, mas esses espaços estão subaproveitados, uma vez que falta estrutura mínima como bancos e tomadas em praças. Segundo o grupo, se as políticas articulassem entre si, os espaços seriam melhor aproveitados. A ênfase, neste tópico, foi a realização de grupos e atividades culturais, que poderiam chegar às demais Regiões, mas, pelas questões já mencionadas, ficam concentradas na Região Central.

- **VERDE –** espaços de convivência e lazer:

1. Centro de Convivência Familiar (CCF).

- **AZUL –** experiências coletivas do território (solidariedade, mobilização).
    1. Associações;
    2. Grupos Narcóticos anônimos (NA)/Alcoólicos Anônimos (AA);
    3. Intervenções culturais descentralizadas.

Neste tópico foram destacadas as associações de moradores de bairros que, segundo relatos, se fortaleceram durante a pandemia (com ênfase às Regiões Pinheirinho, Cidade da Criança, Central, Schmitt e HB). De modo que os grupos formados por “vizinhança solidária” existentes, dentre outras, na região Central, promovem a solidariedade e segurança entre os moradores.

Outros pontos citados como positivos foram os grupos de ajuda (NA e AA) presentes nas Regiões Vila Toninho e Central e as intervenções culturais descentralizadas que ocorrem nas Regiões Talhado, Represa e Schmitt.

- **LARANJA –** marcas e características de identidade do território
    1. Polo turístico (Schmitt);
    2. Complexo (Cidade da Criança);
    3. Shopping (HB);
    4. Saúde (HB);
    5. Represa/Swift (Represa);

6. Rodoviária (Central);
7. Basílica (Central);
8. Calçadão (Central);
9. Biblioteca (Central);
10. Zoológico (Bosque);
11. Cristo (Central);
12. UNESP (Bosque);
13. FAMERP (HB);
14. Pinheirinho (Pinheirinho);
15. Campo de futebol São Francisco (HB);
16. Centro Esportivo Eldorado (Cidade da Criança);
17. Praça de Esporte e Cultura (Schmitt);

Destaca-se, nesse tópico, que de forma geral os participantes apresentaram a oferta de serviços públicos, bem como os espaços de convivência, esporte e cultura como importantes marcas e características de identidade dos territórios do município. Ressaltou-se a importância desses espaços e serviços como referências para a população e usuários dos serviços ofertados.

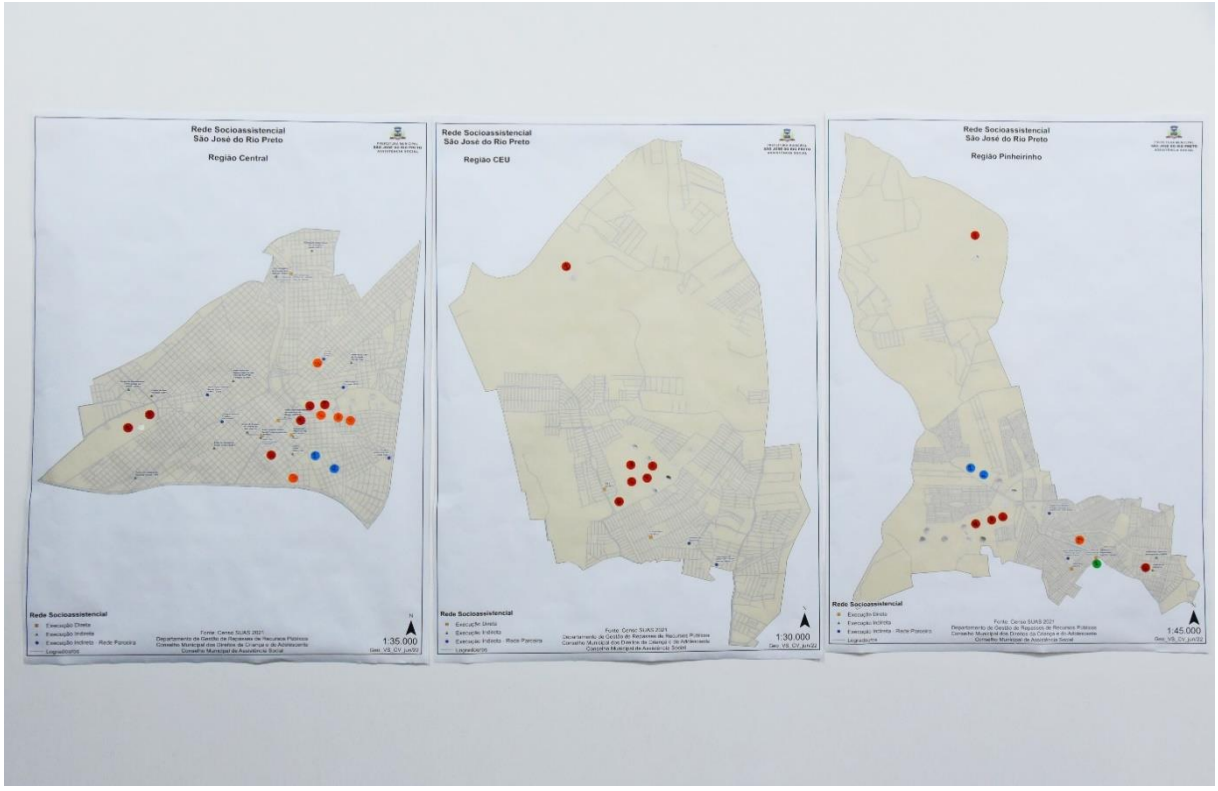
Apontamentos finais

Na finalização das discussões foi dada a oportunidade ao grupo de analisar a atividade e expor seus pontos de vista. Foi mencionado, como ponto positivo, que o Diagnóstico tem sido um processo “bacana”, participativo e democrático. Como ponto negativo citou-se o fato de Rio Preto, apesar de ser uma metrópole, possuir muitos pontos a serem melhorados em diversas políticas públicas, como as políticas para pessoas idosas, já que a cidade está “envelhecendo” e, segundo o grupo, as políticas não têm acompanhado esse indicador social. Também foi explicitado o fato de as políticas públicas não chegarem até os espaços que poderiam ser utilizados para oferta de seus serviços. Observou-se que muitos espaços possuem potencial para o desenvolvimento de ações e atividades, mas são subutilizados ou não são devidamente utilizados por falta de divulgação e da integração entre as políticas.

Por fim, o grupo refletiu sobre a importância da função vigilância, ressaltando que essa não é só de competência da Política de Assistência Social, mas de todas as

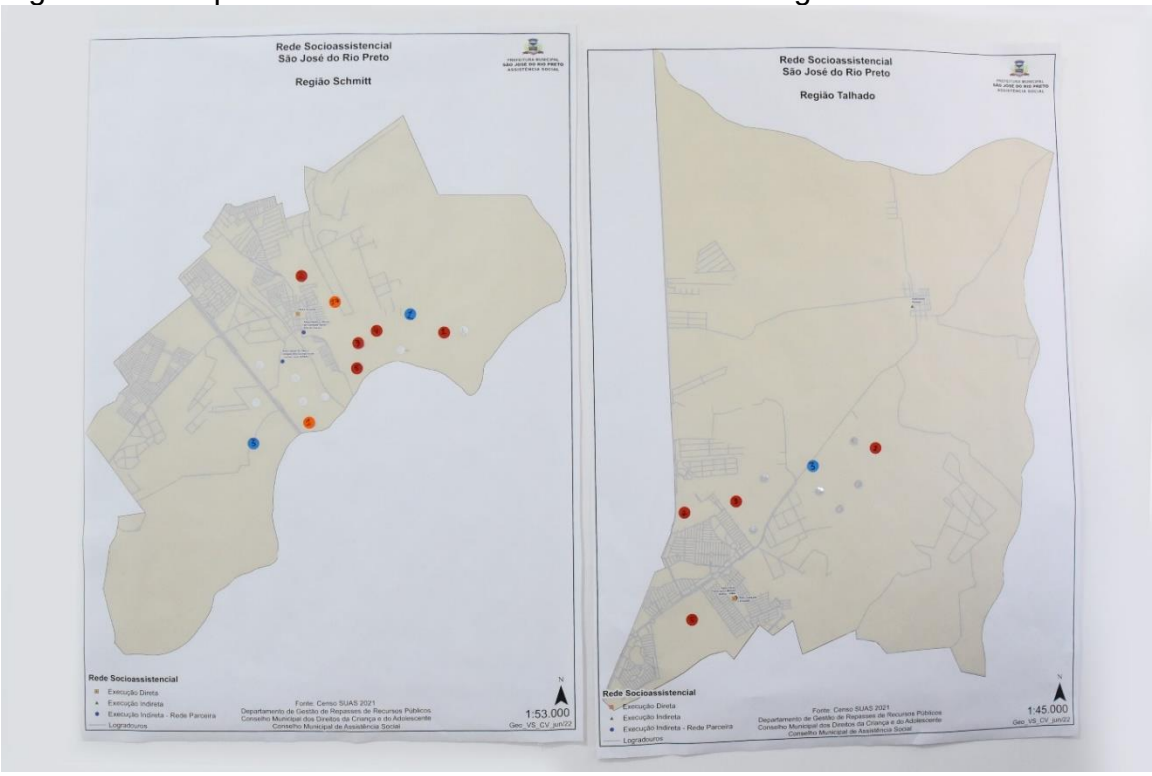
políticas públicas sociais e seus equipamentos. Nessa direção, avaliou-se a relevância da atividade do Mapa Falado, como exemplo da sistematização das demandas, já que muitas não chegam aos Conselhos de Direitos por não terem sido sistematizadas e reduzidas a termo, impedindo que as instâncias competentes atuem, de forma direta e objetiva, para saná-las.

Figura 4 — Mapa falado realizado com conselhos de direitos. Regiões Central, CEU e Pinheirinho.



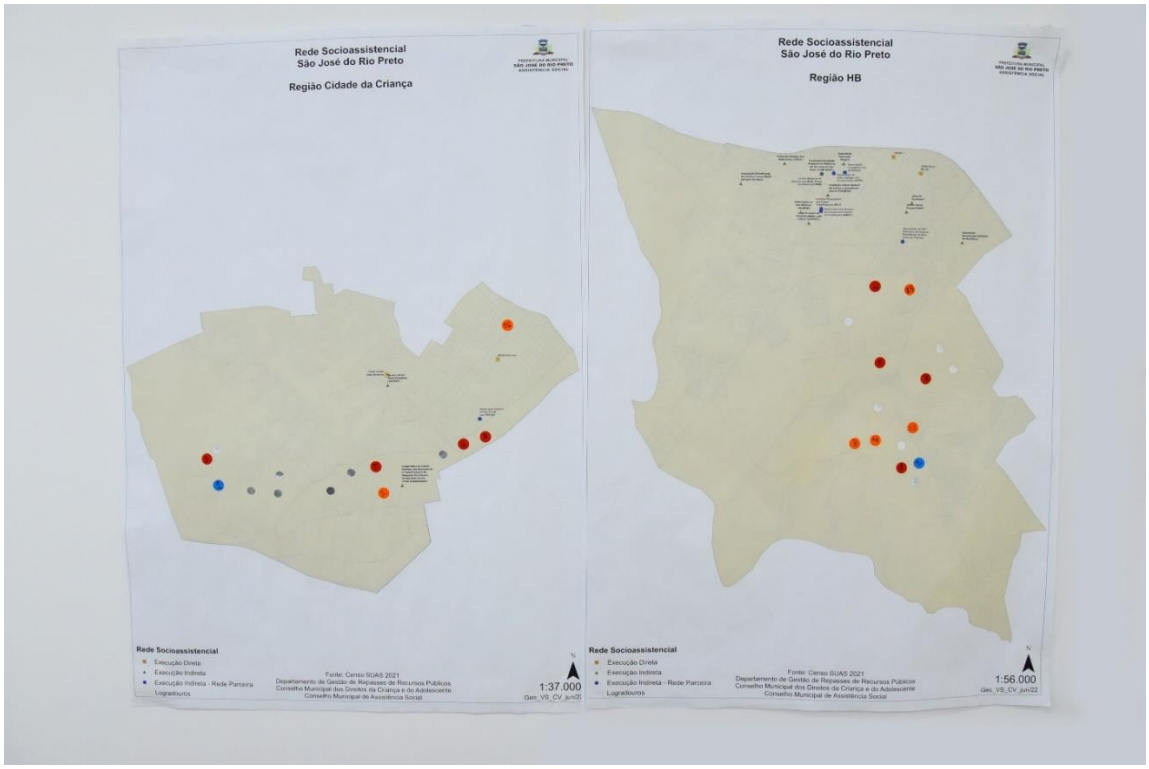
Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 5 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Schmitt e Talhado.



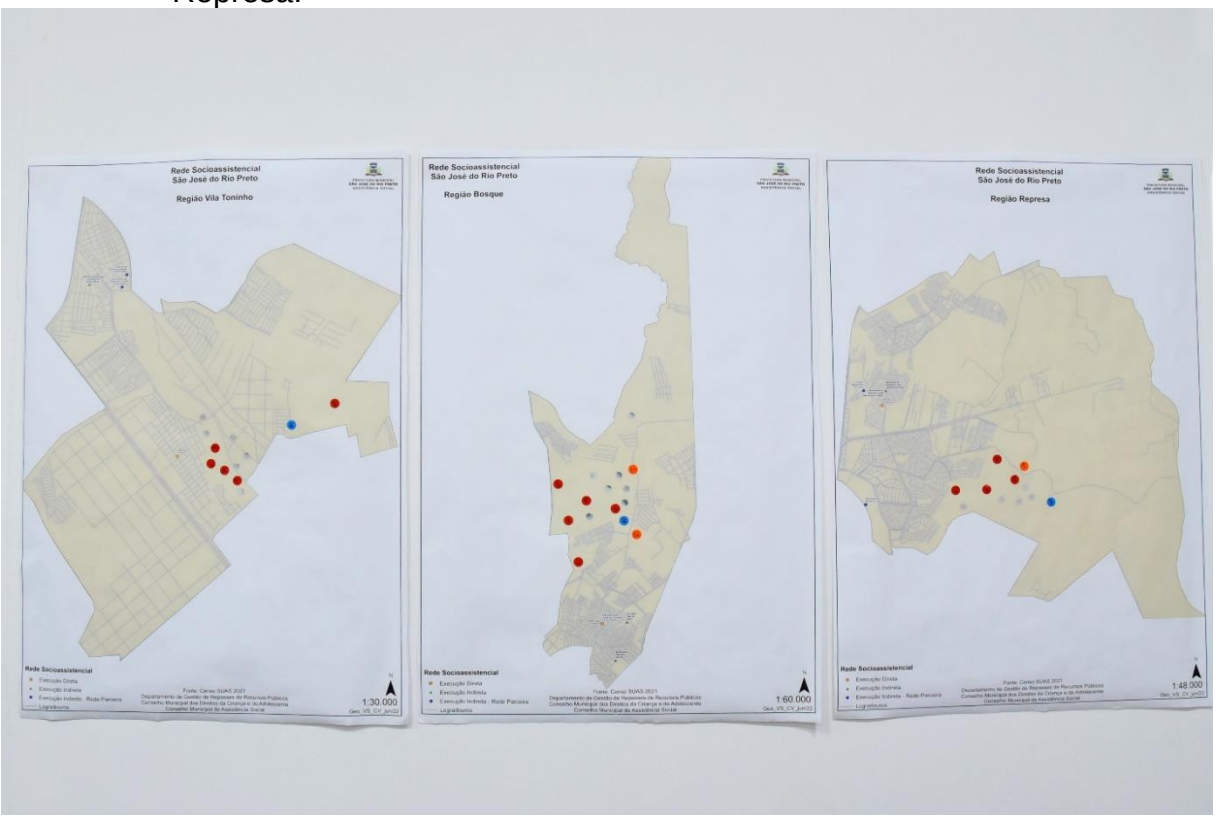
Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 6 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Cidade da Criança e HB.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 7 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Vila Toninho, Bosque e Represa.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATOS DE CASOS ALTA COMPLEXIDADE

Referente à alta complexidade, o Departamento de Proteção Social Especial, em conjunto com o Departamento de Vigilância Socioassistencial, traz o relato de casos de jovens que estão no Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo da OSC Comunidade Terapêutica Só Por Hoje, com um quadro descritivo de seus contextos de vida, enumerados de A até D, e uma análise fazendo a correlação com o importante papel das políticas públicas.

Quadro 10 — Breve histórico dos adolescentes do Serviço de Acolhimento em Abrigo Institucional para adolescentes – OSC Só Por Hoje – Casa 1.

Nomes fictícios	Descrição
"A" **17 anos** Acolhido neste Serviço desde: 23/11/20	- Acolhimento por negligência e abandono; - Acolhimento em outro serviço desde criança; - Baixa tolerância à frustração; - Envolvimento com o uso e tráfico de drogas; - Internação no CIAPS - 15 dias devido a uso de substâncias; - Dificuldade com figuras de autoridade; - Dificuldade com normas e regras escolares; - Comportamento de agressividade devido às adversidades; -Acompanhamento no CAPS AD III - Schmitt, realizou acompanhamento ambulatorial em torno de 06 meses, prescrita medicação controlada, mas nega fazer uso; - Mudança de período escolar para o noturno na tentativa de busca de emprego, atingirá sua maioridade em outubro/2022; - O serviço de acolhimento, através da Vara da Infância e Juventude conheceu uma empresa no ramo de peças automotivas para caminhão, na qual o proprietário teve a sensibilização com a história dos adolescentes acolhidos, e outros dois adolescentes que passaram por acolhimento tiveram uma oportunidade nesta empresa; - No início de fevereiro /2022 – foi realizado um teste na empresa descrita, na área de separação de itens para venda, o adolescente apresentou interesse de aprendizagem, foi realizada junto à equipe e empresa a importância de continuar estudando, para a possibilidade de crescimento dentro da empresa; - **"A"** começou a frequentar a escola com assiduidade, iniciou um relacionamento com uma adolescente da sala que o estimula com as questões escolares e de trabalho; - Não vem apresentando, até o momento, nenhuma situação de risco e uso de substâncias; - Com o primeiro salário, comprou uma bicicleta e um celular e relatou ser a *"primeira vez que teve dinheiro do seu suor"* ; (sic) - Apresenta interesse de buscar uma vida autônoma, e constituir sua própria família.
"B" **18 Anos**	- Órfão de mãe; - Negligenciado pelo genitor; - Situação de rua e uso de substâncias; - Evasão escolar; - Dificuldade de aprendizagem; - Tratamento ambulatorial CAPS I CENTRO; - Permaneceu no acolhimento cerca de 14 meses, no período retomou a rede de ensino; - Realizou curso de Jovem Aprendiz na ARPROM, foi contratado como estagiário por uma rede de supermercados, apresentou bom desempenho, foi demitido devido à extensão do período de pandemia; - O serviço de acolhimento entrou em contato com uma empresa e relatou que o adolescente precisaria de um trabalho, pois teria que trabalhar sua autonomia para o a saída do acolhimento; - O serviço o ajudou na locação de um local próximo ao trabalho, para a economia do transporte; - O adolescente precisou de todo um aparato do acolhimento e da empresa, para a construção de sua autonomia, como auxílio da gestão financeira, compras de itens domésticos etc. - O jovem está há dois anos empregado e residindo sozinho.

"C" **17 Anos** Acolhido neste Serviço desde: 18/01/22	- Acolhido por motivo de negligência; - Sem contato familiar; - Evadido da escola; - Atualmente concluiu o ensino fundamental no sistema EJA, aguardando liberação para a inclusão no ensino médio do ensino regular; - Iniciou há cerca de 20 dias o estágio em uma empresa e ainda está em período de teste.
"D" **17 ANOS** Acolhido neste Serviço desde: 14/09/21	- Acolhido por motivo de negligência; - Cumprindo medida de Liberdade Assistida por motivo de agressão; - Cursando o 2º ano do ensino médio; - Durante a seleção de estagiários uma empresa ficou sensibilizada pelo fato de o adolescente estar em contexto de acolhimento e decidiu, juntamente com a equipe, dar uma oportunidade de trabalho para o adolescente; - Estagiando na empresa há cerca de 2 meses.

Fonte: OSC Só Por Hoje e Departamento de Proteção Social Especial.

Análise e Discussão

Os adolescentes acolhidos apresentam em comum nas suas trajetórias de vida, situações de vulnerabilidade social, rompimento de vínculos familiares e comunitários e violação de direitos em diversos âmbitos. Alguns destes adolescentes, na busca pela sobrevivência, se envolveram no tráfico de drogas, considerada a pior forma de trabalho infantil e pela sociedade, um caminho sem volta.

Os relatos apresentados apontam retorno à escola, inserção no trabalho, resgate dos vínculos familiares, superação da dependência química e o alcance da autonomia. É instigante pensarmos: quais os elementos que propiciaram a mudança da trajetória de vida dos adolescentes? Inclusive um dos relatos testemunha que mesmo com a maioridade tal mudança permaneceu. Porque permaneceu? Para respondermos estas questões é necessário compreender o serviço de acolhimento.

O acolhimento institucional tem como objetivo a proteção integral do adolescente, devendo ser desenvolvido com o adolescente e sua família trabalho social que oportunize espaço para reflexão, atividades socioeducativas, retorno à escola, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e cuidado integral à saúde.

O adolescente acolhido tem garantido no acolhimento institucional condição habitacional digna, alimentação, material de higiene, vestuário, rede de internet, vaga em escola próxima à residência ou do trabalho, cursos de capacitação e vale transporte para o desenvolvimento de atividades. O acolhimento institucional, ainda,

por intervenção do juiz da infância e juventude, conta com parceiros que priorizam os adolescentes na oferta de vagas de estágio e emprego. Temos ainda equipe técnica, formada por psicóloga e assistente social, que em conjunto com os educadores, terá a missão de supervisionar/orientar os acolhidos, além de realizar atendimentos particularizados com os adolescentes e seus familiares. A finalidade é o resgate do vínculo familiar e apoio na construção de estratégias para a superação das dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano, sempre sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Pela descrição do serviço de acolhimento institucional visualizamos que o adolescente tem acesso aos direitos apregoados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que nos leva a pensar que mesmo o adolescente que já vivenciava diversas desproteções e situações de risco podem ter uma mudança de trajetória. Infelizmente, a realidade experimentada pelos adolescentes e suas famílias antes do acolhimento institucional era de muitas desproteções (renda, habitação, alimentar, escolar e etc.).

Fleury (2010) em texto sobre os modelos de proteção social elabora o conceito de cidadania invertida “[...] na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social”.

O acolhimento institucional é uma medida judicial aplicada em casos graves, quando se reconhece a impossibilidade de proteção por parte da família e o esgotamento das ações do estado em atuar junto à família para a proteção de seus membros, portanto, falamos de fracasso. Todavia, é este fracasso que permite ao adolescente e sua família ascender à condição de cidadania universal, pois “Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social [...]” (FLEURY, 2010).

Concluímos que o acesso à cidadania universal viabiliza a segurança de autonomia, é promotora de sonhos, assegura aos adolescentes escolhas, tornando-os protagonistas de sua própria história. Assim, também questionamos as teses meritocráticas que responsabilizam os sujeitos por seus sucessos ou fracassos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. **Desemprego.** [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Portal da Transparência**. [Internet]. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Painel de Informações do Novo CAGED**. [Internet]. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. IPEA. **Carta de Conjuntura**. [Internet]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** do Sistema Único de Assistência Social – **NOB**-**RH**/SUAS, **2006**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Portaria nº 115, de 20 de março de 2017.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS **NOB** - RH/**SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. **2005**. BRASIL, Política Nacional da Assistência Social - PNAS - Versão Original.

BRASIL. **Resolução nº 109 de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,** que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União* 2011; 7 set.

FLEURY, S. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/. Acesso em 10 jun. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Informe 4 A Vigilância Socioassistencial em tempos de calamidade emergência: estratégias para Proteção Social.** [Internet]. Disponível em: https://conferenciadeassistenciasocialhome.files.wordpress.com/2020/06/informe4_vigilanciasocioassistencial-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto N° 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da Pandemia do Covid-19 (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. São José do Rio Preto, 2020ª. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/DECRETO_N_18571.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Covid-19 (COVID-19).** São José do Rio Preto, 2020. [Internet]. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/#notas. Acesso em: 21 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 1.071 de 5 de janeiro de 1965**. Institui a Fundação Riopretense de Assistência Social. São José do Rio Preto, SP, 1965.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 2.104 de 2 de maio de 1977**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Leo nº 3.045 de 7 de junho de 1982. Constitui a assessoria do bem-estar social. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto Municipal nº 2.883 de 14 de junho de 1982**. Define a constituição da Assessoria de Bem-Estar Social. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982**. Estrutura administrativa constituída pelos órgãos da administração direta, constante no ítem I do art. 10 da Lei nº 2.104/77. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 4.956 de 15 de maio de 1992**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. São José do Rio Preto, SP, 1992.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 01 de julho de 2018. Ano XV - nº 4396. Disponível em: <file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-decreto_18073.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 25 de março de 2020. Ano XVII - nº 4922. Disponível em: < file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-Decreto_18571.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

APÊNDICE 1 – REDE SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
1	Bosque	Associação Anjo da Guarda	Rua Antônio Munia, 1086 - Jd. Nazareth (17) 3363-4589	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	130			CMDCA; Censo SUAS 2021
2	Bosque	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 441- João Paulo II (17) 3224-5384	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
3	Bosque	CRAS¹ João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 401 João Paulo II - (17) 3223-8550 (17) 99779-0611 (17) 3221-5183	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
4	Bosque	Lar Maria José de Jesus	Rua Valdomiro Cornachione, 209 Bosque da Felicidade (17) 3224-8050	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Jovens a partir de 18 anos a idosos	30			Censo SUAS 2021
5	Central	Casa Evangélica de Recuperação Adonai (CERAI)	Rua Alexandre Tambury, 243 - Jd. Conceição (17) 3223-6468	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional em República	Homens adultos de 18 a 59 anos	12			Censo SUAS 2021
6	Central	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Rua Independência, 2611 - Centro (17) 3232-8260	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional e Casa de Passagem	Pessoas adultas ou famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência e pessoas em trânsito	Pernoite e Jantar (média diária): 40; Casa de Passagem (mensal): 10; Jantar (média diária):100	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
7	Central	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Sede: Rua Rubião Jr, 2056 - Boa Vista (sede da equipe) (17) 3222-5121	Especial de Alta Complexidade	Serviço de acolhimento Institucional 4 Casas-lares e crianças e adolescentes em reintegração familiar obs. O serviço atende todas as regiões do município.	Crianças e adolescentes	10 vagas para cada casa lar	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
8	Central	Associação Rio-pretense de promoção do Menor (ARPROM)	Rua Prudente de Moraes, 3308 - Centro (17) 3214-6830	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos	700		X	CMDCA; CMAS
9	Central	Associação Casa de Caridade Pão da Vida	Rua Borba Gato, 149 - Jd. Paulista (17) 3305-3028	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	15			Censo SUAS 2021
10	Central	Associação Madre Teresa de Calcutá	Rua Maximiano Mendes, 157 - Santa Cruz (17) 3235-4645	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	18 a 29 anos, 30 a 59 anos e idosos	30			Censo SUAS 2021
11	Central	Centro Pop³	Rua Antônio de Godoy, 2839 - Centro (17) 3237-3000 (17) 3231-6939 (17) 99709-0301	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	-			Censo SUAS 20211
					Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência				
12	Central	CRAS Centro	Rua João Teixeira, 260 - Vila Santa Cruz (17) 3212-7670	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 99779-1276 (17) 3215-3300		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
13	Central	CREAS² II	Rua Maximiano Mendes, 154 - Santa Cruz (17) 3227-2520 (17) 3212-8217 (17) 99734-8969	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
14	Central	Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	Rua Dr. Presciliano Pinto, 3300 - Boa Vista (17) 3211-2953	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	-		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
15	Central	Centro Social Santa Cruz	Rua Silva Jardim, 3925 - Santa Cruz (17) 3232-2678	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	55		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
16	Central	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vila Novaes	Av. Philadelpho M. Gouveia Neto, 785 - Vila Novaes (17) 32222-1614	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	110	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
17	Central	Grupo de Atendimento e Prevenção do Câncer (GAPC)	Av. Dr. Cenobelino de Barros Serra, 3003 Pq. Industrial (17) 3500-2100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	30			Censo SUAS 2021
18	Central	Lar São Vicente de Paulo de São José do Rio Preto	Rua Fernão Dias Paes Leme, 414 - Vila Maceno (17) 3224-6435	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	38	X		Censo SUAS 2021 Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa	Idosos	Até 50	X		

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Permanência para Idosos - ILPI)					
19	Central	Legião da Boa Vontade (LBV)	Rua Dom Pedro I, 2776 - Jd. Canaã - (17) 3235-1811	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	150		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
20	Central	Instituto Comboniano São Judas Tadeu	Rua José Bonifácio, 1598 - Jd. Roseiral (17) 3215-9200	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	300	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
21	Central	Associação dos Ostomizados de São José do Rio Preto e Região (AORP)	Rua Floriano Peixoto - nº 926, bairro: Boa Vista (17) 30225636	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	20			Censo SUAS 2021
22	Central	Rede de Assistência Social Cristã (RASC)	Rua Cila, 2866 - Vila Imperial	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	125		X	CMDCA; CMAS
23	CEU	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Planalto	Rua Amélia Ferreira Del Campo, 125 - Jd. Planalto (17) 3236-8887	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200	X	X	Censo SUAS 2021; CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos,			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Término 31/01/2023 22 meses		ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.				Recursos Públicos
24	CEU	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (sede) (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado Atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
25	CEU	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
26	CEU	CRAS Cidadania	Rua Zacarias Selime Alex André, 200 - Pq. da Cidadania (17) 3212-9195 (17) 3219-5220 (17) 99729-0423	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
27	CEU	CRAS Santo Antônio	Rua Josefina Reis Assunção, 385 - Santo Antônio (17) 3217-8024 (17) 3219-7104 (17) 99645-4742	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
28	CEU	Instituto Lar Esperança	Rua Edson Pupin, 651 - Jd. Santo Antônio (17) 3219-9720	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	IDOSOS	Até 20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
29	Cidade da Criança	Associação Espírita a Caminho da Luz (AELUZ)	Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3236-6098	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	30		X	Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3219-8325	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva	Jovens e adultos com deficiência de 18 a 59 anos	Até 16	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos; CMDCA
30	Cidade da Criança	Serviço Social Maria Peregrina (SESMAP)	Rua Francisco Rodrigues de Freitas, 184 Jardim Belo Horizonte (17) 3219-9970	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	130		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
31	Cidade da Criança	Comunidade Só Por Hoje	Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	70	X	X	CMDCA; CMAS; gestão de parcerias
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar - Casa Compartilhada[4] obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Crianças e adolescentes do município, de 10 a 17 anos, de ambos os sexos, com transtornos mentais, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Adolescentes homens, de 12 a 17 anos, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	ATÉ 10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias
32	Cidade da Criança	CRAS Eldorado	Rua Brás Repizo Nabas, 262 - Vila Romana (17) 99733-4507 (17) 3219-0186	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
33	Cidade da Criança	CRAS Jardim Belo Horizonte	Rua Rogério Cozzi, 657 - Jd. Anielli (17) 3222-4256 (17) 3219-0078 (17) 99718-2169	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
34	HB	Associação Beneficente dos Vinte e Cinco - ABVIC (Amigos da Hipo)	Rua Joaquim Fernandes Diniz, 100 - Tarraf II (17) 3216-4160 (17) 99644-3678	Básica	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de Sua Integração à Vida Comunitária	Crianças e adolescente de um ano e cinco meses a 12 anos	100			CMAS
35	HB	Associação Lar dos Menores (ALARME)	Av. Anisio Haddad 6580 - Jardim Aclimação (17) 3226-4100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
36	HB	Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (AMICC)	Rua Dr. Lino Braile, 355 - Jd. Francisco Fernandes (17) 2137-0777	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem	Crianças, adolescentes e famílias	46	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
37	HB	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Dr. Raul Silva, 1863 - Nova Redentora (17) 3227-1200 /2136-1200	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
38	HB	Centro Social Parque Estoril	Rua Olavo Guimaraes Correa, 815 - Jardim Ouro Verde (17) 3201-1550	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80		X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
39	HB	Clube dos Amigos dos Deficientes (CADE)	Rua Rosa Gregório Gomes, 495 - Jd. Maracanã (17) 3231-7463	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua integração à vida comunitária	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	180			Censo SUAS 2021; CMAS
40	HB	Casa de Apoio ao Paciente Adulto com Câncer (CAPACC)	Rua Saad k. Saad Aboujaoude, 161 - Jd. Michel Jacob (17) 3216-1593 / (17)3227-2676	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	Adultos e idosos	54			Censo SUAS 20211
41	HB	Casa de Eurípedes	Rua Olavo Guimarães Correa, 600 - Jd. Urano (17) 3227-4733	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescente de 07 a 14 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
42	HB	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	Av. Brigadeiro Faria Lima, 5544 - Vila São Pedro - 3º andar (17) 3227-3484	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Família Acolhedora e Programa Guarda Subsidiada	Crianças e adolescentes com medida de proteção	Até 15 famílias acolhedoras até 25 famílias subsidiadas	X	X	CMDCA; gestão de parcerias
43	HB	CRAS Novo Mundo	Rua Centenário, 1299 - Jd. Novo mundo (17) 3226-3131	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3227-0169 (17) 99779-2480		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
44	HB	CREAS I	Rua José Polachini Sobrinho, 575 - Jd. Sinibaldi (17) 3216-2226 (17) 3216-3155	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
45	HB	Fundação Líbero Badaró de Ensino e Assistência Social (FULBEAS)	Av. Francisco das Chagas Oliveira, 1175 Chácara Municipal (17) 3201-4900	Básica	Ações de promoção da integração ao mercado de trabalho	Adolescentes mulheres a partir de 15 anos e 08 meses a 17 anos	90		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
46	HB	Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores (IRCT)	Rua Cleo Oliveiro Roma, 200 - Jd. Morumbi (17) 3355-5001	Especial de Média Complexidade	Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária	Pessoas com deficiência visual	48	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
47	HB	Associação Evangélica Lar de Betânia	Rua Roberto Simonsen, 430 - vila São José (17) 3227-2200	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 43	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
48	HB	Associação Operação Alegria	Rua Doutor Raul Silva, 1523 - Nova Redentora (17) 3305-6127	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	26		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
49	HB	Associação Beneficente Jerônimo de Mendonça	Av. Faiez Nametalh Tarraf, 1.180 - São Marcos (17)32273311	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	40			Censo SUAS 2021
50	HB	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa de Cireneu)	Av. Benedito Rodrigues Lisboa, 400 - São Francisco (17) 3229-3769	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências	Pessoas adultas de ambos os sexos que se encontram em situação de rua e desabrigo	Até 50	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
51	Pinheirinho	CRAS Antunes	Rua Nagib Abissamira, 1801 - Jd. Antunes (17) 3236-5611	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3219-0060 (17) 99717-9120		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
52	Pinheirinho	CRAS Solo Sagrado	Rua Beatriz da Conceição, 241 - Solo Sagrado (17) 3217-3200 (17) 3237-3333 (17) 99772-7435	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
53	Pinheirinho	Instituto Educacional Casa da Criança	Rua Nagib Abissamra, 1665 - Ana Célia (17) 3236-1960	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	140		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
54	Pinheirinho	Associação Espírita Rancho de Luz “Paulino Garcia”	Rua Maria da Encarnação Ferreira, 365 Solo Sagrado (17) 3236-1013	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças, adolescentes e jovens de 07 a 29 anos	40	X		Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
55	Pinheirinho	Instituto As Valquírias	Rua Paschoal Decrescenzo, 599 - Jd. Itapema (17) 99151-2686	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todas os ciclos de vida, a partir dos 7 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
56	Pinheirinho	Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD)	Rua Alcina Medeiros Pinto César, 99 Residencial Califórnia (17) 3219-1467	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
57	Pinheirinho	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
58	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
59	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)				Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
60	Represa	CRAS São Deocleciano	Rua Olinda Loria Khauan, 151 - pq. São Miguel	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3223-1238 (17) 99706-9526		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
61	Represa	Projeto Maquininha do Futuro	Av. Benedito Sufredini, 655 - São Deocleciano (17) 3221-6251	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos e adultas (os) de 30 a 59 anos	200	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
62	Schmitt	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - núcleo rural (APAE)	Rural - Engº Schmitt (17) 3227-1201	Especial de Média Complexidade	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias - centro dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto Equoterapia	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/10/2022 17 meses	Inovar e ampliar o serviço clínico de saúde, nas instalações da APAE Rural de São José do Rio Preto. APAE SEDE - Central APAE Rural - Schmitt			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
63	Schmitt	Associação e Oficina de	Rua Voluntários da Pátria 44 -	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional -	Idosos	Até 84	X		Censo SUAS 2021; Departamento

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
		Caridade Santa Rita de Cássia	Schmitt (17) 3808-1527		Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)					de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
64	Schmitt	CRAS - Engenheiro Schmitt	Rua Voluntários da Pátria, 460 - Engº Schmitt (17) 3808-1412 (17) 3808-1010 (17) 99657-9597	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
65	Talhado	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
66	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	30		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
67	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
						e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor				Recursos Públicos
68	Talhado	Associação Filantrópica Mamãe Idalina - AMAI	Rua Geraldo de Paiva Ferreira (projetada 15), s/n Lealdade e Amizade ao lado do CRAS Lealdade e Amizade	Projeto Vem Ser o Futuro	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 12 meses	Atender até 150 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e 11 meses, de forma virtual.		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
69	Talhado	CRAS Lealdade e Amizade	Rua Geraldo de Paiva Ferreira, s/n - Residencial Lealdade e Amizade (17) 3229-7566 (17) 99761-4234 (17) 3214-0592	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
70	Vila Toninho	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Rua Azaim Pinto Murta, 136 - Vitória Régia (17) 3238-1457	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
71	Vila Toninho	Associação Renascer	Av. Amélia Cury Gabriel, 4701 - Jd. Soraia (17) 3213-9595	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	82	X	X	CMDCA CMAS Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Pediasuit e Snoezeien Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Atendimento gratuito a 40 pessoas com deficiência intelectual e dificuldades físicas associadas ou não, e autismo, de 0 a 14 anos, em 02 métodos inovadores: sendo 30 vagas no Snoezelen e 10 vagas no Pediasuit, por 13 meses.		X		
72	Vila Toninho	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vitória Régia	Rua Hermelinda Martins Vieira Rocha, 77 Vitória Régia (17) 3238-5442	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	115	X	X	CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de fomento lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
73	Vila Toninho	CRAS Vila Toninho	Rua Maria Onofre Lopes Santos, 1273 - Vila Toninho (17) 99772-7439	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3218-1430 (17) 3238-1012		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
74	Vila Toninho	Instituto Educacional Francisco de Assis (IEFA)	Rua Benedito Guagliardi, 291 - Romano Calil (17) 3218-3336	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos, e adultos de 18 a 59 anos	350		X	CMDCA; CMAS

PARTE II

Região CEU

Facilitadora: Klymene Moreno de Sousa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....80
2. PERFIL DA REGIÃO.....81
3. PERFIL DO TERRITÓRIO.....82
3.1. Ofertas de Serviços.....84
4. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE).....88
4.1. Dados da violência/violação de direitos/PAEFI na Região CEU.....89
4.2. Medidas Socioeducativas em meio aberto.....96
4.3. Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop).....109
5. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB).....110
5.1. CRAS Parque da Cidadania.....110
5.2. CRAS Santo Antônio.....114
6. PESQUISA.....120
6.1. O Caminho Metodológico.....120
6.2. Análise.....123
6.2.1. Potencialidades e fragilidades sob a ótica dos moradores da Região CEU.....123
6.2.2. Problemas observados no território.....124
6.2.3. Trabalho e Renda.....127
6.2.4. Oferta de Serviços para crianças e adolescentes.....128
6.2.5. Envelhecimento: necessidades humanas, desafios e ausência de políticas públicas.....129
6.2.6. Transporte público e mobilidade urbana.....130
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....131
REFERÊNCIAS.....134
APÊNDICE 1 – Bairros CRAS Parque da Cidadania.....136
APÊNDICE 2 – Bairros CRAS Santo Antônio.....136
APÊNDICE 3 – Ofertas da rede intersetorial da Região CEU.....137
APÊNDICE 4 – Ação de intervenção realizada na Escola Nova Esperança....138
APÊNDICE 5 – Entrevista semiestruturada – PAIF e PAEFI.....140
APÊNDICE 6 – Questionário de pesquisa – MSE CREAS II.....141

1. INTRODUÇÃO

O Diagnóstico Socioterritorial é um instrumental de grande relevância para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na Política de Assistência Social, de forma preventiva e proativa, em cada esfera de governo e demais processos de planejamento e avaliação. A implantação de serviços socioassistenciais, na perspectiva regional, deve partir do conhecimento da realidade local, das necessidades do território, sendo fundamentada em Diagnóstico Socioterritorial conforme orienta a NOB/SUAS/2012.

A fim de atender ao importante princípio de partir da realidade de cada Região na construção do Diagnóstico Socioterritorial desta cidade, este documento foi construído com a contribuição dos trabalhadores e usuários dos territórios pertinentes à Região CEU.

A construção deste documento se deu por meio de discussões realizadas de maneiras presenciais e remotas (devido ao contexto de pandemia) nos dias 13/10/2021; 22/11/2021, 14/02/2022, 07/03/2022, 28/03/2022; 04/04/2022 e 12/04/2022 com as equipes dos CRAS Santo Antônio, CRAS Parque da Cidadania, CREAS II e CENTRO POP, contemplando a presença das coordenações, técnicos e educadores sociais. Nestes encontros foram levantados o perfil regional, suas potencialidades e demandas, bem como as relações de articulação com serviços e das demais políticas públicas ofertados na Região.

Para completar tal pesquisa, entende-se a primordialidade da participação dos usuários da Assistência Social nessa construção. Neste cenário, foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, junto aos moradores dos territórios referenciados nos CRAS (Parque da Cidadania e Santo Antônio), que ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), CREAS II, atendidos no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE), com questões semiestruturadas contendo seis perguntas. O questionário foi aplicado no período compreendido entre os dias 07 e 21 de março de 2022.

Além disso, espera-se realizar um estudo que possa trazer dados sistematizados que contribuam com a atuação profissional, bem como com a produção de conhecimentos na área.

O resultado do estudo é apresentado em três momentos. No primeiro, apresenta-se o perfil da Região CEU; no segundo, são abordados os serviços prestados pela Política de Assistência Social (Proteção Social Básica e Especial) e os atendimentos realizados junto às famílias dos territórios da Região, e, por fim, no terceiro momento, a pesquisa realizada com os 28 moradores, com levantamento das dificuldades, potencialidades e propostas de intervenções na Região.

A partir deste documento, busca-se trazer uma melhor visualização das demandas locais, a fim de contribuir com a construção de Políticas Públicas para a melhoria da Região CEU.

2. PERFIL DA REGIÃO

A Região CEU leva este nome devido ao Centro de Artes e Esportes Unificados "Aristides dos Santos", mais conhecido como CEU das Artes, inaugurado em 27/12/2016, no bairro Residencial Parque Nova Esperança, no Norte do município. Divididos territorialmente entre dois Centros de Referência de Assistência Social: CRAS Santo Antônio e CRAS Parque da Cidadania. A Região possui aproximadamente 45 bairros, os quais constam nos apêndices 1 e 2.

Segundo dados da Conjuntura Econômica 2021 de São José do Rio Preto/Secretaria Municipal de Planejamento, a Região CEU compreende uma população de 40.192 habitantes, o que corresponde a 8,6% da população total do município. Em termos de extensão territorial, possui 26.707,99 Km², correspondendo a 7% da extensão territorial do município, de acordo com dados informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões. De acordo com dados de estimativa populacional da Secretaria da Saúde, a população que abrange o CRAS Parque da Cidadania é de 11.486 pessoas e a do CRAS Santo Antônio 28.706 pessoas.

Apesar de fazerem parte de uma mesma Região, ao longo da construção do Diagnóstico Socioterritorial foi possível observar as singularidades de cada território,

bem como suas similaridades, partindo do perfil das famílias/usuários, serviços prestados e organização territorial.

Nesse documento apresentam-se as principais características levantadas pelas equipes de trabalhadores e moradores dos territórios a fim de colaborar com o reconhecimento e construção de propostas para o desenvolvimento da Região CEU.

3. PERFIL DO TERRITÓRIO

É um território com perfil predominante de mulheres chefes de família. Possui 37% de sua população inscrita no Cadastro Único, sendo 14.861 indivíduos e 5.726 famílias, em sua maioria mulheres com idades entre 30 e 59 anos, conforme estimativa levantada pela Fundação Seade e Cadastro Único/agosto de 2021.

Apresenta 16,55 como índice de desigualdade de extrema pobreza, sendo 9,62 vezes mais desigual se comparada à Região da Represa. A cada 100 pessoas, aproximadamente, 17 estão em contexto de extrema pobreza, tendo como base o CECAD de maio/2021. Neste período, a Região apresentava 6.653 pessoas em extrema pobreza. O território destaca-se pelo alto índice de subemprego e presença do tráfico de drogas.

Diante da situação de vulnerabilidade socioeconômica, cerca de 2.954 famílias receberam o benefício Auxílio Brasil em fevereiro/2022. De acordo com levantamento realizado pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda. Neste mesmo mês havia 505 famílias dentro dos critérios do Programa Auxílio Brasil, mas que não constavam na folha de pagamento, sendo 221 do CRAS Cidadania e 284 do CRAS Santo Antônio. As informações estão baseadas no CECAD de dezembro/2021 e na folha de pagamento de fevereiro de 2022.

Considerando o valor de renda média familiar desta Região, pontua-se como é baixo o número de famílias beneficiárias do programa. Cabe ressaltar ainda a existência de famílias que ficaram mais de dois anos aguardando para serem incluídas no Programa Auxílio Brasil e as equipes observam que em fevereiro de 2022 novas famílias passaram a ser inseridas.

Apresentam-se dados acerca da distribuição de benefícios e programas, renda e tipos de deficiências de pessoas inscritas no Cadastro Único.

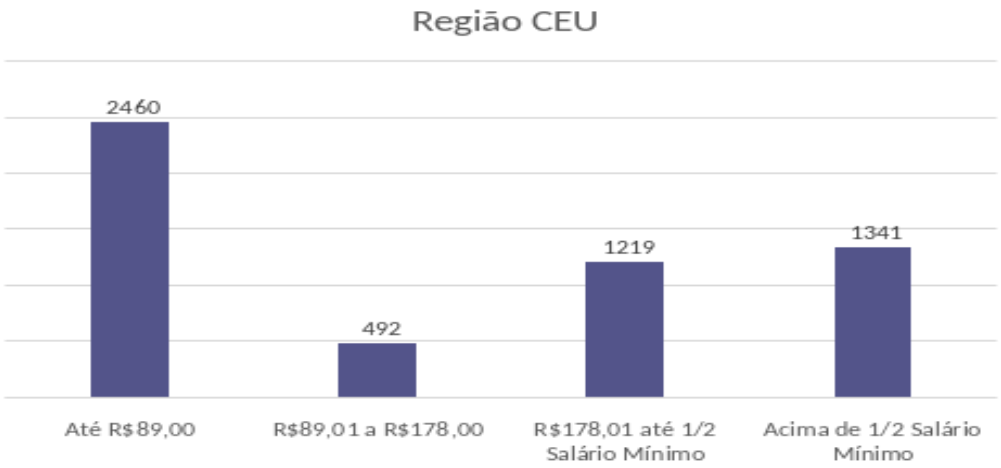
Quadro 01 — Distribuição de Benefícios e Programas Sociais na Região CEU por territórios de CRAS em fevereiro/2022.

	Benefícios	Benefícios por Famílias			Benefícios por Indivíduos		
		Auxílio Brasil	Viva Leite	Renda Cidadã	Ação Jovem	BPC	
						PCD	Idoso
REGIÃO CEU	CRAS Cidadania	1.311	79	1	0	239	163
	CRAS Santo Antônio	1.643	118	1	0	481	317

Fonte: Relatórios circunstanciados dos CRAS - fev./22.

O Gráfico 01 representa os dados que foram discutidos com as equipes em outubro e novembro de 2021. Foram utilizadas as bases do CECAD de maio do referido ano. Importante destacar que, na data de fechamento deste diagnóstico, as rendas da pobreza, extrema pobreza e baixa renda foram alteradas, sendo atualmente: R$ 0,00 até R$ 105,00 para extrema pobreza, R$ 105,01 a R$ 210,00 para pobreza e R$ 210,01 a ½ salário mínimo para baixa renda.

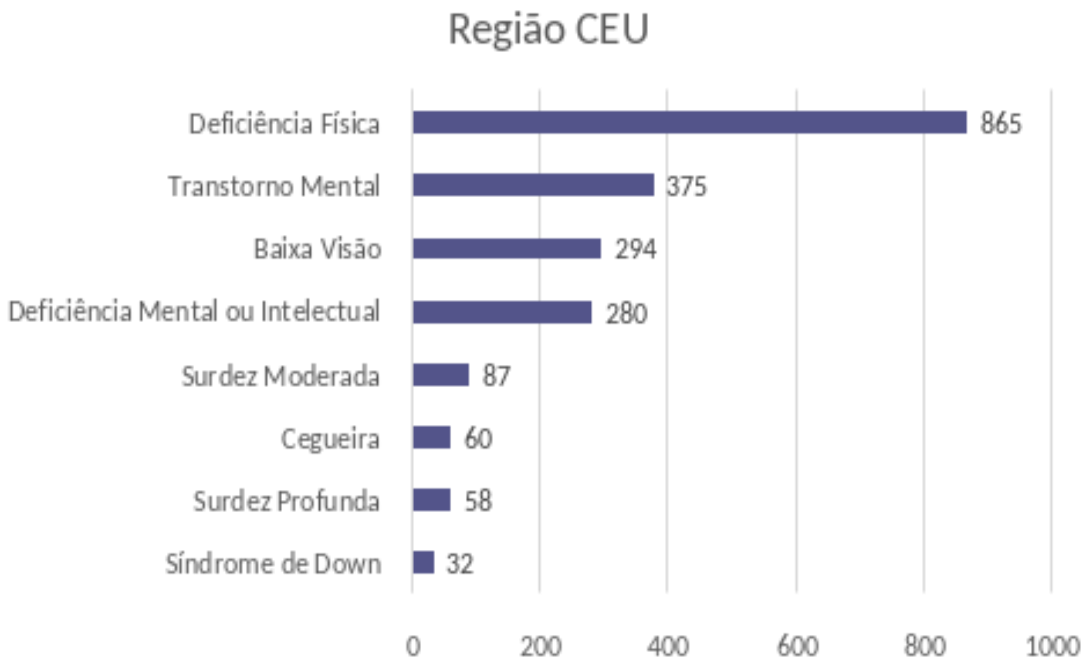
Gráfico 01 — Renda das famílias inscritas no Cadastro Único na Região CEU, maio/2021.



Fonte: Departamento de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, Lista Cecad base maio/2021.

Das pessoas inscritas no CAD Único, foram declaradas 2.051 deficiências, sendo que uma pessoa pode declarar mais de uma deficiência.

Gráfico 02 — Tipos de deficiência das pessoas inscritas no Cadastro Único na Região CEU.



Fonte: Departamento de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, Lista Cecad base maio/2021.

3.1 Ofertas de Serviços

Rede Socioassistencial

A Região CEU possui ofertas de Serviços e projetos da rede socioassistencial conforme quadro 2.

Quadro 2 — Rede Socioassistencial da Região CEU.

Unidade	Endereço/ Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Planalto	Rua Amélia Ferreira Del Campo, 125 - Jd. Planalto (17) 3236-8887	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200	X	X	Censo SUAS 2021; CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
		Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (sede) (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado Atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Associação de Assistência São Deoclecia no (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deoclecia no (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos Região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Unidade	Endereço/ Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)				
CRAS Cidadania	Rua Zacarias Selime Alex André, 200 - Pq. da Cidadania (17) 3212-9195 (17) 3219-5220 (17) 99729-0423	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
			Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
CRAS Santo Antônio	Rua Josefina Reis Assunção, 385 - Santo Antônio (17) 3217-8024 (17) 3219-7104 (17) 99645-4742	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
			Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
Instituto Lar Esperança	Rua Edson Pupin, 651 - Jd. Santo	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial	Idosos	20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de

Unidade	Endereço/ Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
	Antônio (17) 3219-9720		para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos					Gestão de Repasse de Recursos Públicos
		Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial -SEMAS, 2022.

No entanto, a Região possui pouca oferta de vagas e serviços com relação à demanda, já que possui 40.192 habitantes, sendo 8.089 crianças (0 a 11 anos e 11 meses de idade), cerca de 3.595 adolescentes (12 a 17 anos e 11 meses de idade) e 3.840 idosos, conforme dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto (ano de referência - 2021).

Ocorre ausência, sobretudo, no território do CRAS Parque da Cidadania, que até fevereiro de 2022 não possuía nenhum Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de execução indireta ofertada pela rede socioassistencial. A oferta deste serviço em outras regiões, ou até mesmo dentro da Região CEU, não contempla a necessidade da população referenciada ao CRAS Cidadania, uma vez que os bairros são distantes e não há oferta de transporte.

Rede Intersetorial

A rede intersetorial localizada na abrangência territorial do CRAS Parque da Cidadania é composta por dois equipamentos de saúde, sendo eles duas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF), uma localizada no Parque da Cidadania e a outra no Residencial Parque Nova Esperança. A rede setorial de educação é composta por cinco escolas municipais, estando três localizadas no Parque da

Cidadania e ofertam educação Infantil e Fundamental Ciclo I. Já no bairro Residencial Parque Nova Esperança conta-se com a presença de duas escolas municipais, uma delas oferta educação Infantil e a outra Fundamental do Ciclo I. Pontua-se também a presença de uma escola Estadual que oferta Ensino Médio e Fundamental II. Destaca-se a presença do equipamento público Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU), onde são ofertadas atividades de contraturno escolar e também são desenvolvidos outros serviços socioassistenciais, culturais e esportivos.

A rede intersetorial localizada na abrangência territorial do CRAS Santo Antônio compreende equipamentos da saúde, sendo uma Unidade Básica de Saúde - UBS Santo Antônio, uma Unidade Básica de Saúde da Família Simões/Renascer, um Núcleo de Atendimento à Saúde da Família (NASF) e um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS). Além disso, contam com SCFV para crianças e adolescentes da rede sociassistencial compreendida pelo Núcleo Planalto - Lar de Fátima e uma Escola de Competências-ECO, que corresponde ao contraturno escolar. Referente à rede de Educação, há dez Escolas Municipais e uma Escola Estadual.

Existem quatro Associações de Moradores no entorno do território e uma quadra poliesportiva no bairro Duas Vendas.

4. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (PSE)

CREAS II

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social que compõe a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem por objetivo a oferta de atendimento às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda preservam os vínculos familiares.

O município de São José do Rio Preto conta com duas unidades de CREAS, onde são ofertados os Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) para crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e Medida Socioeducativa (MSE) em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade). O CREAS II é a unidade de referência para atendimento da

Região CEU e demais territórios localizados na Zona Norte da cidade, com referências dos CRAS Solo Sagrado, Antunes, Belo Horizonte, Eldorado, Cidadania e Santo Antônio.

Atualmente a equipe do CREAS II, que atende os territórios de abrangência dos CRAS Santo Antônio e CRAS Cidadania, conta com duas Assistentes Sociais, uma Psicóloga e uma estagiária de Serviço Social para o PAEFI, uma psicóloga e uma estagiária de Psicologia para o serviço de MSE em Meio Aberto.

4.1 Dados da violência/violação de direitos/PAEFI na Região CEU

O PAEFI é serviço de apoio, orientação e acompanhamento às famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social, conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Conforme quadro 3, a partir de dados do Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS, apresenta-se a quantidade de pessoas vitimadas que ingressaram no PAEFI, no CREAS II.

Quadro 3 — Quantidade de pessoas que ingressaram o PAEFI/CREAS II de 2019 a 2021.

Ano	Total	Média mensal
2019	338	28,16
2020	268	22,33
2021	177	14,75
Total	**783**	**21,76[1]**

[1]Média mensal dos 36 meses.
Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Do total de 783 casos que deram entrada no PAEFI nos anos de 2019, 2020 e 2021, 221 são de moradores da Região CEU. Também se observa redução no número de vítimas de violências e violações de pessoas no PAEFI, fato que está relacionado à redução das notificações no período da pandemia. A rede intersetorial e socioassistencial teve que reorganizar seus serviços. Em muitos, o funcionamento ocorreu de forma emergencial, impactando na redução das notificações.

Conforme levantamento dos casos inseridos em acompanhamento PAEFI no ano de 2021, feito pela equipe do CREAS II, destacam-se as demandas de acompanhamento para crianças e adolescentes com 70% dos casos, conforme apresentado no quadro 4.

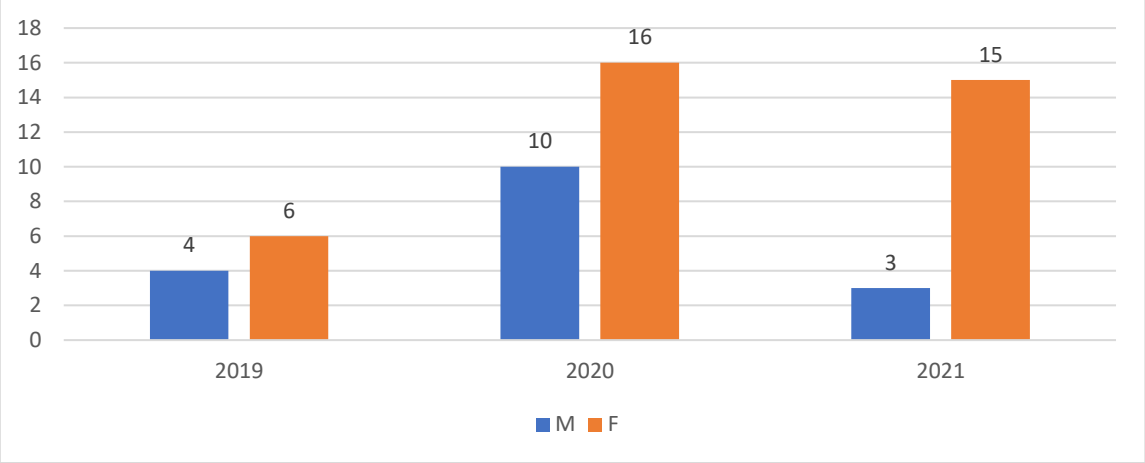
Quadro 4 — Perfil dos atendidos em 2021 no PAEFI/CREAS II - Região CEU.

Público	n	%
Criança ou adolescente	51	70%
Pessoa com deficiência	20	27%
Idoso	2	3%
Total	73	100%

Fonte: Relação nominal CREAS II - 2021.

Um dos aspectos que perpassam as violências e violações de direitos é a questão de gênero, em que na maioria é feminino. Esse dado é observado até mesmo em casos de pessoas idosas inseridas no acompanhamento PAEFI - CREAS II, conforme gráfico que segue.

Gráfico 03 — Sexo biológico das pessoas idosas vítimas de violência familiar que entraram no PAEFI em 2019, 2020 e 2021.



Fonte: Ministério da Cidadania, Registro Mensal de Atendimentos - CREAS II.

A procura pelo CREAS também se dá para solicitação de vagas em instituições de longa permanência para idosos (ILPI), Centros Dia e para registro de denúncias de violência contra a pessoa idosa.

As ILPIs são instituições governamentais e não governamentais destinadas a propiciar atenção integral em caráter residencial com condições de liberdade e dignidade (ANVISA, 2021). Já o Centro Dia, é unidade pública destinada ao atendimento especializado às pessoas idosas e às pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados a fim de evitar o isolamento social, o abandono e a necessidade de acolhimento.

No que se refere ao atendimento dos idosos nesses serviços, apesar de o município ofertar quatro instituições, o território CEU dispõe apenas do Lar Esperança, que oferta vagas para Centro Dia e Acolhimento Institucional para idosos independentes. Para inclusão nesses serviços é realizada uma avaliação pela equipe de saúde responsável. Os idosos avaliados pela enfermagem como semidependentes para atividades da vida diária, acrescidos de outros critérios, são inseridos nas outras ILPIs, a partir da disponibilidade de vagas.

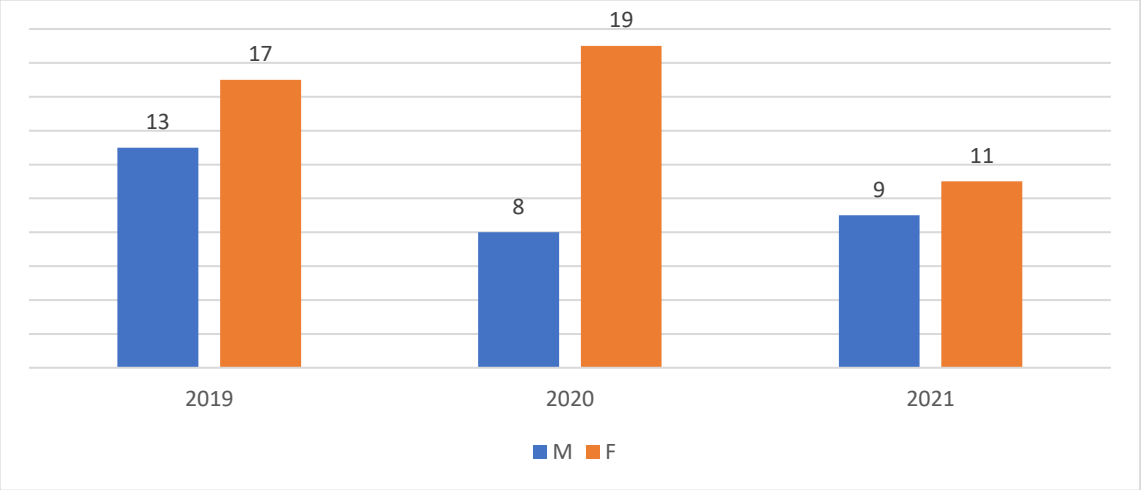
As vagas disponíveis para a institucionalização em ILPI mostram-se, muitas vezes, insuficientes. Contudo, o CREAS avalia a necessidade de outras alternativas de cuidado e proteção que não se limite ao acolhimento institucional, considerando que a retirada do idoso de seu lar deve ser o último recurso, além disso, este deverá aceitar a institucionalização. A presença de um cuidador ou rede de apoio na residência da família, seja de um familiar ou outra pessoa, seria uma delas. Porém,

há uma discussão acerca dos recursos para implantação de tal estratégia, não havendo avanços efetivos.

Quanto ao Centro Dia, ainda não há oferta de transporte gratuito (pelo município) e, muitas vezes, não há a possibilidade de traslados particulares (da família) ou pagos (serviços de terceiros), considerando a vulnerabilidade de renda das famílias, fator que dificulta ou inviabiliza a inserção rápida desse idoso à proteção social.

O gráfico 4 apresenta a entrada de pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono no PAEFI.

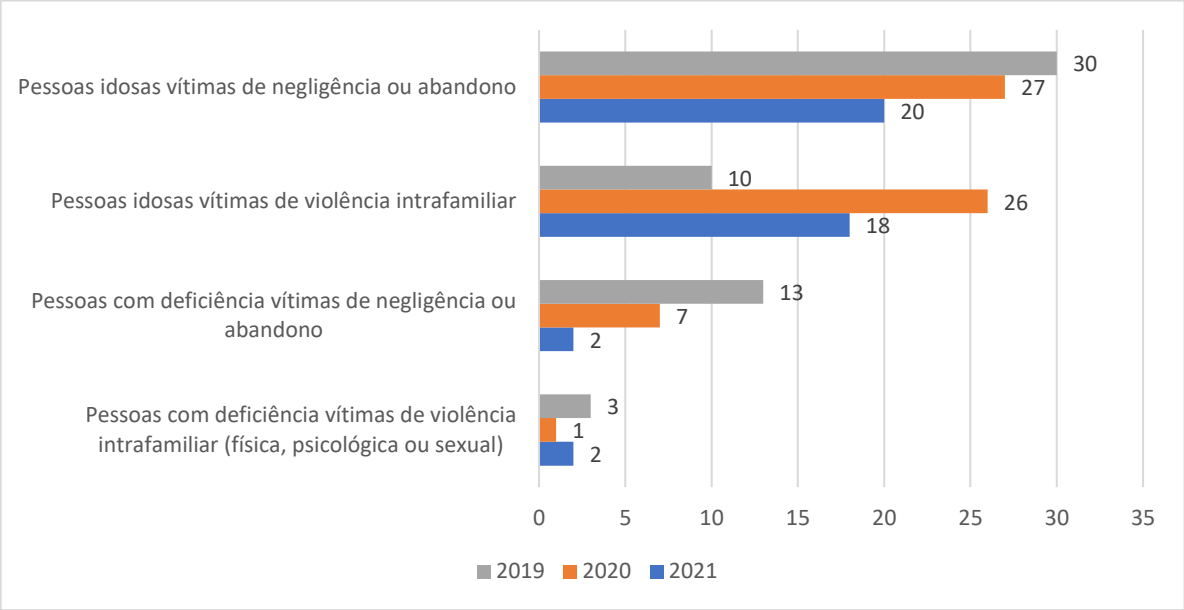
Gráfico 04 — Pessoas idosas vítimas de negligencia ou abandono que entraram no PAEFI em 2019, 2020 e 2021.



Fonte: Ministério da Cidadania, Registro Mensal de Atendimentos - CREAS II.

No gráfico 5, apresenta-se a distribuição das pessoas idosas e pessoas com deficiência inseridas no PAEFI nos anos de 2019, 2020 e 2021, por tipo de violência/violação.

Gráfico 05 — Distribuição das vítimas de violências e violações de direito inseridas no PAEFI em 2019, 2020 e 2021.



Fonte: Ministério da Cidadania, Registro Mensal de Atendimentos - CREAS II.

Notificações de violência/violação de direitos

As fontes notificadoras de violências e violação de direitos ocorrem por meio dos serviços da rede de atendimento do município, bem como por demanda espontânea no próprio CREAS, que recebe a denúncia durante os atendimentos presenciais ou via contato telefônico.

Conforme os quadros, nota-se uma diminuição das notificações entre os anos de 2019, 2020 e 2021. Essa queda é observada ao longo do período de pandemia, no qual vários serviços passaram a prestar atendimentos emergenciais trazendo menor visibilidade às questões familiares que possam denotar violência e/ou violação de direitos. Observou-se a diminuição das denúncias via demanda espontânea, estas realizadas de forma anônima ou não.

Quadro 5 — Origem de notificações da Região CEU em 2021.

Local	Quantidade	%
Demanda espontânea	14	25,45
Conselho Tutelar	12	21,82
CRAS	9	16,36
CREAS I	7	12,73
Delegacia de Defesa da Mulher	4	7,27

Saúde	2	3,64
CREAS II (MSE)	1	1,82
Ministério Público	1	1,82
Vara da Infância e Juventude	1	1,82
Instituição de acolhimento	1	1,82
Vigilância Epidemiológica	1	1,82
UPA	1	1,82
UBSF	1	1,82
TOTAL	**55**	**100**

Fonte: Relação nominal CREAS II - 2021.

Quadro 6 — Origem de notificações da Região CEU em 2020.

Local	Quantidade	%
Demanda Espontânea	15	23,44
Conselho Tutelar	14	21,88
CRAS	10	15,63
DDM	6	9,38
CREAS I	4	6,25
Vara da Infância e Juventude	3	4,69
Vigilância Epidemiológica	2	3,13
UBSF	2	3,13
Ministério Público	2	3,13
Instituição de Acolhimento	1	1,56
Associação Renascer	1	1,56
CREAS Ituverava	1	1,56
Promotoria	1	1,56
Hospital	1	1,56
Saúde	1	1,56
TOTAL	**64**	**100**

Fonte: Relação nominal CREAS II - 2020.

Quadro 7 — Origem de notificações da Região CEU em 2019.

Local	n	%
Demanda Espontânea	24	19
Conselho Tutelar	24	19

CRAS	24	19
Delegacia da Mulher	17	14
Projeto Vínculos	7	6
Vara da Infância e Juventude	5	4
Ministério Público	3	2
Delegacia do Idoso	3	2
Promotoria	3	2
Saúde	3	2
Defensoria	2	2
CREAS II (MSE)	1	1
CREAS I	1	1
CAPS II	1	1
UBSF	1	1
CMDI	1	1
TEIA	1	1
HCM	1	1
CRAM	1	1
UPA	1	1
Centro Pop	1	1
TOTAL	**125**	**100**

Fonte: Relação nominal CREAS II - 2019.

Violências/violações de direitos presentes nas famílias atendidas pelo CREAS II – Região CEU no ano de 2021

Das notificações realizadas, após qualificação das violências, os casos são encaminhados para acompanhamento pela equipe do PAEFI. Conforme dados do quadro 8, destacaram-se na Região CEU no ano de 2021 os casos de negligência ou abandono e abuso sexual, ambos com 19,7%.

Quadro 8 — Violências/violações de direitos presentes nas famílias atendidas pelo CREAS II, Região CEU.

Violação	Quantidade	%
Outras formas de violação decorrentes de discriminações/submissões a situações que provoquem danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar	19	28,79%
Negligência ou abandono	13	19,70%
Abuso sexual	13	19,70%
Violência física	11	16,67%
Violência psicológica	5	7,58%
Trabalho infantil	2	3,03%
Em identificação	2	3,03%
Violação de direitos pela falta de políticas públicas	1	1,52%
TOTAL	**66**	**100%**

Fonte: Relação nominal CREAS II - 2021.

Das violações de direitos notificadas no ano 2021, não houve novas inclusões de exploração sexual, afastamento do convívio familiar por medida socioeducativa ou de proteção, situação de rua e mendicância, tráfico de pessoas, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, descumprimento de condicionalidades do PBF e PETI em decorrência de violação de direitos e Não caracteriza violação de direitos.

Os casos intitulados como *"em identificação"* são aqueles em que, ao serem inseridos no serviço, normalmente através de demanda espontânea, não deixam claras as situações de violação de direitos, necessitando de maior investigação por parte da equipe, a fim de qualificá-los. Quanto aos que "*não caracteriza violação de direitos*" são casos que, após qualificação, entende-se não haver situações de violação, sendo desligados do acompanhamento PAEFI.

4.2 Medidas Socioeducativas em meio aberto

O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto tem por finalidade o atendimento e acompanhamento de adolescentes e jovens de 12 a 21 anos em cumprimento das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), determinadas pela Vara de Infância e Juventude

do município. Durante a operacionalização do serviço, a partir da elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), é realizado o acompanhamento social dos jovens, adolescentes e famílias. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009).

Dados dos adolescentes atendidos pelo SMSE/MA

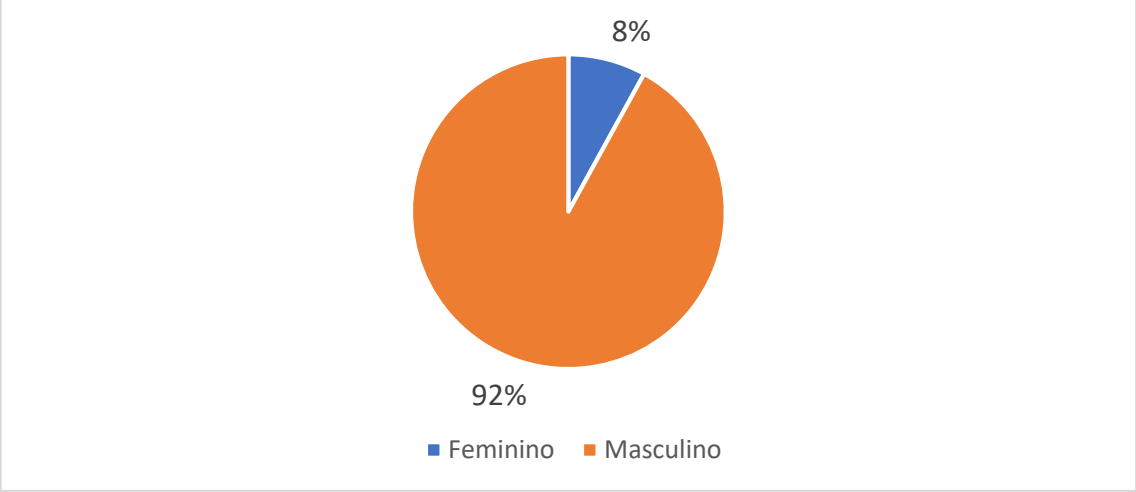
Os dados apresentados foram coletados e sistematizados a partir de registros da equipe do CREAS II e são referentes ao ano de 2021, no período de janeiro a dezembro. Vale ressaltar que alguns indicadores serão apresentados com a informação “sem dados” (s/d), tendo em vista que alguns adolescentes são incluídos no serviço, porém, devido a descumprimentos das medidas socioeducativas, há impossibilidades na elaboração do PIA e no levantamento de informações.

No Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA) do CREAS II, no ano de 2021 (de janeiro a dezembro), foram atendidos um total de 51 adolescentes residentes na área de abrangência da Região do CEU.

Perfil geral dos adolescentes

Historicamente, na Região CEU, como em todo município de São José do Rio Preto, verifica-se majoritariamente a participação em atos infracionais de adolescentes e jovens do sexo biológico masculino.

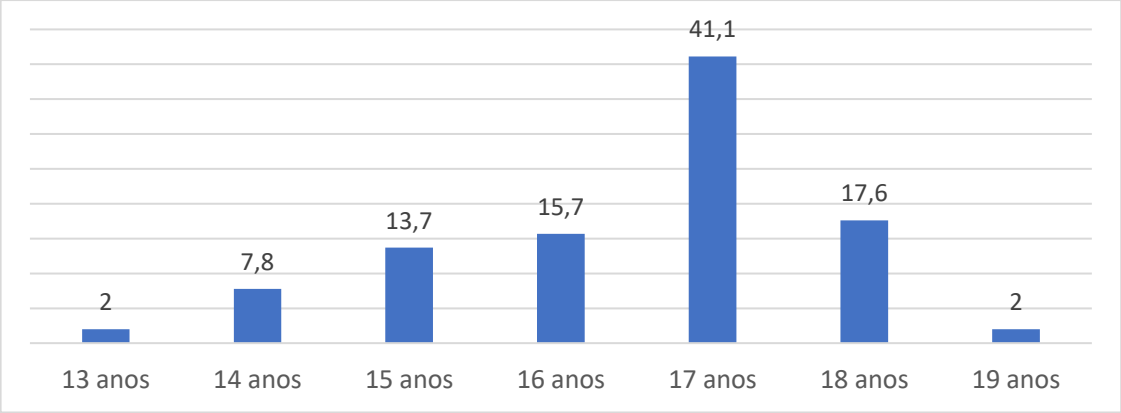
Gráfico 06 — Porcentagem de sexo biológico de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na Região CEU, no ano de 2021.



Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS II - 2021.

No que se refere à etnia, verifica-se que 39% dos adolescentes se autodeclaram pardos, 39% brancos e 20% negros. A maior parte dos atendidos têm entre 17 e 18 anos (58,7%), 2% dos adolescentes atendidos no período têm filhos e 2% declaram-se LAGBTQIAP+.

Gráfico 07 — Distribuição percentual da idade dos adolescentes atendidos pelo SMSE/MA na Região CEU em 2021.



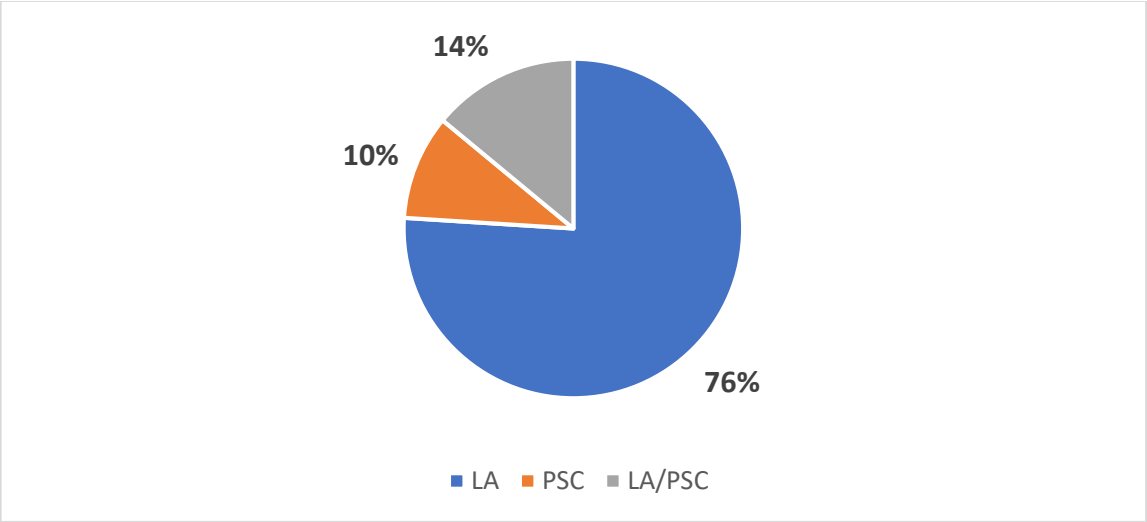
Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS 2 - 2021.

Em relação à documentação civil, todos os adolescentes possuíam registro civil (Certidão de Nascimento), 94% possuíam Cadastro de Pessoa Física (CPF) e 100% possuíam carteira de identidade (RG).

Perfil processual

Na aplicação das medidas socioeducativas na Região, destaca-se a Liberdade Assistida, com 76%. Na Prestação de Serviços à Comunidade, foi verificado que 10% e 14% dos adolescentes cumpriram medidas cumuladas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida. Aqui, ressalta-se a quantidade de medidas cumuladas aplicadas na Região, uma vez que essa prática é característica singular no município. Geralmente, a ocorrência da aplicação das medidas cumuladas (LA e PSC em decorrência de um mesmo ato infracional), acontece, em sua maior parte devido ao tráfico de drogas (57,1%).

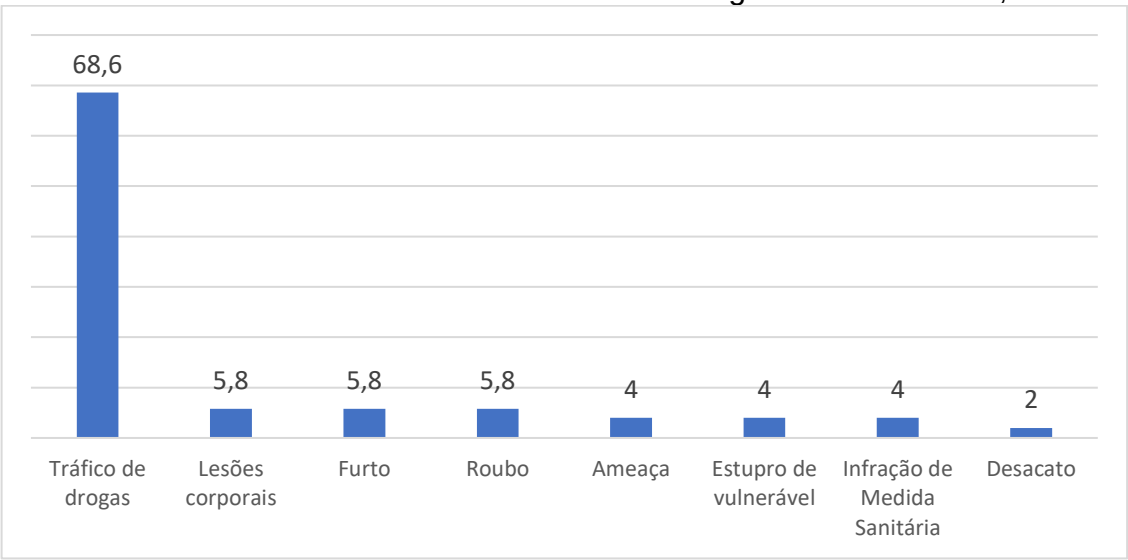
Gráfico 08 — Percentual dos diferentes tipos de medidas socioeducativas em meio aberto aplicadas na Região CEU (LA, PSC, LA/PSC) - janeiro a dezembro de 2021.



Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS II - 2021.

Na Região, verifica-se que a maioria das ocorrências, quando consideradas aplicações de todas as medidas socioeducativas em meio aberto (LA, PSC e LA e PSC), é de atos infracionais análogos ao tráfico de drogas (68,6%). Os outros tipos de atos infracionais ocorrem em porcentagem inferior.

Gráfico 09 — Percentual de atos infracionais na Região CEU em 2021, total 51.



Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS 2 - 2021.

Localização nos territórios

Na Região CEU, há ocorrência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em diferentes bairros, porém há uma característica de importância na Região: a maioria dos adolescentes é residente do Residencial Parque Nova Esperança e do Jardim Santo Antônio (52,9%).

Gráfico 10 — Distribuição de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto por bairros da Região CEU, em 2021.

Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS II - 2021.

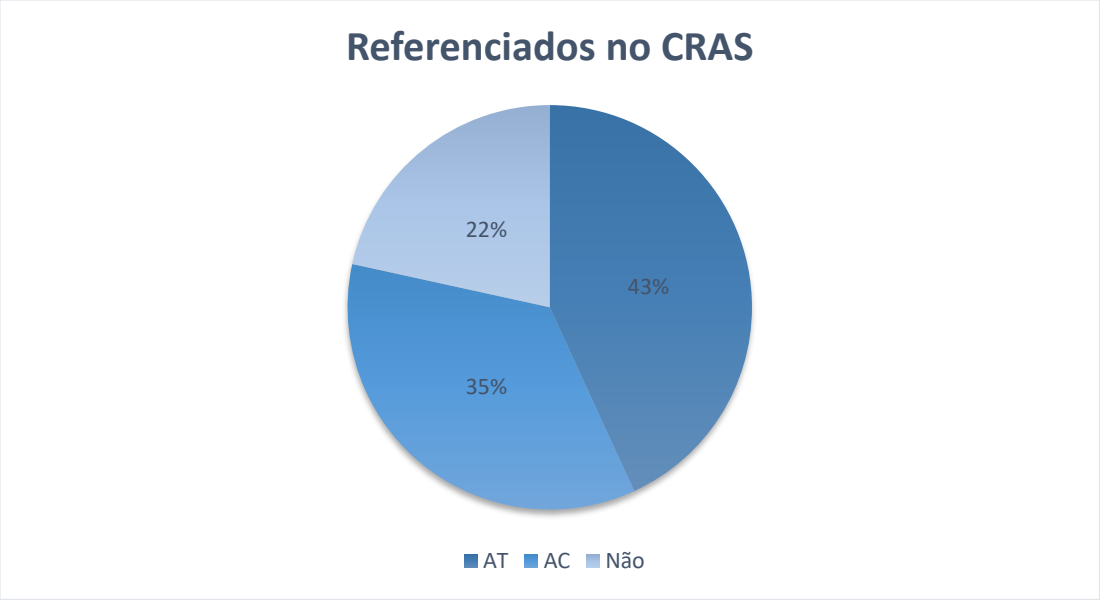
Os encaminhamentos para inserção no SMSE/MA após cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade (provenientes da Fundação CASA) ocorreram em 39% no ano de 2021. Isso ocorre a partir da chamada progressão da medida socioeducativa, na qual o adolescente, após cumprimento da medida em meio fechado, é encaminhado para cumprimento de medida em meio aberto devido ao mesmo ato infracional. Cabe destaque a esse tipo de sentença, uma vez que é uma singularidade também do município.

Em 2021 foram atendidos 41% do total de adolescentes da Região CEU que são reincidentes na medida socioeducativa. A reincidência é verificada após reiteração em práticas infracionais por parte do mesmo adolescente, podendo ter sido aplicada qualquer outra medida socioeducativa anteriormente. Em relação ao cumprimento da medida socioeducativa, 16% dos adolescentes entraram em descumprimento da medida.

Intersetorialidade – Assistência Social

Em relação às famílias dos adolescentes atendidos no SMSE/MA da Região CEU, 22% não eram referenciadas nos CRAS dos territórios, 35% estavam em acompanhamento e 43% em atendimento pelo PAIF. A respeito das famílias referenciadas, 29 estão no CRAS Santo Antônio e 22 no CRAS Cidadania.

Gráfico 11 — Relação de famílias com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, em atendimento e em acompanhamento pelos CRAS do território, na Região CEU - 2021.



Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS II - 2021.

No que se refere à Proteção Social Especial, apenas 4 famílias com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto foram acompanhadas pela equipe de atendimento PAEFI do CREAS II.

Intersetorialidade – Saúde

As demandas de saúde apresentadas pelos adolescentes atendidos em medida socioeducativa em meio aberto aparecem, principalmente, quando há certo agravamento nas condições de saúde geral. Uma característica importante é a procura por atendimento em saúde apenas em situações de emergência, com referência às UPAs. Isso ocorre, em parte, por uma baixa adesão desse segmento ao

autocuidado, uma vez que há pouca procura por atendimento médico de prevenção ou na atenção básica. Em outro âmbito, é importante destacar que, no município, há necessidade de se estabelecer programas voltados para os jovens em cumprimento de MSE, que abarque suas peculiaridades e contextos de vida.

Em relação ao uso de substâncias psicoativas, há o relato por grande parte dos adolescentes de uso de maconha cotidianamente, assim como de bebidas alcoólicas em momentos de festas e finais de semana. O abuso de substâncias psicoativas ocorre em apenas 2% dos adolescentes atendidos, geralmente relacionado ao uso de cocaína com prejuízos à vida pessoal, comunitária, profissional e escolar, sendo encaminhados para acompanhamento em unidade de saúde de referência (CAPS ad).

Adolescência e juventude, violências e medida socioeducativa em meio aberto

Na Região CEU, há relatos, por parte de adolescentes e seus responsáveis, de conflitos entre bairros, que comumente nomeiam de “guerra”. Os relatos trazem situações de violência contra a vida desses adolescentes e seus familiares, como tentativas de homicídio, graves atentados à integridade física e o homicídio de fato. O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, que atua na Região CEU, faz o atendimento de alguns adolescentes envolvidos com os conflitos, sendo necessários encaminhamentos para o Ministério Público e Vara da Infância e Juventude, uma vez que recebem ameaças de morte e sofrem atentados contra a vida. Há, inclusive, o atendimento a adolescentes que hoje apresentam sequelas devido ao disparo por arma de fogo. Um adolescente foi assassinado durante o cumprimento da MSE em Meio Aberto (atendimentos realizados entre 2018 a 2021).

As equipes de Medidas Socioeducativas em meio aberto dos CREAS fizeram um breve levantamento referente à violência contra jovens e adolescentes do município, através de notícias da mídia. Destaca-se que, entre dezembro de 2021 e março de 2022, foram encontrados 21 registros de ocorrências no município, sendo seis atentados contra adolescentes e jovens na Região CEU, ocorrendo um óbito. Ressalta-se que os atentados ocorrem não apenas contra adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto ou acompanhados pela rede socioassistencial. Dessa forma, o sentimento de insegurança atravessa o processo da adolescência e juventude no território em geral.

Quadro 9 — Atentados por arma de fogo, ocorridos contra jovens e adolescentes no município de São José do Rio Preto, de acordo com notícias veiculadas na mídia - período de janeiro a 16 de março 2022.

Região	Idade	Local da ocorrência	Crime	Fonte
-	20 anos	Sem informação	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Bosque	19 anos	Vila Elmaz	Homicídio	G1 Globo
Bosque	16 anos	João Paulo II	Tentativa de homicídio	Gazeta de Rio Preto
Bosque	22 anos	Solidariedade	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Bosque	18 anos	Solidariedade	Homicídio	Dhoje interior
Bosque	13 anos	Solidariedade	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Bosque	19 anos	Solidariedade	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Bosque	16 anos	Solidariedade	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
CEU	14 anos	Jardim Santo Antônio	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
CEU	17 anos	Jardim Santo Antônio	Homicídio	Gazeta de Rio Preto
CEU	17 anos	Jardim Santo Antônio	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
CEU	19 anos	Jardim Santo Antônio	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
CEU	22 anos	Jardim Santo Antônio	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
CEU	22 anos	Renascer	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Cidade da Criança	20 anos	Jardim Belo Horizonte	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Cidade da Criança	22 anos	Vila Itália	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Pinheirinho	19 anos	Jardim Maria Lúcia	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Pinheirinho	16 anos	Jardim Paraíso	Homicídio	Dhoje interior
Pinheirinho	16 anos	Solo Sagrado	Tentativa de homicídio	Dhoje interior
Talhado	22 anos	Amizade	Tentativa de homicídio	Dhoje interior

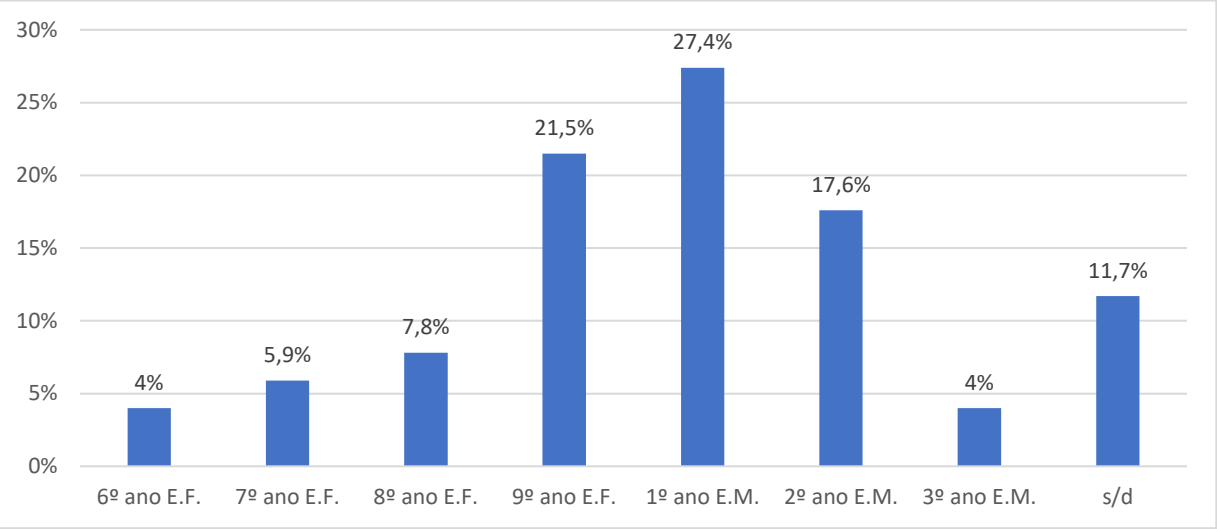
Vila Toninho	20 anos	Vila Toninho	Tentativa de homicídio	Dhoje interior

Fonte: Equipes de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS 1 e 2/SEMAS - 2022.

Vale ressaltar que os bairros Jardim Santo Antônio e Parque Nova Esperança aparecem como territórios de engajamento no tráfico de drogas com a participação de adolescentes em atos infracionais relacionados, conforme dados apresentados anteriormente. O envolvimento dos adolescentes no tráfico de drogas no território costuma ocorrer no início da adolescência, momento no qual as ofertas voltadas especificamente para este público são reduzidas. Aqui, destacam-se atividades de profissionalização, programas de aprendizagem, estágios e escola.

Referente à educação, com a chegada da pandemia de COVID-19, desde março de 2020, crianças e adolescentes passaram a realizar as atividades completa ou parcialmente de forma remota, com o retorno presencial ocorrendo de forma ainda irregular apenas no segundo semestre de 2021. É de suma importância ressaltar que muitos adolescentes acompanhados apresentaram dificuldades de acesso às atividades remotas, devido a limitações com recursos tecnológicos, defasagem de aprendizagem, dificuldades da família em prover suporte acadêmico e pouca filiação às instituições. No ano de 2021, 55% do público atendido estava matriculado em instituição de ensino. Verificou-se que a maior parte estava matriculado no Ensino Médio (48,9%).

Gráfico 12 — Percentual de escolaridade dos 51 adolescentes acompanhados pelo SMSE/MA no ano de 2021, na Região CEU.



Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS II - 2021.

No bairro Parque Nova Esperança, há a E. E. Parque Nova Esperança, referência no Ensino Fundamental II e Ensino Médio do território. Historicamente, alunos e familiares trazem relatos de situações vexatórias ocorridas na escola, como a presença constante e ostensiva da Polícia Militar dentro da unidade escolar, além de questionamentos em relação a baixos investimentos em quantitativo de professores, funcionários e estrutura da unidade, que acabam por não garantir o acesso à educação plena desses alunos. Desse modo, muitos familiares buscam por escolas fora do território de moradia, inclusive dispondo de gastos excessivos com transporte dos alunos.

Para atividades de profissionalização não há no território ofertas voltadas aos adolescentes, sendo necessários encaminhamentos para outros bairros, o que por vezes acaba por dificultar e desestimular o acesso deste público. É preciso destacar, ainda, que a inclusão desses adolescentes em mercado formal de trabalho também sofre de diversos atravessamentos e embaraços, como a baixa oferta de vagas, baixa remuneração e processos seletivos que excluem perfis destes adolescentes (tatuagens, piercings, baixa inclusão digital, defasagem escolar, território de origem).

Gráfico 13 — Tipo de vínculo de trabalho dos adolescentes atendidos pelo SMSE/MA do CREAS 2 em 2021, na Região CEU.

Fonte: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - CREAS II - 2021.

A renda dos adolescentes se dá, por muitas vezes, através de trabalhos informais, perigosos e insalubres, destacando-se as atividades em construção civil, oficinas mecânicas e borracharias. O tráfico de drogas, considerado uma das piores formas de trabalho infantil, aparece, para muitos adolescentes, como alternativa às poucas ofertas de renda para este público, inclusive com remuneração muito superior. Dessa forma, o engajamento infracional acaba por ocupar a vida destes adolescentes e a garantir a inclusão destes jovens em grupos sociais e em um universo sociocultural de valor prioritário no período da adolescência.

Diante das vulnerabilidades apresentadas pelo território, em especial nesta fase de vida, faz-se necessária também a visibilidade de situações envolvendo abordagens policiais com emprego de violência e violações de direitos contra adolescentes. Há, no geral, o sentimento de insegurança quando se coloca em pauta a questão do policiamento, especialmente da Polícia Militar no território, principalmente na Região do bairro Jardim Santo Antônio. Familiares e adolescentes relatam situações de agressões, ameaças contra a vida e de acusações falsas de crimes e atos infracionais contra a população.

Atravessamentos da pandemia e das violências na adolescência e juventude no território

Durante a pandemia de COVID-19, houve, como apresentado anteriormente, diversos atravessamentos na vida dos jovens e adolescentes no território. A necessidade do isolamento social e a ausência de atividades cotidianas acabaram por alterar de forma radical a vida da população e do território. Diversos relatos das famílias e dos adolescentes atendidos trazem o advento da pandemia como fator constituinte do engajamento desse público com o tráfico de drogas, que não deixou de ocorrer durante o período de isolamento.

Dessa forma, a única alternativa apresentada pelo território naquele período foi a organização do tráfico de drogas. Sabe-se que as alianças e convenções que ocorrem a partir do tráfico de drogas acabam por engajar os adolescentes em grupos de identificação, nos quais existem acordos implícitos como sigilo, sentimento de vingança e união. Fato também que pode ser associado ao aumento da violência entre jovens de diferentes territórios que vem ocorrendo no município.

Nesse contexto, é possível observar impactos importantes em alguns aspectos na vida desses adolescentes e jovens. No final do ano de 2021 e início do ano de 2022, foram retomadas as atividades presenciais obrigatórias nas escolas. Observa-se que há uma enorme dificuldade do retorno desses adolescentes às atividades escolares, uma vez que, no período de isolamento, não houve reprovação ou cobrança pelo desempenho satisfatório nas atividades remotas. Muitos relatam a perda de sentido na instituição de ensino e pouco aprendizado durante esses dois anos.

Além disso, foram observados também reflexos desse contexto no atendimento do Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto deste CREAS, uma vez que são encontradas diversas dificuldades no retorno dos adolescentes e jovens ao atendimento presencial, bem como à adesão aos encaminhamentos propostos. Observa-se que as alianças desses grupos acabaram por tornar complexo o acompanhamento deste serviço, uma vez que existem pactos internos que dificultam o atendimento. Tal conjuntura apresenta um novo desafio ao serviço, fazendo-se necessária a reconstrução e reorganização das configurações de atendimento e acompanhamento.

4.3 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua é um espaço público de atendimento às pessoas que usam a rua como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como às pessoas que estão em unidades de acolhimento para pernoite ou moradia provisória. A unidade executa os Serviços Especializado para Pessoas em Situação de Rua e Especializado em Abordagem Social.

Pessoa em Situação de Rua

Conforme dados apontados pelo Centro POP, a Região CEU é caracterizada pela maior presença de migrantes de longa permanência, munícipes que intercalam períodos na rua e em outros períodos retornam para casa, bem como munícipes que já foram para a rua de forma permanente. Há maior incidência de pessoas em situação de rua nos bairros Jardim Planalto e Santo Antônio. Já próximo ao Shopping Cidade Norte, são notadas situações de mendicância.

Caracterização da Região – pessoa em situação de rua

A Região CEU tem cinco pontos consolidados de concentração de pessoas em situação de rua, a saber:

1. Barranco em frente à rua Sebastião Andrade, 160 - Jardim Planalto
2. Rua Atílio Lobanco, 907 e 467 - Santo Antônio
3. Rua Oscar da Silva Pastore, em frente ao nº 52, com avenida Antônio Alfredo de Oliveira - Posto Jardim Planalto
4. Rua Sebastião Andrade com a avenida Antônio Antunes Junior - Jardim Planalto - parquinho infantil
5. Ponte de acesso ao bairro Parque da Cidadania

O perfil dos usuários deste território se configura da seguinte forma: população mista, em idade economicamente ativa, composta por munícipes Moradores de Rua (categoria 5), Migrante Morador de Rua (categoria 4) e munícipes (categoria 3) que alternam entre casa e rua, devido ao uso de Substância Psicoativa (SPA).

Entre os pontos consolidados informados, vale destacar que o mais complexo é a Rua Oscar da Silva Pastore, em frente ao nº 52, lateral do Posto de Combustíveis. Em média são 5 a 7 usuários, a maioria tem família na Região.

Os demais locais se configuram como pontos de aglomeração, acúmulo de material reciclável e uso de SPA.

5. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PSB)

Apresentam-se, nesta seção, as informações referentes ao CRAS Parque da Cidadania e CRAS Santo Antônio.

5.1 CRAS Parque da Cidadania

Apresenta-se, pela voz da equipe do CRAS, a contextualização acerca do território de abrangência do CRAS Parque da Cidadania.

Figura 01 — CRAS Parque da Cidadania.

Fonte: Arquivo CRAS Parque da Cidadania.

O CRAS Parque da Cidadania é equipamento público, inaugurado em 01 de dezembro de 2005, funciona em prédio próprio situado no bairro Parque da Cidadania, Região CEU do município de São José do Rio Preto, que recentemente foi reformado e ampliado, com capacidade de referenciamento para até 5.000 famílias.

O território onde se localiza o CRAS carrega marcas de superação e resiliência principalmente dos moradores do bairro Parque da Cidadania, até mesmo pelo fato de ser o mais antigo dos bairros que faz parte da abrangência territorial deste CRAS. Contudo, é um território que ainda nos dias atuais é permeado pelo estigma e preconceito vivenciado pelos que nele habitam.

Conforme dados de distribuição da população 2020, por estimativa da Secretaria da Saúde, a faixa etária que se destaca no território de abrangência do CRAS Cidadania é de população adulta de 18 a 59 anos, que representa aproximadamente 61% da população do CRAS. Na faixa etária de 0 a 17 anos possui 3.641 crianças e adolescentes e 847 idosos. Fazendo a relação com o total do território do CRAS, as crianças e adolescentes representam aproximadamente 32% e os idosos, 7%.

Tabela 1 — Distribuição por faixas etárias território do CRAS Cidadania.

Idade	n
30 a 59	4.864
18 a 29	2.134
7 a 14	1.685
0 a 6	1.529
60 a 74	595
15 a 17	427
75 ou mais	252
Total	**11.486**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS, a partir da Conjuntura Econômica 2021.

O município possui 94.730 crianças e adolescentes e 86.348 idosos. Fazendo a relação desses ciclos de vida do CRAS Parque Cidadania, representam aproximadamente 4% e 1%, respectivamente.

Atualmente, 3.979 famílias estão referenciadas ao CRAS Parque da Cidadania, das quais 220 estão inseridas PAIF acompanhamento. Estas, em sua maioria, apresentam situações de vulnerabilidade relacionadas a vivências e histórico de violências, negligências, vínculos fragilizados e dificuldades nas relações familiares além dos fatores socioeconômicos.

Pontua-se que a insegurança alimentar, identificada pela equipe técnica nos atendimentos, se apresenta por meio de busca por cesta básica, sendo a demanda mais evidente das expressões da questão social vivenciada no território do CRAS Cidadania. Esta demanda é solicitada de forma espontânea pelos usuários do CRAS. O território, assim como a Região CEU em sua totalidade, apresenta altos índices de pobreza e extrema pobreza, conforme dados já apresentados neste documento.

Quadro 10 — Demanda de cesta básica ano de 2021 – CRAS Parque da Cidadania.

CRAS Parque da Cidadania	Total
Nº de solicitação	4.292
Nº de concessão	1.724
Nº demanda reprimida	930

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Majoritariamente, tem-se um perfil de famílias monoparentais femininas com filhos e/ou dependentes, ausência e/ou insuficiência de renda, muitas vezes com renda exclusiva de Programas de Transferência de Renda (PTR) ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) e baixa escolaridade.

As famílias que acessam o CRAS, em sua maioria, já estão inscritas no Cadastro Único, tendo como principal demanda a atualização cadastral. Muitas delas já são beneficiárias do Programa Auxílio Brasil ou estão aguardando inclusão pelo Governo Federal.

As famílias que, por sua vez, demandam inclusão no Cadastro Único são aquelas que perderam seus empregos informais ou apresentam demanda para BPC, Tarifa Social de energia elétrica ou SEMAE ou ainda para outros benefícios ofertados a partir da inclusão no referido cadastro, tais como isenção para inscrição em concurso público, isenção em transporte interestadual, etc.

A quadro 11 demonstra as pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único no CRAS Parque da Cidadania nos anos 2019, 2020 e 2021.

Quadro 11 — Pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único no território do CRAS Parque da Cidadania de 2019 a 2021.

CRAS Parque da Cidadania	2019	2020	2021
Pessoas inscritas	6.486	6.114	6.310
Famílias inscritas	2.329	2.258	2.371

Fonte: Cadastro Único - Lista Cecad do mês de agosto dos anos 2019, 2020 e 2021.

A articulação da equipe com outras políticas públicas, tais como educação, trabalho e saúde é parte imprescindível e inerente ao cotidiano de trabalho dos profissionais do SUAS, uma vez que as demandas apresentadas pelas famílias não se esgotam no atendimento realizado emergencialmente com a cesta básica, demanda mais frequente e mais latente. É preciso ofertar uma escuta de qualidade para avançar a partir desta primeira demanda de cesta, que muitas vezes aparece como única solicitação apresentada pelas famílias.

A articulação da rede intersetorial da Região CEU também acontece de forma periódica através de reuniões mensais do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), nas quais são discutidas pautas de interesse comum à Região.

A equipe destaca alguns fatores que dificultam a realização do acompanhamento das famílias PAIF, entre eles, o atendimento das demandas espontâneas, ou seja, aquelas que surgem no CRAS diariamente e em número elevado.

O CRAS realiza atendimento popularmente conhecido como “porta aberta”, que faz com que a equipe direcione tempo e atenção a essas situações não menos importantes que os acompanhamentos, contudo, exigem parte significativa da carga horária de trabalho do profissional.

Considerando este tipo de atendimento, tão importante quanto o acompanhamento para garantia de proteção, ambos na oferta do PAIF, entende-se necessária a ampliação da equipe, uma vez que se ofertam, para além do PAIF, dois serviços essenciais para prevenção e proteção social que são o Serviço de Conveniência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para deficientes e idosos.

Contempla a abrangência territorial do CRAS Parque da Cidadania as Estâncias São Pedro II e III. A característica principal deste bairro rural é a dificuldade de acesso dos moradores aos equipamentos públicos, a precariedade habitacional, a ausência de infraestrutura e a situação de pobreza e extrema pobreza das famílias.

5.2 CRAS Santo Antônio

Apresenta-se, pela voz da equipe, a contextualização acerca do território de abrangência do CRAS Santo Antônio.

Figura 02 — CRAS Santo Antônio.

Fonte: Acervo CRAS Santo Antônio.

O CRAS Santo Antônio é uma unidade com capacidade de referenciamento para até 5.000 famílias. Atualmente tem aproximadamente 6.471 famílias referenciadas (dados de janeiro/22). Está situado na área de abrangência de parte da Região CEU, conforme consta no Decreto 18.073 de 29/06/2018. Os bairros que compõem o território estão no anexo 2.

Conforme dados de distribuição da população em 2020, por estimativa da Secretaria da Saúde, a faixa etária que se destaca no território de abrangência do CRAS Santo Antônio é de população adulta de 18 a 59 anos, que representa aproximadamente 62% da população do CRAS. Na faixa etária de 0 a 17 anos possui 8.043 crianças e adolescentes e 2.993 idosos. Fazendo a relação com o total do território do CRAS, as crianças representam aproximadamente 28% e os idosos, 10%.

Tabela 2 — Distribuição por faixas etárias no território do CRAS Santo Antônio.

Faixa etária	Nº
30 a 59	12.623
18 a 29	5.047
7 a 14	3.594
0 a 6	3.084
60 a 74	2.328
15 a 17	1.365
75 ou mais	665
Total	**28706**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS, a partir da Conjuntura Econômica 2021.

O município possui 94.730 crianças e adolescentes e 86.348 idosos. Fazendo a relação desses ciclos de vida do CRAS Santo Antônio, representam aproximadamente 8,5% e 3,5%, respectivamente.

Com relação às pessoas inscritas no Cadastro Único, faz-se notório o seguinte panorama, antes da pandemia e no contexto atual:

Tabela 3 — Pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único no território do CRAS Santo Antônio de 2019 a 2021.

CRAS Santo Antônio	2019	2020	2021
Pessoas inscritas	8670	8397	8551
Famílias inscritas	3235	3260	3355

Fonte: Cadastro Único - Lista Cecad do mês de agosto dos anos 2019, 2020 e 2021.

A maior busca pelo Cadastro Único se dá, atualmente, pela solicitação de inclusão ao Programa Auxílio Brasil do Governo Federal, seguido da Tarifa Social de baixa renda e para solicitação de BPC - Idoso e/ou Deficiente. As demais demandas são menores em detrimento dos programas em destaque.

Nos atendimentos técnicos recaem as demandas de solicitação de cestas básicas, devido à insegurança alimentar, questões que se fazem presentes devido à

conjuntura de desemprego em que vivem as famílias do território, por baixa qualificação profissional e baixa escolaridade. Este contexto contribui para a reprodução da pobreza de gerações para gerações.

Tabela 4 — Demanda de cesta básica no ano de 2021.

CRAS Santo Antônio	Total
Nº de solicitação	3.841
Nº de concessão	2.329
Nº demanda reprimida	1.779

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Destaca-se que, atualmente, são atendidos filhos/as e netos/as das famílias que foram atendidas no final da década de 1990, sobretudo nos anos de 1998/1999, quando à época era ofertado o Programa Resgatando a Cidadania, pela Secretaria de Bem-Estar Social, demonstrando a não superação da condição familiar.

Estas questões ficam latentes pela historicidade das famílias que residem no bairro Santo Antônio há mais de duas décadas, trazendo com elas as questões da reprodução da pobreza que ainda perpetua no território. Considera-se que houve melhora nas condições de vida destas famílias devido à inserção em programas de transferência de renda, contudo, devido ao cenário da Pandemia do COVID-19, estas condições de vida e habitação tornaram-se mais precárias devido ao aumento do desemprego, entre outras questões.

Este território teve sua formação nos primeiros anos da década de 90, por meio de área de desfavelamento e loteamento. As casas foram destinadas à população em situação de rua, população proveniente do nordeste do País, população de área de desfavelamento e de loteamentos populares (MUSTAFA, 2003).

O Diagnóstico Socioterritorial 2015-2016, realizado também pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial, aponta que existe concentração de risco no território, devido ao tráfico e consumo de drogas.

Consideram-se precárias as condições de moradias, perfil de famílias com emprego informal ou sem renda e desprotegidas no âmbito trabalhista. Sendo assim, entende-se que o território abriga, sobretudo, famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

Abrange grande parte de famílias monoparentais femininas com filhos e/ou dependentes, famílias que enfrentam certas situações de violência, famílias oriundas

de outros estados do país e com restrita rede de apoio, famílias refugiadas, entre outras especificidades.

Outra dimensão importante a se considerar é a abordagem policial neste território, junto aos adolescentes, que se faz de maneira violenta, agressiva e na maioria das vezes ocorrem “espancamentos”. Todavia, um dificultador é que as famílias, amedrontadas, não realizam boletim de ocorrência para denunciar tais violações de direitos.

As estratégias encontradas pelo CRAS Santo Antônio são a escuta, as orientações pertinentes a estas famílias e o encaminhamento destas violações aos órgãos de proteção à infância e juventude, bem como junto às coordenações da Proteção Social Básica e Especial para articulação de reuniões com o Juiz da Vara da Infância e Juventude, para que tome medidas e orientações direcionadas ao sistema de segurança pública.

Destaca-se também a violência doméstica contra as mulheres, entendida como violência de gênero. Elas comparecem nos atendimentos e/ou por encaminhamentos advindos da rede intersetorial trazendo consigo os desafios de efetiva proteção à mulher e alternativas de superação desta forma cultural e machista de violência. As mulheres trazem o estigma da violência e a dificuldade de denunciar os companheiros, pois são ameaçadas de todas as formas.

Neste ano de 2022, observam-se nos atendimentos e nos grupos dos SCFV de jovens e idosos, falas que retratam o medo da violência que vem ocorrendo no bairro, sendo essa uma justificativa por alguns participantes destes grupos a não compareceram nos encontros. O medo perpassa o cotidiano destas famílias, trazendo para elas o desejo de mudar de bairro ou mesmo de endereço, dentro do próprio bairro. Neste sentido, destaca-se a insegurança de viver em território violento, necessitando de políticas públicas de enfrentamento a esta violação de direito, especialmente de segurança pública que preconize os direitos humanos.

Outras demandas destacadas no CRAS são as procuras pelos Programas de Transferência de Renda que estão vigentes no momento, sobretudo o Auxílio Brasil, bem como demais benefícios que são base de elegibilidade a partir de critérios de Cadastro Único, como a tarifa social. Além destas, há também a presença de demandas por programas habitacionais e/ou aluguel social e por outras políticas públicas que são articuladas pela Proteção Social Básica, sendo elas: saúde, trabalho, educação e rede de garantia de direitos, como o Conselho Tutelar.

No que tange à articulação de rede, vivencia-se dificuldade com relação ao Conselho Tutelar. Observa-se que há alta demanda advinda do território da zona norte do município e número insuficiente de Conselho e conselheiros para os atendimentos. Portanto, às vezes ocorre demora na comunicação e articulação, o que pode gerar desproteção para crianças e adolescentes.

A equipe do CRAS destaca que é melhor a articulação com a saúde, entretanto, devido aos poucos recursos e ofertas de serviços, encaminhamentos ficam aguardando devolutivas, dificultando o acesso dos indivíduos e famílias. Há de se considerar novamente nesta questão que as famílias trazem para o contexto do atendimento da PSB a grande procura por atendimentos da saúde mental, sobretudo, psicológicos.

Dentre as articulações realizadas com a Secretaria Municipal de Trabalho e do Emprego, cabe ressaltar que a inclusão das famílias no mercado de trabalho é mínima, sobretudo pela já destacada baixa qualificação profissional e escolar. Compreende-se que tal demanda também é oriunda da situação socioeconômica atual do país, com altos índices de desemprego, visto que o IBGE aponta 11,6% de desempregados para final de 2022.

Apesar algumas escolas e creches localizadas nas imediações do território, há falta de vagas, o que culmina no deslocamento dos estudantes para bairros distantes. Do mesmo modo, a dificuldade de acesso de sua população perpassa o campo de outras políticas, como do esporte, da cultura e do lazer, já que possuem poucas ofertas destas em sua área de abrangência.

Desafios do Acompanhamento PAIF

A equipe do CRAS aponta como desafio a questão das inúmeras demandas de outros serviços que perpassam o âmbito da PSB, que são atendimentos particularizados no CRAS. Estes atendimentos ocorrem de 2ª a 6ª feira com grande demanda, sendo atendidas, em média, 580 famílias por mês (dados de janeiro de 2022), sem considerar que algumas famílias procuram o atendimento mais de uma vez ao mês. Isso diminui o tempo que a equipe teria para realizar um acompanhamento qualitativo das famílias no PAIF.

O número de profissionais é reduzido para as demandas que o CRAS possui, exigindo que o administrativo, educadores sociais e técnicos de nível superior

acumulem várias ações no âmbito da PSB, quer sejam grupos PAIF, SCFV jovens e idosos, Programa de Inclusão Produtiva, busca ativa para cadastros desatualizados, organização de entrega de cartões de programas do âmbito do governo estadual, a exemplo o Vale Gás, entre outras. Estas demandas exigem maior tempo do trabalho profissional e, com isso, as ações do PAIF ficam prejudicadas.

Outro fator que desafia o acompanhamento PAIF é a questão do desemprego, já discutida anteriormente, e os escassos recursos para o atendimento das demandas objetivas trazidas pela população, além desta as de outra ordem, como exemplo a demanda reprimida de cesta básica.

Além disso, destacam-se também os desafios de programas de transferência de renda no âmbito dos governos do estado e federal, que pouco oferecem em infraestrutura e informações pertinentes para as devidas orientações aos beneficiários, gerando assim uma tensão entre o direito e as condições de acesso a eles.

Estes fatores geram grandes desafios à equipe, pois ficam entre a população atendida e a falta de informações precisas destas instâncias de governo. A informação escassa e morosa destes programas recai no cotidiano profissional e das famílias atendidas, desafiando o acesso a direitos e serviços.

Estâncias – desafios

No que se refere ao atendimento das famílias que residem nas estâncias pertencentes ao território do CRAS Santo Antônio, destaca-se tudo que foi elencado acima, além de acrescentar que nestas estâncias existe a dificuldade de acesso aos bens, serviços e políticas públicas, pois na maioria delas não possui equipamentos de saúde, educação, SCFV. Também não há pontos de entregas do Projeto Viva Leite e da Cesta de Legumes, dificultando o acesso de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. O vale-transporte é ofertado para as famílias acessarem o atendimento da PSB no âmbito do CRAS, contudo, os outros acessos e políticas públicas ficam prejudicados.

Não se tem conhecimento de ocupações irregulares, exceto algumas famílias que ocupam moradias vazias ou constroem barracos em terrenos vazios. Assim, sempre se faz visita no referido local, ofertando as ações pertinentes à PSB e articulando a rede a partir das necessidades apresentadas.

Há o estigma das famílias que residem nestas estâncias, bem como certa marginalização devido aos preconceitos em relação à população que reside afastada do núcleo central do município, ou seja, famílias que residem na zona norte, expressando as mais variadas vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais, entre outras.

6. PESQUISA

6.1 O Caminho Metodológico

Apresentam-se aqui os dados da pesquisa sobre a avaliação do território da Região CEU. O objetivo é compreender a relação cotidiana dos usuários no espaço da Região CEU e a análise quanto aos serviços prestados, indicando suas potencialidades e dificuldades.

A compreensão é fundamental para que os agentes profissionais, envolvidos no atendimento desses usuários, realizem seus atendimentos de acordo com os parâmetros estabelecidos pelos princípios e legislação que norteiam a política de Assistência Social.

Para atingir o objetivo, o processo de pesquisa se iniciou com o levantamento das famílias atendidas pelos CRAS e CREAS II nos Serviços: PAIF, SCFV, PAEFI E MSE e que residissem, preferencialmente, em territórios diferentes entre si, a fim de aumentar a abrangência de análise da Região.

Com o objetivo de estabelecer uma amostragem viável às pesquisadoras dos equipamentos CRAS e CREAS, optou-se por distribuir a pesquisa entre os equipamentos com total de 28 questionários aplicados.

Após o levantamento das famílias a serem entrevistadas, com as devidas autorizações (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)[4], realizaram-se as entrevistas com abordagem qualitativa e com entrevistas semiestruturadas contendo seis perguntas. Esse questionário foi aplicado no período compreendido entre os dias 07 a 21 de março de 2022.

---

[4] O levantamento de dados com os usuários não passou pelo comitê de ética visto que se enquadra nas exceções dispostas no Parágrafo Único do Artigo 1º da Resolução CNS 510/2016. Trata-se de levantamento de dados para uso na política pública e as pessoas terão as informações preservadas em sigilo e não serão identificadas. Realizou-se um termo de autorização explicitando a finalidade da pesquisa.

Para cada Serviço (PAIF, SCFV, PAEFI e MSE) de cada unidade (CRAS e CREAS), caracterizaram-se os usuários e sistematizaram-se as repostas que constituíram o questionário para identificar as similaridades, divergências, dificuldades e potencialidades, bem como as proposições sugeridas pelos entrevistados, sempre com o foco no levantamento de propostas para melhorias na Região.

A partir da sistematização de todas as falas, identificaram-se seis indicadores que nortearam o processo de análise. Serão expostas nesta seção as falas mais latentes e as análises destas.

Apresenta-se, nos quadros 12 e 13, o perfil dos usuários entrevistados, cujas identidades foram preservadas, identificando-os com a sigla correspondente ao equipamento/serviço entrevistador: CREAS II - (**PAEFI e MSE), CRAS Santo Antônio - (ST) e CRAS Cidadania - (C).**

Quadro 12 — Perfil dos participantes das entrevistas do CREAS II, PAEFI e MSE.

Participante	Idade	Gênero	Cor	Renda	Bairro	Tempo que reside no bairro
PAEFI 1	35	Feminino	Negra	R$ 1.100,00	Residencial Caetano	11 anos
PAEFI 2	46	Masculino	Pardo	R$ 1.100,00	Santo Antônio	07 anos
PAEFI 3	30	Feminino	Branca	R$ 1.500,00	Santo Antônio	16 anos
PAEFI 4	33	Feminino	Branca	s/ renda	Estância São Felício	+10 anos
PAEFI 5	40	Feminino	Parda	R$ 1.100,00	Nova Esperança	11 anos
MSE 1	15	Masculino	Branca	R$ 700,00	Cidadania	-
MSE 2	16	Masculino	Negra	Zero	Estância São Felício	-
MSE 3	16	Masculino	Branca	Zero	Jardim Nunes	-
MSE 4	13	Masculino	Negra	Zero	Nova Esperança	-

Fonte: CREAS II.

Quadro 13 — Perfil dos participantes das entrevistas dos CRAS Parque da Cidadania e Santo Antônio.

CRAS	Sujeito	Idade	Gênero	Cor	Renda	Bairro	Tempo que reside no bairro
CRAS Santo Antônio	ST1	67	Feminino	Preta	R$ 1.212,00	Jardim Santo Antônio	Há mais de 20 anos
CRAS Santo Antônio	ST2	25	Feminino	Parda	R$ 400,00	Jardim Arroyo	10 anos
CRAS Santo Antônio	ST3	51	Feminino	Branca	Zero (esposo recebe R$ 2.800,00)	Jardim Nunes	20 anos
CRAS Santo Antônio	ST4	37	Feminino	Parda	Zero	Jardim Santo Antônio	20 anos
CRAS Santo Antônio	ST5	43	Feminino	Parda	R$ 1.200,00	Jardim Santo Antônio	09 anos
CRAS Santo Antônio	ST6	38	Feminino	Preta	Zero	Jéssica	04 anos
CRAS Santo Antônio	ST7	33	Feminino	Parda	Zero	Renascer	23 anos
CRAS Santo Antônio	ST8	25	Feminino	Parda	R$ 1.500,00	Jardim Santo Antônio	25 anos
CRAS Santo Antônio	ST9	48	Feminino	Branca	R$ 400,00	Jardim Nunes	08 anos
CRAS Santo Antônio	ST10	62	Feminino	Branca	R$ 400,00	Jardim Marajó	20 anos
CRAS Cidadania	C1	34	Feminino	Parda	R$472,00	Residencial Parque Nova Esperança	10 anos
CRAS Cidadania	C2	79	feminino	parda	R$1212,00	Residencial Parque Nova Esperança	10 anos
CRAS Cidadania	C3	32	Feminino	Parda	R$1212,00	Egydio Zani Vida Nova Rio Preto	5 meses
CRAS Cidadania	C4	42	Feminino	Branca	R$1212,00	Parque da Cidadania	14 anos
CRAS Cidadania	C5	52	Feminino	Preta	R$1212,00	Residencial Parque Nova Esperança	10 anos
CRAS Cidadania	C6	48	Masculino	Parda	R$600,00	Estância São Pedro	8 anos
CRAS Cidadania	C7	21	Feminino	Parda	Zero	Residencial Parque Nova Esperança	7 anos
CRAS Cidadania	C8	22	Feminino	Parda	Zero	Residencial Vila Lobos	2 anos
CRAS Cidadania	C9	47	Feminino	Branca	R$2424,00	Residencial Cidade Alta	2 anos e 6 meses
CRAS Cidadania	C10	41	Feminino	Parda	Zero	Estância São Pedro	1 ano e 3 meses

Fonte: CRAS Parque da Cidadania e Santo Antônio.

6.2 Análise

6.2.1 Potencialidades e fragilidades sob a ótica dos moradores da Região CEU

Considerando as potencialidades e fragilidades no território, foram feitos levantamentos com usuários a fim de provocar uma análise sob a ótica dos moradores da Região, uma vez que vivem o cotidiano nos bairros e acabam por identificar e avaliar as políticas públicas disponíveis e indisponíveis, além de verificar aquilo que emerge nas relações com o território.

De maneira geral, os entrevistados abordam a importância da atuação das políticas públicas setoriais de Assistência Social, Saúde e Educação nos bairros. Relatam que os atendimentos dos equipamentos existentes são bons, porém sinalizam críticas ao atendimento da Assistência Social quando fazem referência ao não atendimento com cesta básica quando necessário. A usuária PAEFI 3 (Santo Antônio) relata: “No CRAS peço cesta básica e nem sempre sou atendida quando preciso. Sou sozinha com as crianças.” (sic)

Além disso, aparecem falas no sentido de validar as redes de apoio comunitárias, com o aparecimento de uma forte sensação de suporte e solidariedade entre os moradores da Região. Indicam que as igrejas também são potencialidades na vivência cotidiana. A usuária ST 8 (Santo Antônio) avalia: “Gosto do bairro, possui diversos equipamentos públicos (educação, saúde, assistência social), além de igreja, comércio e rede comunitária.” (sic)

Por outro lado, fica evidente nos relatos que, nos bairros novos e estâncias, os moradores não pontuam fatores positivos, mas sim as ausências. Para os moradores da Região, tão importante quanto a existência dos serviços é o acesso a eles. Esses relatos soam como um alerta para que ações de planejamento permitam às famílias o acesso aos serviços existentes quando estes não são ofertados no bairro que residem. Nesse sentido, é importante destacar algumas falas dos usuários moradores desses locais, que deixam em evidência fragilidades significativas

> O bairro em que eu moro é novo e está em processo de povoamento. Falta tudo para comunidade, como escola e UBS. O bairro possui comércio (bar e serv festa) e existe apenas uma única praça pública

> para as pessoas se reunirem (C 3) (Egydio Zani Vida Nova Esperança). (sic)
>
> Na verdade, não tem nada de importante. Não tem posto de saúde, não passa ônibus. Com relação à política de assistência, sou atendida mesmo morando lá (C 8) (Residencial Vila Lobos). (sic)
>
> Não identifico nada de positivo. Nos sentimos abandonados lá. A parte dos serviços de CRAS e CREAS são excelentes, é onde nos ajudam. Gosto muito do atendimento (PAEFI 4) (Estância São Felício). (sic)

Outro aspecto perceptível nas respostas é a fragilidade relacionada à sensação de medo e insegurança dos moradores. Muitos relatam a questão da segurança pública, uma vez que há o engajamento, em algumas localidades do território, do tráfico de drogas, além dos conflitos de grupos com outros bairros. O usuário MSE 1 (Parque da Cidadania) relata que “se sente seguro no bairro em que mora, e que tem medo apenas no Santo Antônio.” (sic)

Por outro lado, alguns usuários ressaltam que a violência e alguns atos criminosos ocorrem em locais específicos e não sentem insegurança em sua residência. Destaca-se também a vivência de adolescentes e a relação com a polícia

> Gosto da quadra de esporte, fico jogando bola, a segurança é tranquila, os policiais são agressivos, mas não tem guerra no bairro. Tem comércios e escolas. Postinho de saúde a noite não tem (MSE 4) (Nova Esperança). (sic)
>
> O Projeto do Sindicato que abriu aqui perto agora é bom, antes só tinha projeto longe. O CRAS também é bom. Não vejo mais acontecendo tráfico de drogas por aqui, tem sempre polícia passando pelo bairro, eles nunca foram violentos (PAEFI 1) (Residencial Caetano). (sic)

6.2.2 Problemas observados no território

Na análise das questões relacionadas aos aspectos tidos como “situações problema”, identificados pelos entrevistados, foram destacados pelos moradores da Região o tráfico de drogas, a violência urbana e a sensação de insegurança e de desproteção gerada pelos agentes da lei (leia-se polícia). Essa percepção é ratificada na fala de um dos entrevistados que possui domicílio em uma das principais avenidas do bairro Santo Antônio

> O tráfico aqui que é ruim, cheio de jovens que ficam aí traficando. Não confiamos na polícia também, a abordagem deles é muito violenta e humilhante, eles não protegem. Uma vez invadiram a minha casa, porque acharam que tinham jogado drogas aqui dentro e deram quatro tapas na minha esposa, me deram um mata-leão mesmo não tendo nada aqui (PAEFI 2) (Santo Antônio). (sic)

Também na resposta de outra moradora do bairro Nova Esperança

> Ainda temos as drogas no bairro. A polícia faz abordagem muito agressiva e violenta, até com crianças, já presenciei e evitei que pegasse um chute numa criança pequena. Mas quando a gente chama, a polícia não vem (PAEFI 5) (Nova Esperança). (sic)

Outros entrevistados também trouxeram contribuições para corroborar com a análise. Uma moradora do Santo Antônio destaca, entre outras situações, a "Violência, tráfico e ausência de segurança pública (ST 5)" (sic). Uma moradora residente no Bairro Renascer há 23 anos (ST 7) diz que no território há "muita violência, e falta de segurança pública" (sic). A C 5, residente no Residencial Nova Esperança, ressalta que o "Policiamento é ruim. Quando precisa chamar [a polícia] demora demais pra chegar. Quando chega não tem mais jeito". (sic)

Por outro lado, na contramão do que foi destacado pelos demais entrevistados, a moradora do Bairro Santo Antônio (PAEFI 3), residente no local há 16 anos, disse que se houvesse um maior policiamento no bairro, se sentiria mais segura

> Aqui não tem posto policial, antigamente tinha (e) era mais seguro. Tenho medo de morar no bairro, penso no acesso dos meus filhos **meninos** à violência quando crescerem. Penso em me mudar, mas não tenho condições financeiras para isso (PAEFI 3, grifo nosso). (sic)

Outras situações elencadas pelos entrevistados fazem jus aos serviços públicos de saúde e assistência social dos territórios, no que tange à dificuldade do acesso, que se deve à distância dos equipamentos e à qualidade do atendimento das unidades localizadas nos Bairros Santo Antônio, Cidadania e Nova Esperança. A PAEFI 5, moradora do Bairro Nova Esperança e, portanto, referenciada ao CRAS Cidadania, verbaliza: "No posto de saúde os funcionários são ignorantes, e o atendimento é demorado, para fazer um exame tenho que esperar mais de um mês. O CRAS fica muito longe, é difícil ir a pé (PAEFI 5)." (sic)

O PAEFI 2, residente no Santo Antônio, reforça: “O atendimento da saúde também não é bom, demora muito, já cheguei a esperar por 5 horas [para ser atendido], falta médicos também.” (sic)

Ainda no quesito relacionado à dificuldade do acesso ao CRAS Cidadania, tem-se um destaque para o que foi dito por três moradoras do Bairro Nova Esperança: “Eu acho o CRAS longe da minha casa, mas como não pago ônibus, dá para vir (C 2)” (sic). “Poderia ter um CRAS no Nova Esperança. Tudo é muito longe (C 5)” (sic). “CRAS mais próximos. Atualmente é necessário pegar dois ônibus para acessar os serviços (C 3).” (sic)

Outras ponderações trazidas pelos entrevistados que valem destaque se referem às observações mais pontuais e que não foram trazidas de forma geral nas entrevistas. A moradora do Bairro Santo Antônio (ST 5) coloca que: “Tem que reavaliar as famílias que retiram cesta básica com frequência, porque não atende todo mundo.” (sic). Já a PAEFI 3 (Santo Antônio) pontua uma ação que foi adotada no período crítico da pandemia causada pela COVID-19: “No CRAS, gostaria que voltasse o atendimento *online*, pois fica mais fácil para quem trabalha e não pode ir até lá no horário comercial.” (sic)

Para além do que foi trazido pelos entrevistados, no que diz respeito aos serviços públicos, também foi quase unânime a questão da oferta de serviços e espaços de lazer para a população do território. A PAEFI 5 (Nova Esperança) registra que: “Não temos praça para lazer das crianças.” (sic). E ST 9 (Jardim Nunes) destaca que gostaria que houvesse: “quadra poliesportiva para jovens, parques, praças, projetos culturais”. (sic). A C5 (Nova Esperança) relata: “Falta projeto para adolescentes acima de 12 anos” (sic). A PAEFI 3 (Santo Antônio) coloca: “Falta uma praça para distração das crianças, pois a ECO é somente na semana em horário comercial.” (sic)

Ressalta-se que essa demanda também é trazida pelos jovens do território, conforme destaque nas falas dos adolescentes entrevistados

> No bairro não há ofertas de cursos e atividades recreativas e culturais. Gostaria que tivesse um clube no bairro [...] para os idosos já tem atividades no local [academia]. (sic)

> Falta de atividades no bairro. Não tem um local para sair e reunir os amigos. Em razão disso, os jovens se reúnem no meio de canaviais e também no ponto de ônibus (MSE 2) (Estância São Felício). (sic)

Os entrevistados trouxeram ainda outras queixas, relacionadas à organização dos territórios, quanto à insuficiência na oferta de comércios (supermercados, farmácias, lotéricas), dificuldade na mobilidade urbana considerando as insuficiências de linhas de ônibus, de oferta de emprego e de capacitação profissional para geração de renda e de vagas em escolas e creches.

6.2.3 Trabalho e Renda

Nas entrevistas com os usuários, no que se referente ao aspecto de renda, foram identificadas situações de desemprego quase que de forma unânime. No relato da PAEFI 4 (Estância São Felício), a usuária traz a dificuldade de acesso ao transporte público disponível no local de moradia, com linhas de ônibus ofertadas em horários restritos, que atrapalham o cumprimento da carga horária do trabalho. Então, ao não atender à exigência de trabalho das vagas disponíveis no mercado de trabalho formal, as famílias buscam trabalhos informais com vistas à manutenção das necessidades básicas de seus membros. Assim destacamos a realidade retratada por ela

> Os responsáveis familiares estão desempregados, se mantendo de bicos e o benefício bolsa do povo. Se arruma emprego só ‘na cidade’ [centro da cidade]. As roças da Região contratam pessoas de fora. Só consegue emprego quem tem carro, pois os horários de ônibus são ruins, às vezes não passam e o trabalhador atrasa no serviço e perde o emprego (PAEFI 4). (sic)

Também se verifica a ausência de programas voltados à inclusão social de públicos tidos como prioritários, já que há impedimentos destes usuários para atender ao perfil exigido pelo mundo do trabalho, como cita a usuária ST 7 (Renascer): “estou desempregada desde 2014 quando sai da cadeia.” (sic)

A situação daqueles que têm acesso a programas de transferência de renda não é diferente, pois os que foram entrevistados colocam que a renda não é suficiente para subsistência da família e apontam como alternativa a busca de rede de apoio familiar ou comunitária. Então explica a usuária C 3 (Egydio Zani Via Nova Rio Preto)

> A renda familiar é proveniente BPC do meu sobrinho, não consigo trabalhar devido aos cuidados com o mesmo e o valor de um salário não é suficiente para suprir as despesas da família, recebo apoio de familiares. (sic)

Foi apontada a busca por ajuda de terceiros também daqueles em situação de desemprego, de acordo com o que afirma o usuário entrevistado C10 (Estância São

Pedro): “Minha família vive de bicos, temos dificuldades com renda, dependemos de ajuda de familiares e amigos.” (sic)

6.2.4 Oferta de Serviços para crianças e adolescentes

Ao serem indagados sobre as necessidades das crianças e adolescentes no território, os moradores entrevistados, quase que de forma unânime, se queixaram da dificuldade de acesso à escola, ausência de espaços e atividades de cultura e lazer, cursos profissionalizantes e falta de médicos pediatras na rede de saúde da Região.

Sobre a rede de educação, muitos dos usuários entrevistados relataram falta de vagas nas escolas para seus filhos, fazendo com que tenham que se deslocar de seus bairros para outros em busca de estudo. Esse percurso, muitas vezes, é longo e demorado devido à falta de ônibus escolares, poucos horários das linhas comuns de transporte ou há necessidade de embarque em dois ônibus para chegar até o destino. Além disso, relataram baixa qualidade do ensino, como explicita o usuário

> As escolas são muito fracas, a maioria das crianças não sabem nem ler, não quero que o meu filho passe de ano sem ter aprendido a ler ainda. Também deviam ter mais séries nas escolas próximas para não termos que ir para outros bairros (...) eles transferiram minha filha para uma escola mais longe só porque não tinha vaga para ela aqui, tem escola perto, mas não tem vaga (PAEFI 1) (Residencial Caetano). (sic)

A grande maioria dos entrevistados também trouxe dificuldade em conseguir vagas em projetos de contraturno escolar, tendo poucos locais que ofertam esse serviço. Os usuários precisam aguardar em listas de espera para conseguirem uma vaga.

Em relação à saúde, muitos reclamaram da falta de médicos pediatras nas unidades de saúde, em especial, os usuários PAEFI 1 (Residencial Caetano) e PAEFI 3 (Santo Antônio), residentes dos bairros Residencial Caetano e Santo Antônio, respectivamente, que relataram precisar ir até a UPA para conseguir atendimento com essa especialidade.

Já em relação às necessidades dos adolescentes, os moradores se queixaram da falta de oferta de cursos profissionalizantes e de espaços e atividades de cultura e lazer. Não havendo nem praças, muito menos quadras poliesportivas, o usuário C1 (Nova Esperança) reflete: “na verdade, falta tudo aqui”. (sic)

Nesse contexto, cabe também o destaque para o usuário MSE 2 (Estância São Felício), residente de estância rural

> É necessário ofertas culturais e de lazer no bairro, para os jovens, o entrevistado gostaria que tivesse pista de skate, fliperama, *lan house* e biblioteca. Para as crianças, acha indispensável ter creches e projeto de contra turno, e também um parquinho. [...] Para a sociedade em geral, um espaço destinado a shows, teatros e oferta de lazer, comércios variados e cursos no próprio bairro (MSE 2). (sic)

6.2.5 Envelhecimento: necessidades humanas, desafios e ausência de políticas públicas

Os entrevistados apontaram situações que requerem atenção das políticas públicas, sobretudo referente aos acessos a serviços e equipamentos públicos de lazer e convivência social para idosos e serviços da saúde mental, trabalhando a perspectiva de proteção social, como apontam os sujeitos abaixo

> Minha mãe frequenta o Centro Dia do Lar Esperança, mas as vagas são insuficientes para atender todos os idosos no bairro (ST 3) (Jardim Nunes). (sic)
>
> Praça com academia ao ar livre e atividades para idosos, pois ficam no bar (PAEFI 4) (Estância São Felício). (sic)
>
> Falta lazer e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (ST 10) (Jardim Marajó). (sic)
>
> Não tem muito o que nossos idosos fazerem, não tem projeto nem nada, então aqui precisa ser colocado um espaço [Centro de Convivência] para os idosos realizarem atividade física com frequência, além de locais para atendimento psicológico e saúde do idoso. Observo que os idosos ficam muito sozinhos e necessitam de integração e convivência com outros idosos (C4) (Parque da Cidadania). (sic)

Outra dimensão apresentada pelos participantes das entrevistas relaciona-se com a ampliação de acesso a lazer, cultura, saúde e destacam os desafios dos transportes públicos, no sentido da locomoção e despesas para tais. Destaca-se que o município tem acesso ao Passe Gratidão, porém somente para idosos a partir dos 65 anos. Assim, têm-se as seguintes falas

> O CRAS deveria ser mais perto. Poderia ter carteirinha pra pessoa com 60 anos pra cima (C5) (Nova Esperança).

> Ter medicamentos na rede de saúde contínuo para evitar gastos. Programa de leite para idosos. Mais atividades nos espaços do CRAS. Transporte para idosos com dificuldades de locomover para acessar a saúde (ST6) (Jardim Jéssica). (sic)

Ainda há uma demanda que sempre é solicitada ao CRAS, referente a programa de leite para idosos, como apontou a usuária ST 6 (Jardim Jéssica).

Destaca-se que a PAEFI 1, moradora do bairro Residencial Caetano, menciona que o bairro não possui tantos idosos e, assim, não percebe problemas. Contudo, a MSE 2 (Estância São Felício) problematiza várias questões com relação a necessidades básicas e humanas, sobretudo porque se trata de morador em estância rural, sendo assim

> O bairro deve ser pavimentado, assim já facilitaria acesso de transportes e também tornaria mais seguro, principalmente para idosos e crianças. [...] Para os idosos, ajudaria ter um posto de saúde mais próximo.” (MSE 2). (sic)

6.2.6 Transporte público e mobilidade urbana

A respeito do transporte público e mobilidade urbana no território e município, os usuários relatam, em sua maioria, problemas na distribuição de linha de ônibus, uma vez que, mesmo com a existência de pontos próximos à residência, há a necessidade de utilização de duas linhas para locomoção dentro do próprio território. Em alguns casos, é necessário a locomoção até o terminal rodoviário no centro da cidade para chegar em outro bairro dentro da Região. A usuária C3 (Egydio Zani Vida Nova Rio Preto) relata: “O transporte público existe, porém, é muito tempo de espera entre uma corrida e outra. Para acessar os serviços como CRAS, UBS e escola é necessário fazer baldeação no terminal rodoviário”. (sic)

Para a PAEFI 1 (Residencial Caetano), há o destaque em relação aos horários dos ônibus: “Tem poucas linhas nos finais de semana, quando eu trabalhava nos sábados saía 10h do serviço e só chegava em casa às 14h, a espera é muito longa. Para ir no CRAS é mais fácil ir a pé do que de ônibus” (PAEFI 1). (sic)

Outro fator importante que aparece em diversos relatos é o custeio do transporte, uma vez que consideram o preço da passagem de ônibus elevada, além da superlotação mesmo em períodos de maior gravidade na pandemia. A PAEFI 5 (Nova Esperança) diz sobre sua dificuldade em acessar o transporte público: “No bairro tem vários horários de ônibus e pontos em diversos lugares. Mas não tenho sempre dinheiro, então vou a pé até os lugares que preciso” (sic). Ainda em relação à

qualidade do transporte público, aparecem falas em relação ao ponto de ônibus, que não possui cobertura. Dessa forma, além do tempo de espera elevado entre um ônibus e outro, os usuários aguardam a chegada do transporte expostos às condições climáticas.

No território, cabe destaque para falas da população que reside nas estâncias, na zona rural da Região. O C6 (Estância São Pedro) relata

> A estância São Pedro possui muitas dificuldades de acesso. Moro em frente a um ponto de ônibus, mas devido à chuva, o ônibus não realiza o percurso na estância há três meses. Nós moradores precisamos ir até o bairro Nova Esperança ou na Estância São Felício para conseguirmos ônibus. Para acessarmos o CRAS, precisamos fazer esse percurso e pagarmos dois ônibus (C6). (sic)

Alguns usuários trazem falas propositivas em relação ao transporte público. Para a ST 6 (Jardim Jessica), seria necessário a implementação de horários flexíveis em horários de pico de utilização, além da redução no valor do transporte. Para a ST 10 (Jardim Marajó), seria interessante o "passe gratidão para atender as pessoas de 60 anos." (sic)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propôs-se neste documento, com a parceria entre os Departamentos de Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e as Proteções Sociais Básica e Especial, compreender o olhar dos usuários e trabalhadores do SUAS quanto às demandas territoriais da Região CEU. O objetivo foi identificar as fragilidades e potencialidades dos territórios, bem como verificar a oferta de serviços públicos da Região, correlacionando ofertas e demandas, considerando a expressiva vulnerabilidade social presente nesta Região.

A construção participativa se deu considerando a relevância do Diagnóstico Socioterritorial para ações estratégicas de criação na Política de Assistência Social e demais políticas públicas.

Para compreender esses procedimentos, num primeiro momento, estudou-se a Região CEU, trazendo o olhar para sua história, perfil e composição territorial, bem como a identificação das ofertas de serviços prestadas aos moradores e como se dá a relação usuário/serviços sob o olhar dos usuários da Política de Assistência Social.

Identificou-se que a Região apresenta oferta de ILPI e Centro Dia para idosos, escolas de Educação infantil, fundamental e Ensino Médio, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes, e áreas destinadas ao desenvolvimento de atividades de esporte, cultura e lazer. Os usuários ressaltaram como positivos os atendimentos prestados pela PSB e PSE e a presença, nos territórios, de rede de solidariedade e comunitária.

Ao realizar a pesquisa com 28 moradores dos territórios que compõem a Região, as principais dificuldades apontadas foram quanto ao trabalho e renda; segurança pública; transporte e mobilidade urbana; baixa oferta de serviços/atividades de esporte, cultura, lazer, serviços de convivência para idosos e contraturno escolar para crianças e adolescentes.

Como já exposto, a Região CEU apresenta considerável índice de desigualdade de extrema pobreza, fator que reflete diretamente na qualidade de vida de seus moradores.

A situação fica evidente quando os usuários apontam a dificuldade de acesso às ofertas e vagas de emprego, a insuficiência de renda e a necessidade de busca por emprego informal como fonte de renda. Pensando em propostas de intervenção para a situação, ressaltou-se a necessidade de criação de cursos profissionalizantes nos territórios e articulação com a Secretaria do Trabalho e do Emprego a fim de viabilizar maior oferta de vagas na Região. Outro fator apontado pelos usuários, e que contribui para a dificuldade na busca por empregos, é a dificuldade de mobilidade urbana presente principalmente nas áreas rurais da Região.

Evidenciou-se a necessidade de melhorias quanto à pavimentação das vias públicas a fim de facilitar a circulação dos moradores e do transporte coletivo, o que contribuiria para o acesso aos pontos de ônibus bem como para a organização e segurança dos bairros.

Relacionado ao fator segurança, apresentou-se a necessidade de melhorias quanto à segurança pública, evidenciadas nas falas sobre a violência urbana e agressividade das abordagens policiais, principalmente no bairro Santo Antônio, conforme relatos dos usuários.

Apesar da existência de escolas, serviços de contraturno escolar e SCFV na Região, verificou-se a necessidade de criação e ampliação das ofertas, consideradas insuficientes (considerando os mais de 40 mil habitantes do território) e/ou inexistentes nos bairros mais distantes, principalmente na zona rural, pois as

existentes estão presentes apenas em alguns bairros, tratando-se de uma Região com extensão territorial de 26.707,99 Km².

Destacou-se a necessidade de criação de serviços voltados à população idosa a fim de evitar seu isolamento. Também foi sugerida a diminuição da idade de 65 anos para 60 anos como critério de acesso ao benefício de “Passe Gratidão” ofertado pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto.

Conclui-se, portanto, que, considerando o perfil de renda, número populacional e extensão territorial, a Região CEU, apesar da presença de Políticas Públicas atuantes, apresenta demandas específicas, necessitando de intervenções para garantia dos direitos dos moradores e melhoria na qualidade de vida.

Com isso, espera-se contribuir para a atuação das equipes trabalhadoras do SUAS, bem como para a produção de conhecimento na área com vistas ao desenvolvimento de propostas de intervenções para melhoria da Região CEU.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **ANVISA** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Saúde, [2021]. Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/servicosdesaude/instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. [Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996)]. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://bit.ly/2Izqx7z. Acesso em: 10 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2021]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. Desemprego. [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-33-de-12-de-dezembro-de-2012/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

MUSTAFA, Patrícia Soraya. **Construindo a cidadania: uma análise do programa resgatando a cidadania** - São José do Rio Preto-SP. FRANCA: UNESP-FHDSS, 2003.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/decreto/2018/1808/18073/decreto-n-18073-2018-institui-a-divisao-geografica-da-area-do-municipio-de-sao-jose-do-rio-preto-em-regioes-e-da-outras-providencias. Acesso em: 08 abr. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Secretaria Municipal de Saúde - Vigilância em Saúde e Vigilância Epidemiológica. **Vigilância de violência interpessoal e autoprovocada**.

2021. Disponível em: https://public.tableau.com/app/profile/secretaria.municipal.de.sa.de8655/viz/Violncia/VIOLENCIA. Acesso em: 10 abr. 2021.

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SNAS, Vigilância Socioassistencial. **Sistema de Registro Mensal de Atendimentos - RMA**. Brasília, 2021. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php. Acesso em: 10 abr. 2021.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico Ciência, Tecnologia e Inovação. **Conjuntura Econômica de São José do Rio**. 36. ed. - São José do Rio Preto, 2021. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/planejamento/conjuntura/Conjuntura-2021.pdf. Acesso em 08 abr. 2022.

APÊNDICE 1 – Bairros CRAS Parque da Cidadania

Parque da Cidadania, Residencial Parque Nova Esperança, Estância São Pedro II, Estância São Pedro 3, Residencial Morada do Sol, Residencial Villa Lobos, Cidade Alta, Set Parque Horizonte, Egydio Zani (Vida nova Rio Preto).

APÊNDICE 2 – Bairros CRAS Santo Antônio

Jardim Arroyo, Jardim Santo Antônio, Jardim Manoel Del Arco, Jardim Planalto, Jardim Zé Menino, Parque das Perdizes, Jardim Nunes, Residencial Caetano, Residencial Jéssica, Residencial Luzia Poloto, Condomínio Renascer, Conjunto Habitacional Duas Vendas, Jardim Marajó, Jardim Simões, Mini Distrito Industrial Centenário da Emancipação, Parque Juriti, Residencial Sebastião Guilherme Padilha, Estância São Pedro (Zona Rural), Condomínio Morada do Sol (Zona Rural), Condomínio Nossa Senhora de Lourdes (Zona Rural), Estância Beira-Rio (Zona Rural), Estância Bela Vista (Zona Rural), Estância São Felício (Zona Rural), Estância Suíça (Zona Rural), Jardim Nunes II, Loteamento Galiléia (Zona Rural), Loteamento Jorge Rodrigues, Loteamento Oásis (Zona Rural), Loteamento Setparque Avenida II, Residencial Mais Viver.

APÊNDICE 3 – Ofertas da rede intersetorial da Região CEU

Nome do Projeto	Serviço	Público/acesso	Endereço	Telefone
ECO-Complexo Integrado de Competências Deputado Roberto Rollemberg (SMEsp.Lazer)	Dança urbana (terça e quinta 16 horas), quarta às 18 horas Futebol (3ª a sábado de manhã e segunda a sexta à tarde) Vôlei, (apenas dos 13 aos 17 anos) 4 e 6ª manhã, tarde e noite Capoeira (sexta, noite e sábado de manhã) Karate: 3ª e 5ª feira para crianças as 18:30, para adultos 19:30	Contra turno	Rua Geraldo Barbosa de Oliveira, 2901 - Santo Antônio	(17) 3217-5549
Núcleo Mun. De Artes e Cultura Céu das Artes Aristides dos Santos	Segunda: balé, brinquedoteca, skate, violão, zumba, pilates Terça= artes circenses, brinquedoteca, futsal, teatro, percussão, judô, violão Quarta= brinquedoteca, pilates, alongamento, skate, percussão, zumba, violão Quinta= brinquedoteca, futsal, capoeira, judô, rap Sexta= brinquedoteca, teatro vôlei, dança de salão Sábado= futsal, zumba kids, horta, bordado Contraturno - Nov/21 preferencialmente alunos do Cyrino	A maioria a partir de 7 anos de idade/adulto sem limite de idade Inscrições no local Horário das atividades das 16h às 17h45	Rua Robson Augusto d´Aveiro (antiga 17)	(17) 3236-9598
Núcleo da Esperança Jardim Alvorada SMEsp.Lazer	Judô: 2ª e 4ª das 19:00 às 21:00	Inscrição direto com professor, qualquer munícipe	Estrada Municipal Bosque Verde	
Centro Esportivo Duas Vendas	Dança adulta**:** 2ª e 4ª das 18:00 às 19:40	Inscrição direto com professor, qualquer munícipe	Rua Heitor de Souza, 520	
Centro Esportivo José Natal Perini Duas Vendas	Futsal: 2ª e 5ª das 15h às 18 hrs.	Inscrição direto com professor, qualquer munícipe	Rua Heitor de Souza, 520	

Fonte: CREAS II.

APÊNDICE 4 – Ação de intervenção realizada na Escola Nova Esperança

Este apêndice visa a apresentar a articulação realizada em 2016, frente às demandas de intervenções necessárias na Escola Nova Esperança.

Pontua-se que em outubro de 2016, a partir da demanda exposta em reunião intersetorial, foi apresentado um contexto de situações vivenciadas pela direção da Escola Estadual Nova Esperança, no qual professores e alunos presenciaram práticas de violência, bullying, uso de drogas e sentimento de não pertencimento por parte dos alunos como fatores dificultadores da permanência e efetividade do ensino/aprendizado. Tal situação, à época, era agravada pelo quadro incompleto de funcionários e falta de segurança na escola.

A partir da gravidade da demanda, o grupo intersetorial definiu a necessidade de agendar uma reunião extraordinária que ocorreu em 27/10/2016, na referida escola, com a participação de outros serviços: Secretaria Municipal de Assistência Social - Representante da Proteção Social Especial e Coordenadora do CREAS, Representante da Vara da Infância e Juventude (o Setor Técnico justificou a ausência). O objetivo foi de escuta da diretora que reforçou o que já fora apontado, afirmando que 70% dos alunos não seriam aprovados para outra série, e 30% eram dúvida.

Frente à seriedade dos fatos expostos foi pactuada a atuação do Conselho Tutelar Norte com a escuta de todos os alunos no dia 21/10/2016. No dia 28/11/2016 a escuta dos professores e, em seguida, da comunidade (no período noturno). Também ficou acordado o convite para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para reunião e entrega de documento retratando a situação conflituosa instalada na referida escola.

O Grupo Intersetorial Nova Esperança apresentou ao CMDCA a situação crítica/conflituosa que esta escola se encontrava, pontuando sugestões como a criação de Comissão composta pelo Ministério Público, CMDCA e Conselho Tutelar, ampliando a participação para o Grupo Intersetorial, professores e comunidade, visando à construção de **Projeto de Intervenção no bairro,** tendo como princípio os subsídios desse primeiro processo de escuta, em que as políticas públicas presentes e as ausentes (Cultura, Esporte, Trabalho, Mulher, dentre outras) apresentassem

proposta de atuação, na qual constassem ações e prazos para realização (curto, médio e longo prazos).

Sugeriu-se também, pelos órgãos competentes a urgente estruturação da escola de acordo com as sugestões acima mencionadas, em especial no que se refere aos recursos humanos (completar quadro de funcionários, saúde do trabalhador) e recursos materiais (insumos necessários ao processo ensino-aprendizagem).

Considerando a falta de identidade e de pertencimento identificadas, sugeriu-se a criação/continuidade de ações/espaços de escuta, articulação e mobilização em que participem alunos, funcionários, pais e comunidade na escola, assim como ações para o fortalecimento de espaços com o mesmo propósito no bairro.

Do ponto de vista dos representantes que compunham o coletivo intersetorial em 2016, o primeiro passo na direção de uma escola democrática e participativa foi dado ao ser feita a escuta dos alunos, corpo docente, gestão e comunidade. Essa abertura trouxe uma reflexão importante da escola como um todo, contemplando várias visões e concepções da instituição de ensino e de sua relação com a sociedade.

A partir dos relatórios apresentados, embasados pela Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e demais autores, ousa-se apresentar essa construção coletiva de uma proposta político pedagógica onde se possa elaborar um modelo escolar que contemple a todos em seu escopo.

Essa construção deve passar por etapas, como a fundação de uma agremiação estudantil, um conselho escolar com a participação dos pais, a criação e/ou o fortalecimento da APM, entre outras a serem acordadas na coletividade.

Trazer a comunidade para a escola não é tarefa fácil, mas também não é impossível, aliás, é totalmente viável e produtivo. Certamente será um desafio a superar. Entretanto, desafios enfrentados juntos trazem uma aprendizagem cooperativa que rompe com o individualismo e fortalece a sociedade como um todo.

Até o fechamento deste Diagnóstico (abril/2022) não houve a efetivação desta proposta elencada em 2016 pela intersetorial.

APÊNDICE 5 – Entrevista semiestruturada – PAIF e PAEFI

Identificação

Idade
Gênero
Cor (autodeclarada)
Renda
Bairro: o objetivo é entrevistar representações dos diversos territórios na Região, por exemplo, as estâncias, ciclos de vida.
Há quanto tempo reside no território:

1 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de importante? Que atende às necessidades de sua família e comunidade? (Aqui, o objetivo da pergunta é levantar as potencialidades). Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços do CRAS, CREAS?

2 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de problemas? Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços do CRAS, CREAS?

3 - Você, sua família vivencia problemas relacionados ao desemprego e/ou não ter renda suficiente para sobreviver?

4 - O que você observa com relação às necessidades das crianças e adolescentes do bairro? (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso das crianças e jovens às políticas públicas). Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços socioassistenciais, do CRAS, CREAS?

5 - O que você observa com relação às necessidades dos idosos do bairro. (aqui o objetivo da pergunta é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos idosos às políticas públicas). Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços socioassistenciais, do CRAS, CREAS?

6 - O que você observa de necessidade com relação à locomoção no bairro? Como é para acessar os serviços, fazer uso de transporte público? (aqui levantar a mobilidade, o recurso financeiro para o acesso: tem dificuldade com relação à mobilidade? tem dificuldade com relação a dinheiro para o transporte?) Caso a pessoa não elencar sobre o acesso aos serviços de Assistência Social, perguntar: e referente ao acesso/mobilidade aos serviços socioassistenciais, do CRAS, CREAS?

APÊNDICE 6 – Questionário de pesquisa – MSE CREAS II

Questionário para os adolescentes - Serviço de Medidas Socioeducativas

Diagnóstico Socioterritorial

IDENTIFICAÇÃO:
Idade
Gênero
Cor (autodeclarada)
Bairro

1. O que você mais gosta no seu bairro? O que você não gosta e por quê?
   Abordar as atividades de lazer e cultura
   Abordar a segurança, guerra e violência policial - você se sente seguro?
   Abordar a estrutura do bairro: acesso a comércio; serviços; escola.
2. Como você vê a situação da sua família e sua em relação ao trabalho/renda?
   Perguntar sobre a rede e programas
   Formas de trabalho
   Se tem possibilidades no bairro
3. O que você gostaria que melhorasse e tivesse no bairro?
   Crianças
   Adolescentes
   Idosos
   Para população geral
4. Como é o transporte no seu bairro?
   É fácil usar o transporte público?
   Uber chega na Região?
   É tranquilo para ir em hospitais, escolas e serviços socioassistenciais?
5. Você sabe o que é CRAS, CREAS e SUAS?
   Como esses serviços interferem na sua vida?

PARTE III

GLOSSÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Conceitos aplicados ao trabalho social

SUMÁRIO

Apresentação.....146
A.....147
Abrangência.....147
Acolhida.....147
Acolhida no Serviço.....147
Acolhida Particularizada.....147
Acolhida no Domicílio.....148
Acolhida em Grupo.....148
Ação Particularizada.....148
Ação Particularizada no domicílio.....149
Ação Comunitária.....149
Ação Indireta.....149
Ação não continuada.....149
Acolhimento institucional.....150
Acompanhamento Especializado.....150
Acompanhamento Familiar.....150
Acompanhamento familiar em grupo.....151
Acompanhamento familiar particularizado.....151
Acompanhamento psicossocial.....152
Articulação de rede (trabalho em rede).....152
Ato infracional.....152
B.....153
Benefício de Prestação Continuada (BPC).....153
Benefícios eventuais.....153
Busca ativa.....153
Busca ativa na Proteção Social Básica.....154
Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) 154
C.....155
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)..155

Carteira do idoso.....155
Centro de Convivência da Família (CCF) 155
Centro de Convivência da Juventude (CCJ).....155
Centro de Convivência do Idoso (CCI) 156
Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) 156
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).....156
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).....156
Ciclo de vida.....157
D.....158
Demanda Reprimida.....158
E.....159
Encaminhamento.....159
Estudo Social.....159
F.....160
Formas de acesso.....160
G.....161
Grupo.....161
O.....162
Oficinas.....162
Oficina com famílias.....162
P.....163
Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF.....163
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI.....163
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua.....163
Plano Individual de Atendimento (PIA) 164
Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) 164
R.....165
Risco Social.....165
S.....166
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....166
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....166

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....166
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).....167
Serviço Especializado em Abordagem Social.....167
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 168
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....168
V.....170
Violação de direitos.....170
Vulnerabilidade social.....170
REFERÊNCIAS.....172

APRESENTAÇÃO

O “Glossário da Assistência Social: conceitos aplicados ao trabalho social” produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto (SEMAS) é composto por conceitos-chave que aparecem de forma recorrente nas publicações mais representativas da área da Assistência Social.

O presente trabalho nasceu da necessidade de socializar e ao mesmo tempo buscar alinhar conceitos, na tentativa de oferecer uma fonte de consulta a todos os atores sociais do campo da assistência social. Nesse sentido, busca trazer para a reflexão alguns termos existentes em outros glossários ou documentos similares, dando a oportunidade de abrir alguns caminhos para dialogar com trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros, usuários, estudantes e demais interessados.

O conjunto de conceitos que integra este Glossário foi construído inicialmente a partir de uma primeira pesquisa conjunta iniciada em meados de 2015, com parte dos técnicos e técnicas da Secretaria, sobre os principais conceitos que apareciam no seu cotidiano profissional e nas suas leituras.

A SEMAS realizou *Oficinas para nivelamento de Conceitos* entre os anos de 2018 e 2019 com seus trabalhadores, visando a identificar os conceitos com entendimentos diversos. Por meio das Oficinas foi possível aprimorar a comunicação e o entendimento, bem como a definição conjunta de uma proposta de vocabulário comum a todos, tendo como base as legislações/normativas elaboradas pelo então Ministério da Cidadania e pela Política Nacional de Assistência Social. Os conceitos encontram-se definidos nesse Glossário e poderão ser retomados pelos trabalhadores, sempre que necessário.

Esta é uma publicação que resulta da atuação de muitos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos últimos anos e que avança na perspectiva de que todos e todas fazemos Proteção Social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial sistematizou os materiais que haviam sido elaborados pelas equipes, respeitando o resultado de suas produções e elencou os principais conceitos utilizados no trabalho social. O documento apresenta os conceitos em ordem alfabética.

Eis um produto a serviço dos trabalhadores do SUAS e de uma política social que se estabelece enquanto direito do cidadão e dever do estado.

Helena Marangoni

Secretária de Assistência Social

A

Abrangência referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço, delimitados de acordo com as especificidades de cada município (BRASIL, 2009a).

No ano de 2018, com base no decreto 18.037, São José do Rio Preto passou a ser dividida em 10 regiões: Bosque, Central, CEU, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho. O Decreto buscou padronizar e unificar as diferentes regiões da cidade, já que antes cada secretaria tinha sua própria divisão administrativa (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2019).

Acolhida constitui uma importante dimensão inerente ao trabalho social, compreendida sob duas perspectivas: 1-como ação/procedimento de acolhida, caracterizada pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de assistência social, que envolve o recebimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em local com infraestrutura adequada e profissionais qualificados, e o direcionamento das suas demandas, contribuindo para a humanização do atendimento socioassistencial (BRASIL, 2011a). Tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança; 2- A postura acolhedora, ética e de respeito à dignidade e não-discriminação, afiançada pela segurança de acolhida, que deve nortear todas as ações na Assistência Social, na perspectiva do reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos (BRASIL, 2011a, p. 59).

Acolhida no Serviço refere-se ao processo de acolhida que ocorre no espaço físico das unidades do SUAS. [...] é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento. Essa atividade, geralmente, é antecedida pela recepção da família na Unidade da rede socioassistencial (BRASIL, 2012, p. 22).

A acolhida no Serviço pode ser **particularizada** ou em **grupo**.

Acolhida Particularizada é o processo de acolhida de uma família, ou algum de seus membros, de modo particularizado. É o momento no qual o profissional

preenche ou atualiza o Prontuário da Família. Pode ocorrer no equipamento ou no domicílio da família (BRASIL, 2012, p. 22).

Acolhida no Domicílio consiste no processo de acolhida de uma família, ou de algum de seus membros, no seu próprio domicílio. Essa forma de acolhida deve ser utilizada em situações específicas, nas quais as famílias não respondem ao convite para comparecer à Unidade de Atendimento ou vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social e não procuram o Serviço. [...] deve ser pautada nos princípios de respeito à privacidade da família e da sua autonomia, tanto no que diz respeito à receptividade em seu domicílio, quanto à disponibilidade para responder às perguntas e para sua inserção nas demais ações dos Serviços Socioassistenciais [...] (BRASIL, 2012, pp. 22-23).

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Acolhida em Grupo é o processo de acolhida realizado de modo coletivo (duas ou mais famílias). Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.). [...] As acolhidas particularizadas e em grupo se complementam [...]. (BRASIL, 2012, p. 21)**.**

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, os conceitos foram validados da seguinte forma:

- A acolhida é a primeira ação realizada para a família nos Serviços;
- Em caso de mudança de território ocorrerá uma nova acolhida;
- A acolhida em Grupo não exclui a necessidade da realização da acolhida particularizada, nem impede a realização de acolhida particularizada.

Ação Particularizada refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do equipamento à família - algum (ns) membro (s) ou todo o grupo familiar, após a

acolhida, de modo individualizado. A opção pela utilização de ações particularizadas [...] têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais aprofundadamente e prestar um atendimento mais específico à família (BRASIL, 2012, pp. 41-42)**.**

A ação particularizada pode ocorrer no **Serviço** ou no **domicílio**.

Ação Particularizada no domicílio é o processo de atendimento individualizado prestado à família em sua unidade domiciliar [...]. O deslocamento até o domicílio da família possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária e arranjos familiares - rol de informações muito importantes para adequar as ações do PAIF para o alcance do seu caráter preventivo e protetivo (BRASIL, 2012, p. 43)**.**

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Ação Comunitária são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum (BRASIL, 2012, p. 37)**.**

São exemplos de ações comunitárias as palestras, campanhas, eventos comunitários e mobilizações (BRASIL, 2012).

Ação Indireta de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste em toda ação realizada indiretamente, quando não se está pessoalmente diante do usuário do Serviço: articulação com a rede, reunião para discussão de caso, contato telefônico, elaboração de relatório, dentre outras ações elencadas por cada Serviço.

Ação não continuada de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste no atendimento pontual ao usuário/pessoa. Após a avaliação técnica é compreendido que não se apresenta demanda de atendimento para a política de assistência social naquele momento. Utilizada para casos específicos e excepcionais, por exemplo: pessoa tem casa no território (herança), mora em outro município e foi pedir orientação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre inventário; idoso aposentado procurou o CRAS para o benefício de tarifa social, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros

atendimentos; pessoa procurou para informações a respeito do programa minha casa minha vida, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros atendimentos.

Acolhimento institucional Serviço inserido no escopo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral (BRASIL, 2009b, p. 44).

Deve ofertar, em consonância aos princípios e diretrizes do SUAS, condições para alimentação, higiene, respeito à individualidade e autonomia. As unidades de acolhimento são classificadas de acordo com o público. Para crianças e adolescentes: casa-lar e abrigo institucional; para adultos e famílias o abrigo institucional e casa de passagem; para mulheres em situação de violência o abrigo institucional; para jovens e adultos com deficiência as residências inclusivas e para idosos a casa-lar e o abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI) (BRASIL, 2009b, p. 49-50).

Acompanhamento Especializado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011a, p. 60).

Acompanhamento Familiar no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de acordo com o artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar consiste no desenvolvimento de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilite à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias.

Comporta, portanto, um conjunto variado de ações, que devem ser planejadas e executadas pelos profissionais do SUAS, com participação ativa da família. O acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

Acompanhamento familiar em grupo o processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com forte incidência no território. Neste sentido, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial - conhecer suas vulnerabilidades e potencialidades e sua incidência, de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-o um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais. A formação de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais. Assim, a técnica de trabalho em grupo é mais do que a junção de várias pessoas para conversar sobre um tema ou repassar informações. Requer a existência, entre seus participantes, de uma interação social e algum tipo de vínculo. Pode-se dizer que a passagem da condição de agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de interesses comuns para a de interesses em comum (BRASIL, 2012, p. 70-71).

Acompanhamento familiar particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidades, em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo: seja porque a família demanda uma atenção imediata, por risco de retornar à situação de extrema pobreza ou recair em risco social; nos casos em que a família tem dificuldades de se deslocar até o CRAS; por necessidade de proteção a algum de seus membros; quando a família não se sente à vontade para participar do acompanhamento em grupo; quando a situação demanda sigilo; ou quando seus horários são incompatíveis com os do(s) grupo(s) (BRASIL, 2012, p.75).

Acompanhamento psicossocial de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas diz respeito à atuação conjunta de profissionais cujo objetivo é direcionar a ação de maneira mais abrangente com conhecimentos e habilidades específicas de diferentes áreas [...]. Exige frequência e sistematização dos atendimentos, utilizando-se de diferentes metodologias e instrumentais. Nessa intervenção o foco está em conhecer o indivíduo e/ou família identificando demandas explícitas e implícitas levando em conta seu contexto social, cultural, a rede que acessa e/ou conta, as dificuldades vivenciadas, expectativas dentre outros aspectos. É também o espaço onde será possível estabelecer vínculo, favorecendo uma relação de discussão e reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano, promovendo o fortalecimento de potenciais e autonomia, mantendo um olhar para os aspectos que constituem fenômenos sociais e interferem na vida de indivíduos, famílias e grupos (BRASIL, 2013, p. 68).

Articulação de rede (trabalho em rede) é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns (BRASIL, 2009a, p. 21).

Ato infracional de acordo com as disposições gerais do Capítulo I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal; Art. 104. são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei" (BRASIL, 1990, p. 3568).

O Art. 112 do ECA versa sobre as medidas socioeducativas, que é aplicada aos adolescentes quando verificada a prática de ato infracional (BRASIL, 1990).

B

Benefício de Prestação Continuada (BPC) garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, considera-se o critério de renda per capita de ¼ de salário mínimo para essa avaliação. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e operacionalizado pelo INSS. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 1993).

Benefícios eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. [...]. Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias, com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas (BRASIL, 2018, p. 16).

As Orientações Técnicas para Benefícios Eventuais no SUAS irão tratar de cada benefício eventual, inclusive os que historicamente relacionam-se à Assistência Social, mas são de responsabilidade de outras políticas públicas.

Busca ativa é utilizada como ferramenta de gestão e estratégia de aproximação às famílias para processo de inserção nos programas e serviços ofertados na rede socioassistencial. É definida como uma procura de informações por meio do deslocamento das equipes de referência ao território e tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social para ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, bem como as [...] “potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais e políticos” do território, as redes sociais de apoio e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Portanto, envolve as equipes de referência, o território e as decisões da gestão. (BRASIL, 2009a, p.30).

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, serão consideradas:

Busca ativa na Proteção Social Básica é o deslocamento da equipe ao território para buscar famílias que não tem prontuário e famílias que tem prontuário, mas se encontra sem nenhum registro de atendimento, por um ano e meio (18 meses);

Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) é a identificação da incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações de violação de direitos;

Na operacionalização não será considerado como busca ativa: contato telefônico ou meio eletrônico, correspondência e para famílias que tem prontuário com registro de atendimento a menos um ano e meio (18 meses).

C

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser usado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas (BRASIL, 2019a).

Carteira do idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Além do Número de Identificação Social - NIS, a carteira dos Idosos traz informações de identificação do idoso e do município em que ele mora e a foto. [...] é fornecida somente para idosos com mais de 60 anos que não possuem meios de comprovação de renda e que recebam até dois salários mínimos (BRASIL, 2019b).

Centro de Convivência da Família (CCF) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a toda a família, de acordo com as faixas etárias contidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

Centro de Convivência da Juventude (CCJ) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.

Centro de Convivência do Idoso (CCI) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à população idosa residente no município a partir dos 60 anos.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) unidade pública municipal destinada à prestação de serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas com espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (BRASIL, 2009b, p. 40).

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) [...] Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS [...]. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009a, p.9).

O município de São José do Rio Preto possui treze CRAS:

Antunes, Centro, Eldorado, Jardim Belo Horizonte, João Paulo II, Lealdade e Amizade, Novo Mundo, Parque da Cidadania Santo Antônio, São Deocleciano, Schmitt, Solo Sagrado e Vila Toninho.

Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2011a, p. 20).

Responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Os objetivos são: fortalecer as redes sociais de apoio à família; contribuir no combate a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família (BRASIL, 2011a).

No município de São José do Rio Preto existem dois CREAS, sendo CREAS I e CREAS II, e as equipes são divididas por região como forma de fortalecer as articulações com o território:

CREAS I - Bosque, Central, HB, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho;

CREAS II - CEU, Cidade da Criança e Pinheirinho.

Executam o PAEFI e o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ciclo de vida etapas do desenvolvimento do ser humano como infância, adolescência, juventude, idade adulta e das pessoas idosas bem como o desenvolvimento familiar, marcado, por exemplo, pela união dos parceiros, separação, recasamento, nascimento e desenvolvimento dos filhos e netos, morte e outros eventos (BRASIL, 2006).

D

Demanda Reprimida conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS é quando o usuário atende aos critérios para o acesso ao serviço e/ou benefício, contudo, não é possível sua efetivação.

Na operacionalização não serão considerados como demanda reprimida: demandas de outras políticas públicas trazidas pelo usuário; usuários que não atendam aos critérios de programas, serviços e benefícios do governo estadual/federal. Segundo Silva (2009) a demanda reprimida ocorre quando a oferta do serviço prestado é inferior ao serviço existente, ou seja, quando o usuário possui critério para acesso, procura o serviço/benefício da Política de Assistência Social e a unidade não consegue atender ou por deficiência da própria unidade ou por impedimento do próprio usuário.

E

Encaminhamento é o processo de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Tem por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania. Os Encaminhamentos no âmbito do SUAS pressupõem contatos prévios e posteriores da equipe técnica dos serviços e o estabelecimento de fluxos, de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento, garantir o retorno da informação e o efetivo atendimento e inclusão da família. Deve ser formalizado por meio de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e à usuária e/ou enviado para a outra unidade. O documento de encaminhamento deve, no mínimo, identificar a pessoa encaminhada, a unidade de origem, a unidade de destino e o motivo do encaminhamento. Tal documento também deve ter a identificação do profissional que o fez (BRASIL, 2012, p.44-47).

Estudo Social conforme documento produzido na oficina de conceitos da SEMAS é realizado pelos profissionais de nível superior dos CRAS, CREAS e CENTRO POP por meio de entrevista, visita domiciliar, observação, instrumental de vulnerabilidade social, entre outros. Conforme as Orientações PAIF vol. 2 é a análise tecnicamente qualificada sobre a família, determinante para explicitar a necessidade de inserção da família no atendimento ou no acompanhamento familiar. Neste momento, os profissionais responsáveis deverão, em conjunto com as famílias: enumerar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, buscando compreender suas origens e consequências; identificar as potencialidades e recursos que as famílias possuem; identificar/reconhecer as características e especificidades do território que influenciam e/ou determinam as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias. O estudo social da situação familiar constitui momento de compreensão da realidade vivenciada pelas famílias, bem como de afirmação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado (BRASIL, 2012, p.18).

F

Formas de acesso de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS os usuários têm acesso a serviços e ações ofertados pela política de assistência social, em geral, por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede socioassistencial e/ou encaminhamentos de serviços das demais políticas públicas. Os serviços de Proteção Social Especial, pela sua especificidade de atendimento, são acessados também por encaminhamentos dos serviços de proteção, incluindo o serviço de abordagem social e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

G

Grupo de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interagem e se vinculam (BASTOS, 2010, p. 164).

[...] é através do reunir-se com um grupo de semelhantes (reunião de duas ou mais pessoas que desempenham determinados papéis sociais em torno de uma tarefa que lhes diz respeito) que os indivíduos podem analisar e compreender os fenômenos sociais, os quais estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista, tendo assim condições de reivindicar seus direitos perante a sociedade (SILVA; GUEDES, 2015, p. 184).

O acompanhamento em grupo ocorre quando os objetivos a serem atingidos forem de **longo prazo**, ou seja, demandam um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pela família e a definição dos objetivos a serem alcançados. O processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder **situações de vulnerabilidades** vivenciadas pelas famílias; quando o foco for a garantia das seguranças afiançadas pela política de assistência social e a promoção do acesso das famílias aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento da capacidade protetiva da família, a partir das respostas do Estado para sua proteção social. Observação: uma família que participa de uma oficina pode demandar inserção em processo de acompanhamento familiar (Brasil, 2012, p. 75).

O

Oficinas [...] consistem em atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também é possível realizar atividades recreativas [...]. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal e do Distrito Federal. [...] Vale destacar, entretanto, que as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento dos percursos, com os temas abordados junto aos usuários e com os objetivos a serem alcançados nos grupos. São atividades utilizadas como recursos para discutir assuntos apresentados pelos componentes dos grupos; para reunir a família num momento festivo - com lanches, músicas e brincadeiras - para proporcionar a interação entre diversas gerações familiares e com os demais sujeitos do território (BRASIL, 2017a, p. 75).

Oficina com famílias de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS consiste na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior da equipe (BRASIL, 2012). As oficinas com famílias devem buscar articular diversas dimensões que propiciam a mudança social por meio da transformação das crenças, práticas, relações dos sujeitos sociais e nível de participação social das famílias, utilizando-se da informação com ênfase na reflexão, na convivência e na ação (BRASIL, 2012, p.35).

P

Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, no âmbito dos serviços ofertados no CRAS, através do PAIF, consiste no planejamento conjunto entre a(s) família(s) e profissional do acompanhamento familiar, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo. No Plano devem ser descritas: as demandas e necessidades da(s) família(s); as vulnerabilidades a serem superadas; as potencialidades que o(s) grupo(s) familiar(es) possui(em) e que devem ser fortalecidas, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pela(s) família(s); os recursos que o território possui que podem ser mobilizados na superação das vulnerabilidades vivenciadas pela(s) família(s); as estratégias a serem adotadas pelos profissionais e família(s) no processo de acompanhamento familiar; os compromissos da(s) família(s) e dos técnicos (enquanto representantes do Estado) no processo de superação das vulnerabilidades; o percurso proposto para o acompanhamento [...] (BRASIL, 2012, p.67-68).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI no âmbito dos serviços ofertados no CREAS é necessário que para cada família/ indivíduo, seja traçado o Plano de Acompanhamento. Nesse instrumento, faz-se necessário o apontamento de objetivos, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social, considerando as particularidades e o protagonismo de cada família e indivíduo. Construído gradualmente e de forma participativa ao longo da vinculação e acompanhamento, deve ser continuamente revisto pela equipe. O Plano tem a função de, instrumentalmente, organizar a atuação interdisciplinar no CREAS, delineando, operacional e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados com os usuários. Portanto, é fundamental garantir a sua dinamicidade, reformulações e aprimoramento, baseados nas intervenções realizadas, nos resultados alcançados e no processo vivenciado por cada indivíduo ou família (BRASIL, 2011a, p. 69).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua constitui importante instrumento de trabalho e tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe[5] e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido

[5] No âmbito do Serviço ofertado pelo Centro Pop.

por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. Importante destacar que o Plano de Acompanhamento precisa envolver a participação protagonista dos usuários nesse processo, que deve considerar a realidade de vida e a singularidade de cada sujeito e família acompanhados. Por meio de metodologia participativa, o Plano deve ser construído gradualmente, desde o momento da acolhida inicial, e ser reavaliado continuamente ao longo do acompanhamento no Serviço, considerando o processo de cada família ou indivíduo atendido. É necessário, portanto, que seja flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário (BRASIL, 2011b, p. 83-84).

Plano Individual de Atendimento (PIA) está previsto na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que estabelece a obrigatoriedade de sua elaboração na execução das medidas socioeducativas, definindo-o como "instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente". [...] O PIA é um instrumento de planejamento que deve ser pactuado entre o técnico e o adolescente, envolvendo a sua família e as demais políticas setoriais, conforme os objetivos e as metas consensuadas na sua elaboração. Deve ser utilizado como ferramenta para a convergência das ações intersetoriais, estabelecendo objetivos e metas a serem cumpridas pelo adolescente (BRASIL, 2016, p.59).

Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) é um instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário, que corresponde ao planejamento particularizado do acompanhamento de cada usuário a partir de suas demandas, singularidades e dos objetivos a serem alcançados. O PDU estrutura o trabalho social do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, com cada usuário e sua família. É elaborado a partir do conhecimento de contextos, consensos, combinados, compromisso e responsabilidades assumidas de ambas as partes: Serviço, usuário, cuidador (a) e família - também as redes de apoio existentes no território. No caso de o usuário morar sozinho, é necessário consensuar com ele (a) o envolvimento da família na elaboração do PDU, essa atitude traduz-se em respeito à sua autonomia (BRASIL, 2017b, p. 91).

R

Risco Social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS relaciona-se à possibilidade da ocorrência de um evento na vida de um indivíduo ou de uma família, expressando-se pela suspeita ou por episódios de violência, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, ato infracional, etc. (BRASIL, 2011a). As situações de vulnerabilidades sociais podem ser agravadas, transformar-se em situação de risco e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

S

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) deve ser executado exclusivamente pelos CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009b, p. 12). As ações que compõem o Trabalho Social com Famílias do PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários**,** de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009b, p. 16).

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo a situação de risco, a exclusão e o

isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (BRASIL, 2009b, p. 25).

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) Deve ser executado exclusivamente pelos CREAS, sendo um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. São usuários do Serviço famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009b, p. 29).

Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve

buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009b, p. 31).

Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) O Serviço tem por finalidade prover a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009b, p. 34).

De acordo com o ECA, Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço Executado pelo Centro Pop, é um serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espeço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na

perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009b, p. 40).

V

Violação de direitos de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º. As violações de direitos constituem fenômenos de causas multifatoriais, não podendo ser compreendidas, portanto, apenas como resultantes da desigualdade social e da pobreza. Além disso, podem ser analisadas pela ótica do não acesso às vias de restituição dos direitos violados, ou seja, no não acesso ao exercício pleno da cidadania (ASSIS, FONSECA, FERRO, 2018). De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) as famílias e indivíduos vivenciam violações de direitos por ocorrência de violências (física, psicológica, negligência e sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família PBF em decorrência de violação de direitos.

Vulnerabilidade social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS, na Política Nacional de Assistência Social frequentemente aparece junto com o termo risco social, não se notando discernimento entre elas e remetendo a uma complementaridade. [...]. Nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012), evidencia-se a preocupação de explorar o conceito de vulnerabilidade e as relações com o risco. O documento se apoia em autores que reconhecem que o conceito é complexo, sendo a vulnerabilidade uma condição relacionada à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, à fragilidade de suas relações sociais e à regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social. O risco é tido, assim, como decorrente da não prevenção das situações de vulnerabilidade social.

Pode-se dizer que, no campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária. Dessa maneira, as ações da proteção básica

têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco (FERNANDES, R. M. C., HELLMANN, A., 2016, p.302).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza**. Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial.** Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gerência Regional de Brasília, 2018.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicologo informacao Psicol inf**. vol.14 n.14 São Paulo out. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOPCREAS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019a]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Carta de serviços ao usuário**. [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2019b]. Disponível em:http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/carteira-do-idoso. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/caderno_PSB_idoso_pcd_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3.** Brasília, DF, 2011b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, Distrito Federal, 2017a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção I, 16 jul. 1990, Seção I, p. 13563. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnias%20sobre%20Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERNANDES, Rosa. M. Castilhos, HELLMANN, Aline. (Orgs). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198716. Acesso em: 23 dez. 2019.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, Daniela de Andrade da **Crianças e adolescentes em contextos de violências sexuais:** (re) pensando a demanda reprimida do serviço de enfrentamento a violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Palhoça. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284235.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

SILVA, Renato Jesus da Silva; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 24, n.2, 181-197,

2015, p.184. Disponível em :https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/download/27795/19624. Acesso em: 27 maio 2019.